



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

CRISTHINA BONI LAVRATTI

**“VACA DE ALEMÃO, MULHER DE GRINGO E CACHORRO DE
PRETO”: Pinhalzinho e a Modernização**

FLORIANÓPOLIS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CRISTHINA BONI LAVRATTI

“VACA DE ALEMÃO, MULHER DE GRINGO E CACHORRO DE PRETO”:
Pinhalzinho e a Modernização

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
bacharel em História, do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, pela Universidade Federal
de Santa Catarina.

Orientador: Prof^o. Dr. João Klug

FLORIANÓPOLIS

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

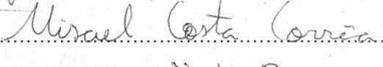
ATA DE DEFESA DE TCC

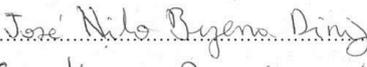
Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na Sala dez do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **João Klug**, Orientador e Presidente, o Doutorando **Misael Correa**, Titular da Banca, e o Doutorando **José Nilo Bezerra Diniz**, Suplente, designados pela Portaria nº108 /TCC/HST/15 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirmo o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Cristhina Boni Lavratti**, subordinado ao título: “**Vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto: Pinhalzinho e a modernização**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **João Klug**, a nota final 9.0, do Doutorando **Misael Correa**, a nota final 9.0, e do Doutorando **José Nilo Bezerra Diniz**, a nota final 9.0; sendo aprovada com a nota final 9.0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia onze de dezembro de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

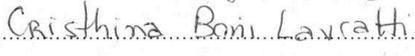
Florianópolis, 2 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. **João Klug**..... 

Doutorando **Misael Correa**..... 

Doutorando **José Nilo Bezerra Diniz**..... 

Candidata **Cristhina Boni Lavratti**..... 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Cristhina Boni Lavratti ,matricula n.º 11201585, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“Vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto”**: **Pinhalzinho e a modernização**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2015.

Assinatura manuscrita de João Klug, sobre uma linha horizontal.

Orientador: João Klug

À minha família e à meus avós Aurélio Lavratti e
Joana Triches Lavratti *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço àqueles que ouviram as minhas longas histórias, mas especialmente àqueles que me contaram as suas, particularmente ao povo pinhalense!

Agradeço aos meus pais por todas as formas de apoio, sobretudo a generosidade, o amor e carinho que compartilhamos. Agradeço também, é claro, às minhas *pestioletas*: Daiana, pelas conversas por e-mail, que só nós duas sabemos como são importantes! à Bruna pelos conselhos, mas, principalmente, por vocês terem me amado e me suportado durante toda nossas vidas! E ao Leandro (Lelinho) por sempre ter cumprido seu papel de irmão, me cuidando, protegendo e amando!

Especialmente agradeço ao meu *namorado*, Asaph, amigo e companheiro que conviveu comigo nestes últimos seis anos e com minhas loucuras. Aprendemos muitas coisas e amadurecemos juntos, mas sem o seu carinho e nossas conversas nada disso seria possível! Agradeço por ter você ao meu lado.

Pelas revisões, sugestões e opiniões de meu primo Sidnei Niederle. Pela atenção e apoio de meus padrinhos, Noli e Beatriz, e de toda a família Boni e Lavratti, inclusive, meus sogros e cunhadas/o. Aos meus amigos e colegas da faculdade (impossível mencionar todos) pelas conversas, brincadeiras, risadas, ajudas e conselhos – vocês estão no meu coração. Aos meus queridos amigos “fora da faculdade”, em especial às minhas *migliori amiche*: Karyna dos Santos e Tayline Breda.

Também aos professores que são exemplos e nos ensinam a conhecer e nos apaixonar pela história e ao Professor Doutor João Klug, por me orientar e pelas conversas que sempre me acalmaram para prosseguir. Por fim, às novas amizades feitas durante esta pesquisa e àqueles que contribuíram para a mesma: Márcio Luiz Rodrigues, Fernanda Ben e ao pessoal do Museu de Pinhalzinho; à Elisandra Forneck; à Gabriele Alana Jochem Moratelli, o André Luiz Onghero e todos do CEOM; ao pessoal da Paróquia Santo Antônio, da Prefeitura de Pinhalzinho, da Biblioteca Pública do Estado e àqueles que não me vêm na memória agora, mas que sabem que foram importantes!

RESUMO

Em 1931, colonizadores gaúchos ocuparam este pequeno território, localizado no oeste catarinense, conhecido, atualmente, por município de Pinhalzinho, em busca de madeira para a comercialização. Já existiam povos indígenas e caboclos vivendo nestas terras e com o tempo começaram a vir migrantes, principalmente descendentes de alemães, italianos. Diversas culturas, identidades e sabedorias escrevem a história deste município, dentre elas a economia, baseada na madeira, sempre ocupou um papel fundamental, originando o nome do município, Pinhalzinho. Entretanto, a agricultura familiar era predominante e tradicional, tida como meio de subsistência. Por volta dos anos de 1960/70, com a modernização da agricultura – introdução de novas técnicas –, os produtores precisaram se unir para vencer as contradições deste período, pois foram levados a comprar maquinários com capacidades superiores as áreas trabalhadas. O principal fator que unia e ainda une os pinhalenses é a religião, em especial a Católica, pois a igreja era o local onde poderiam se reunir para discutir sobre auxílio e melhorias na comunidade. Esta participação coletiva dava suporte para juntar forças e lutar contra um conjunto de injustiças sociais. A Diocese de Chapecó, com destaque no Bispo Dom José Gomes, sempre estiveram ao lado do povo: *Não tenho medo de defender os direitos dos miseráveis, frente a qualquer exploração que se faça*. Seu trabalho foi essencial no processo de organização dos movimentos sociais. Para esta pesquisa o embasamento nos Tombos da Paróquia Santo Antônio e nas entrevistas orais como fonte, foram fundamentais para que os próprios pinhalenses contassem suas histórias e memórias.

Palavras-chave: Pinhalzinho. Identidades. Modernização da Agricultura. Relações Sociais.

ABSTRACT

In 1931, gaucho settlers occupied this territory, located on western Santa Catarina, known, nowadays as Pinhalzinho, seeking lumber for trading. That was a land where indigenous tribes and mestizos dwelled, and that same area later became residence and settling site for immigrants, mainly German and Italians descendants. Different cultures, identities and lore write Pinhalzinho's history, and, among them, economy has always played a main role, hence the city's name, the "little pine Forest". However, traditional practice of family farms and crops were still region's main income source. Around the 60's and 70's, following agriculture modernization – with new techniques being introduced to the market -, farmers had to unite in order to overcome contradictions during the course of these new times, as they were driven to buy machinery with superior capabilities in comparison to their worked areas. The main factor uniting Pinhalzinho's habitants is religion, Catholic Christianity being the leading faith, especially because the churches were the place where they could meet and discuss matters such as aid and improvements around the community. This sort of collective participation was an important support for uniting forces and fighting against a plethora of social injustices. The Diocese of Chapecó and Bishop José Gomes have always been close to the people: *I'm not afraid to defend the rights of the poor against any sort of exploration*. His work was quintessential during the assembling of social movements in the region. The fundamental resources on which this paper were based were provided by the Tombos of the Santo Antônio parish, and on oral interviews as well.

Keywords: Pinhalzinho. Identities. Agricultural Modernization. Social relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Oeste catarinense, desenhado por Walter Piazza, com demarcações das regiões de atuação das Companhias Colonizadoras	32
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da colonização italiana em Santa Catarina	22
Tabela 2 - Municípios oriundos da área de colonização da Cia. Sul Brasil	27

LISTA DE SIGLAS

SPI Serviço de Proteção aos Índios

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MAB Movimento dos Atingidos pelas Barragens

MMA Movimento das Mulheres Agricultoras

CPT Comissão Pastoral da Terra

PJ Pastoral da Juventude

CIMI Conselho Indigenista Missionário

SNCR Sistema Nacional de Crédito Rural

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ACARESC Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – Chè Sara: primeiros passos da migração	17
1.1. Marcha para o oeste	17
1.2. Escravos de Pouco Valor	27
CAPÍTULO II – Região com Pequenas Matas de Pinheiros: Pinhalzinho	35
2.1. Análise Pitoresca	35
2.2. Balseiros e Agricultores	40
2.3. “Vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto”	46
2.4. Velhas músicas, letras atuais	52
CAPÍTULO III – O importante papel da religião	57
3.1. Paróquia Santo Antônio	57
3.2. Dom José Gomes: “o bispo dos humildes” e da libertação.....	65
CAPÍTULO IV – “Diz um ditado: pra quê fazer força se têm as máquinas”: os (des)prazeres da modernização	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
FONTES	87
APÊNDICE	89
Apêndice A – Primeiro Roteiro de Entrevista	89
Apêndice B – Segundo Roteiro de Entrevista.....	89
ANEXOS	91
Anexo A	91
Anexo B	91

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da história do município de Pinhalzinho, localizado no oeste de Santa Catarina. No início do século XX, migrantes descendentes de europeus, saíram do Rio Grande do Sul incentivados pelo Governo de Santa Catarina para ocuparem as terras localizadas no Oeste, que até então contava com a presença de alguns povos indígenas e caboclos. Esta colonização seguiu padrões do sistema capitalista de produção, incluindo a extração dos recursos naturais e a agricultura familiar¹. O território que hoje conhecemos por Pinhalzinho, naquele período, fazia parte do *Velho Xapecó*, e inicialmente fora ignorado pelos colonizadores, pois aparentemente não possuía muito valor e grande parte de seu terreno não era plano ou propício para a agricultura, o que tornava desfavorável a compra/venda das terras. Foi em 1931 que este território passou a ser visto com outros olhos: madeiras, para a comercialização².

O primeiro capítulo trata do início da colonização no oeste catarinense. O título do primeiro subcapítulo, denominado “Marcha para o oeste”, remete ao trabalho de Cassiano Ricardo, onde este termo significaria uma forma de ocupar os “vazios demográficos” do país³. Conforme afirma Walter Piazza⁴ a colonização catarinense foi basicamente um processo migratório das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul, onde já houvera uma colonização dos imigrantes europeus – emigração esta que, conforme Paulo Pinheiro Machado⁵, não ocorreu de maneira espontânea, mas foi uma necessidade vital – e este processo, no Oeste catarinense, ocorreu principalmente entre as décadas de 1910 a 1930.

Quem cumpria o papel de assentar todas estas pessoas nas terras, eram as companhias (ou empresas) colonizadoras⁶. Terras estas que eram concedidas pelo próprio

-
- 1 WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia territorial sul Brasil : 1925 a 1954.** Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado – História).
 - 2 BEN, Fernanda (et. al.). **Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC.** Pinhalzinho: Schaefer, 2011.
 - 3 “A narrativa de Ricardo serviu como base legitimadora da política expansionista do governo de Getúlio Vargas, que tinha por objetivo ocupar os 'vazios demográficos' da nação brasileira, convocando a população a seguir o exemplo dos antigos heróis bandeirantes”. SILVA, Giuslane Francisca da; GAMA, Luciana Coelho. Cassiano Ricardo - Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. In: **Humanidades em Contexto**, 2014, Cuiabá-MT. Humanidades em contexto: saberes e interpretações, 2014. Para saber mais sobre esta questão, ler também o livro de Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste*.
 - 4 PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização Italiana em Santa Catarina.** Florianópolis: IOESC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.
 - 5 MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
 - 6 Grande parte destas Companhias foram criadas no Rio Grande do Sul, com o objetivo de obter lucros com a venda das terras e a extração de madeiras e da erva-mate. WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992.

Governo catarinense, ou vendidas pelos fazendeiros. Alceu Antônio Werlang⁷ analisou a Cia. Territorial Sul Brasil – colonizadora que atuou em todo o município de Pinhalzinho – que seguia um padrão de venda: basicamente separava as descendências e as religiões. Papel que garantiu a identidade dos pinhalenses, já que em sua maioria são católicos descendentes de alemães e italianos. Existem também muitos caboclos e indígenas que resistiram a colonização e conseguiram se manter no local. E o segundo subcapítulo, “Escravos de pouco valor”, trabalha justamente esta questão, já que uma parcela destes caboclos e indígenas, que resistiram na região, não tiveram acesso à terra e viviam nas beiras dos rios, então realizavam todo o tipo de trabalho que lhes era oferecido e em troca recebiam algumas moedas ou um prato de comida, isto é, não era dado valor a este tipo de trabalho.

É no segundo capítulo que o título “Vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto” será abordado, pois carrega consigo uma carga de generalizações e preconceitos entre as descendências, isto porque é um ditado popular, onde existe uma afirmação de que ninguém quer ser vaca de alemão, mulher de gringo⁸ e cachorro de preto, porque dizem que a vaca de alemão, tem que puxar canga e dar leite; a mulher do gringo tem que fazer os serviços domésticos, da roça e tudo o mais; e o cachorro de preto morre de magro, isto é, passa fome. E é neste capítulo que estas relações sociais serão tratadas, assim como sobre as questões da colonização, formação, disputas, política e economia relacionadas ao município de Pinhalzinho. Segundo Ivo Eckert⁹ os primeiros colonizadores foram os gaúchos, mas com o tempo começaram a vir migrantes de outros lugares do país, como Paraná e São Paulo, por exemplo. Descendentes de alemães, italianos, poloneses, indígenas e caboclos.

Quanto à economia, sempre ocupou um papel fundamental, não somente por ser necessária, mas por que se não fossem as pequenas matas de pinheiros, talvez não existiriam limites de terras denominadas Pinhalzinho. No princípio da colonização, para o colono ser assentado era preciso antes desmatar o espaço para construir suas casas e formar lavouras. Este processo também foi economicamente importante para os colonos que tinham contato com empresas madeireiras, pois aproveitaram para vendê-las. Estas madeiras eram transportadas através do Rio Uruguai, principalmente para o Rio Grande do Sul e a Argentina.

Até por volta de 1960 a tecnologia a disposição dos colonizadores era bastante rústica. As ferramentas eram basicamente o machado, a enxada, a picareta, também

7 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992.

8 O gringo – para os pinhalenses e outros municípios do oeste catarinense – é o descendente de italiano.

9 ECKERT, Ivo. **Bonito Pinhal. Pinhalzinho: a saga dos pioneiros**. Florianópolis: Ed. Do Autor, 2002; ECKERT, Ivo. **Entrevista concedida a Fernanda Ben**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011.

utilizavam a trilhadeira¹⁰ da prefeitura, para colher o trigo. Praticamente não existiam máquinas, então todo o trabalho era feito no braço: arar a terra com juntas de bois (ou de vacas, em alguns casos), capinavam com a enxada, a colheita era feita com as mãos, e assim por diante. O trabalho na agricultura é diário, não existem férias nem feriados, é realizado do nascer ao pôr do sol. Apesar do trabalho exaustivo durante o dia, pela noite buscavam se divertir com cantorias e brincadeiras. Os domingos também eram os dias para diversão, encontrar os amigos e vizinhos, conversar, jogar baralho, bola, bocha, etc., porém era um dia especial para ir à Igreja e agradecer.

O terceiro capítulo traz como questão principal a religiosidade do povo pinhalenses, como fator de união, em especial a religião Católica, pois a igreja era o local onde se poderiam reunir grupos para discutir sobre assuntos em comum. E esta participação coletiva dava suporte para juntar forças e lutar contra um conjunto de injustiças sociais. Dentre outros, destaque-se o Bispo Dom José Gomes que sempre esteve ao lado do povo: *Não tenho medo de defender os direitos dos miseráveis, frente a qualquer exploração que se faça*¹¹, dentre eles os grupos indígenas, caboclos, agricultores, sem-terra, mulheres camponesas, entre outros.

Por fim, o quarto capítulo trata dos aspectos da modernização das técnicas de produção para a agricultura, processo que trouxe incentivos à produção, mas também imposições, elevando os níveis competitivos exigidos pelo mercado e baixando os ganhos sobre cada produto. Neste sentido as expectativas da produção e da produtividade foram superiores ao que grande parte dos pequenos agricultores conseguiram atingir. Odilon Poli¹² identifica que grande parte dos camponeses necessitaram dos empréstimos bancários e tiveram dificuldades em saldar suas dívidas, sendo obrigados a se desfazer de muitos bens, algumas vezes da própria terra.

Segundo Mirian Carbonera¹³, o auge da crise foi em 1978 com a Peste Suína Africana, onde o Governo encaminhou o Exército para exterminar com todos os suínos que supostamente tivessem sido afetados pela doença altamente contagiosa e letal, o que deu margem para o extermínio dos suínos vizinhos. Isto provocou a queda drástica do preço do produto e, conforme Poli¹⁴, no ano de 1979 foram 20 mil suinocultores da região protestar contra, o que foi chamado de a “farsa da peste suína africana”. A Diocese de Chapecó e as

10 Máquinas utilizadas para beneficiar grãos: debulhar; descascar e trilhar cereais (como, por exemplo, o trigo).

11 Entrevista ao Jornal de Santa Catarina Apud UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes:** mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002. Página 202.

12 POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais.** 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

13 CARBONERA, Mirian. **Dom José Gomes e a relação com pequenos agricultores e índios.** Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História).

14 POLI, Odilon. op.cit. 2008.

paróquias municipais acompanharam o caso ao lado dos suinocultores.

Neste contexto de crise provocada na produção agrícola, nos anos que se seguiram outras manifestações foram registradas e movimentos populares começam a surgir e se estruturar. João Pedro Stédile¹⁵ afirma que a situação obrigou os agricultores e suinocultores a tomar duas decisões: deslocar-se para o espaço urbano e outras fronteiras agrícolas ou resistir e buscar por formas de lutar pela terra nas regiões onde viviam – base social que gerou o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Optou-se pela utilização de depoimentos orais¹⁶ baseados nas memórias de cada ator, sobre o contexto histórico em questão, e pela reflexão dos elementos teóricos para a compreensão das informações obtidas no processo de pesquisa. Também foram utilizadas fontes documentais que estão dispostas nos arquivos do Museu Histórico de Pinhalzinho, na Prefeitura¹⁷ e na Paróquia Santo Antônio, e o jornal A Voz de Chapecó (1940). Este conjunto de fontes foram importantes para a análise da pesquisa, não pretendendo buscar a verossimilidade das questões discutidas. Conforme Le Goff, “não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo”¹⁸.

A História Oral aponta para uma história particular, pessoal, para se analisar um contexto maior, “permite o registro de testemunhos e o acesso a 'história dentro da história' e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”¹⁹. Por esta razão esta metodologia²⁰ foi bastante utilizada nesta pesquisa e estão arquivadas do acervo do Museu e

15 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo. 2012.

16 A fonte oral, assim como qualquer outra fonte, é questionável, já que são produções humanas, e, portanto, possíveis de serem alteradas ou inventadas. Não podemos tomá-las como verdade e precisamos usar outra fonte de apoio, pois são estudos sobre as representações do passado e das memórias.

17 O arquivo da Prefeitura de Pinhalzinho seria um local importante para ter acesso aos documentos gerais como de ocupação, organização, estruturação e administração do município. No entanto, o local encontra-se precário, tornando-se um depósito de objetos inúteis, além de todos os tipos de ácaros, poeira, aranhas e suas teias, entre outros bichos. Consegui retirar algumas caixas para analisar, mas grande parte estava intocável. Inclusive os próprios funcionários da Prefeitura me alertaram dos perigos de ficar muito tempo naquele local fechado e me emprestaram máscara e luvas. No final da tarde um dos funcionários foi até o arquivo pedir para que eu saísse, pois havia ficado lá o dia todo e minha saúde estava em risco. Por esta razão os acervos do Museu Histórico e da Paróquia Santo Antônio foram fundamentais.

18 LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In _____ **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990. Página 538.

19 ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: história dentro da história. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155.

20 Segundo as autoras Verena Alberti, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, a história oral não é apenas uma técnica (defendida desde 1948 por Allan Nevins e outros autores) ou uma disciplina (segundo autores como Jorge Eduardo Aceves Lozano), é uma metodologia de pesquisa, que busca pela construção de fontes e documentos e pretende registrar através de narrativas provocadas ou estimuladas, portanto existe um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, e os relatos orais são complementados com o uso de outras fontes. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). op.cit. 2006 e ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: história dentro da história. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. Op. Cit. 2008.

em meu acervo pessoal²¹. Quanto a uma análise geral dos entrevistados, podemos dizer que não são todos que nasceram ou que atualmente se encontram no município, entretanto no período estudado, viviam lá, desta forma podem nos contar o que presenciaram e como viram a formação de Pinhalzinho. Compartilham de sua história, memórias e experiências.

Durante o processo de entrevista buscou-se levantar questões para estimular o relato do entrevistado sobre as experiências e para que trabalhasse sua memória, pois, apesar de ser única, conforme o tempo passa vai sendo olhada de formas diferentes, se revive o que talvez não se sabia mais e quando é transmitida traz alguma intencionalidade. Ela é “uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, 'coletiva'”²².

A base da existência da História Oral é o depoimento gravado. Sua operacionalização demanda a adoção de algumas medidas. O método no qual utilizei foi uma conversa informal, mediada por questões ou comentários que buscava um desenrolar, construindo a história de vida do entrevistado.

Realizei cinco entrevistas, sendo três com casais e duas com apenas homens, onde obtive contato para a realização através de parentes e alguns são efetivamente meus parentes, como pode ser observado no sobrenome: Lavratti. Também utilizei outras cinco que estão no acervo do Museu, as quais me foram disponibilizadas pelos coordenadores Márcio Luiz Rodrigues e Fernanda Ben. A história contada individualmente é interessante, pois não existe interferência de um outro em suas memórias. E quando em casais, as lembranças foram sendo compartilhadas, entretanto, neste caso, de modo geral, eram como se as mulheres introduzissem o assunto para que os homens debatessem.

Sentados lado a lado, os casais contaram suas histórias, lembraram de acontecimentos, músicas, brincadeiras e etc., saudosos e atentos, assim como os homens, individualmente. No entanto, é interessante perceber as semelhanças destes casais, sendo que os homens estavam ali dispostos apenas para contar estas histórias: abancaram-se em minha frente e assim foi desenrolando nossa conversa. Já as mulheres, no geral, levantavam de pouco em pouco para preparar um lanche, fechar a casa, pegar um casaco, etc., porém estavam atentas as discussões, era “um ouvido lá e outro cá”.

A História Oral possui abordagens “que dão preferência a uma 'história vista de

21 Serão futuramente disponibilizadas no arquivo do Museu de Pinhalzinho e no CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina), em Chapecó.

22 AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & Abusos Da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. Página 94.

baixo' (*Geschichte von unten, Geschichte von innen*), atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas 'objetivas' e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente 'micro-histórica'²³.

Segundo Peter Burke, a *história nova* é um movimento que “reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais”²⁴. A micro-história²⁵ pretende enxergar aquilo que a macro-história não viu e a história do município de Pinhalzinho é um meio de atingir a compreensão dos aspectos específicos relativos a sociedade, isto é, reduzir a escala de observação para perceber o que talvez, de outra forma, passariam despercebidos. A proposta da micro-história é uma delimitação extremamente específica em questão de temporalidade e de espaço, e esta pesquisa, apesar de analisar aspectos do município, pode não ser tão específica assim, já que compreende ao percurso historiográfico do município. Portanto estaria inclusa numa perspectiva micro-histórica, mas que buscou uma análise geral de um passado, para se compreender a história contemporânea da localidade. Para tanto, foi preciso levar em consideração uma das maiores preocupações dos micro-historiadores: o cuidado com as generalizações simplificadoras.

Existem algumas características distintas ao contexto atual, século XXI, com relação a pesquisa, onde houve uma modificação da história em seus conceitos e métodos: o acesso às fontes, às documentações e aos escritos (livros, artigos, teses, dissertações, etc.) estão cada vez mais prático e rápido, facilitando a pesquisa. O município de Pinhalzinho não possui tantas tecnologias como outros, por exemplo as documentações digitalizadas, o trabalho de pesquisa é manual, o que na verdade, na minha opinião, é ainda mais interessante. Ademais dispõe do Museu Histórico, que além objetos²⁶, fotografias, documentações, também compreende um acervo de fontes orais, com mais de cinquenta entrevistas, e diversos projetos sobre as culturas e tradições do município. Estes aspectos foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

23 FRANÇOIS, Etienne. A Fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). op. cit. 2006. página 04.

24 BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Página 16.

25 A micro-história é um campo da historiografia relativamente recente, e que ainda hoje gera algumas polêmicas devido as possíveis generalizações e as possibilidades de definição. Começou a se manifestar a partir da década de 1970 com os *Quaderni Storici* desenvolvidos por um grupo específico de historiadores italianos. Na direção desta revista estão alguns dos historiadores mais importantes deste campo, a exemplo destes temos Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi. ESPADA LIMA, Henrique. A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Página 25.

26 Como ferramentas e instrumentos de trabalho, que foram utilizados por muito tempo e atualmente quase não se usa, virou peça de museu.

CAPÍTULO I – *Chè Sara*: primeiros passos da migração

1.1. Marcha para o oeste²⁷

“[...] extremo oeste, compreendido propriamente no vasto e futuroso município de Chapecó, cujas terras uberrimas se estendem desde Irany, Ponte Serrada e outros grandes cursos d'água até a fronteira banhada pelo Pepery-guassú, que separa Santa Catharina do territorio argentino de Misiones”²⁸.

José Arthur Boiteux, 1929.

Santa Catarina no final do século XIX. Um Estado brasileiro onde a população se aglomera predominantemente no litoral. As terras localizadas ao oeste só foram delimitadas catarinenses após o conflito do Contestado²⁹, ocorrido devido a estes conflitos de terras, onde, em 1916/7, foi feito um acordo em que apresenta os limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Anterior a isto, no Oeste viviam apenas alguns grupos de pessoas que se encontravam ignorados pelo resto do país.

Podemos caracterizar três fases de ocupação: a primeira fase foi a indígena (*Kaingang, Xokleng e Guarani*), com seus primeiros vestígios encontrados, pela arqueologia, que datam, aproximadamente, 5.500 a.C³⁰; a segunda fase foi a cabocla³¹, luso-brasileira, que começaram a chegar por volta de 1837, desbravando a área, com a intenção de ampliar os campos de criação de gado, que já eram vastos no Rio Grande do Sul, e, portanto, tornou-se necessária a abertura dos “caminhos de tropas”, para o mercado consumidor do Estado de São Paulo³², e, no final do século XIX, fugindo do Estado riograndense que estava imerso na ocupação colonizadora dos imigrantes europeus, dedicavam-se ao tropeirismo, ao corte da

27 Para compreender o sentido do subtítulo, ler a Introdução deste trabalho.

28 BOITEUX, José Arthur. Apud Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. Página 82.

29 A guerra do Contestado foi um dos maiores conflitos armados do país no século XX, onde sertanejos, capangas, fazendeiros, polícias militares do Paraná e Santa Catarina e o Exército brasileiro se opuseram, com um saldo de milhares de mortos. Para um melhor estudo sobre o assunto, ler: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas**. 1912 - 1916. 1ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP - CECULT - FAPESP - CNPq - Coleção Várias Histórias. 2004. v. 01. 400p.

30 POLI, Odilon Luiz. O Contexto Histórico do Oeste Catarinense. In: UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002. Página 171-172.

31 Segundo Eunice Sueli Nodari, a conceituação do termo caboclo envolve não somente questões raciais de miscigenação entre branco e índio, na verdade a conceituação de caboclo é mais social econômica do que racial. NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009. Página 143.

32 POLI, Odilon Luiz. O Contexto Histórico do Oeste Catarinense. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002. Página 172.

erva mate e a agricultura de subsistência³³; e a terceira fase foi a de colonização, com descendentes de alemães e italianos vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul.

Ocupação das terras do oeste, a partir de então, tornam-se fundamentais para o Governo, tanto para a proteção dos espaços ocupados, como também para tirar lucros da extração das matérias-primas e da agricultura.

No ano de 1929 o oeste catarinense recebeu a visita de um importante representante político, o então Governador (na época denominado Presidente de Estado) Adolpho Konder³⁴. Foram percorridos três mil quilômetros em estradas de ferro, automóvel, lancha e no lombo de burros, em um período de trinta dias³⁵, com o objetivo “de visitar remota circumscrição do nosso território, forrou-se s. exa. na firme disposição, em que estava, de conhecer, *de visu*, todos os 35 municípios que o compõem”³⁶. Dentre seus companheiros nesta viagem, estava o Chefe de Polícia do Estado, Arthur Ferreira da Costa³⁷ que escreve sobre, dentre outros assuntos, a paisagem da região:

A floresta é maravilhosa.
 Pinheiros de grossura e altura estonteantes.
 Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diametro.
 Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada.
 Arvores preciosas de inumeras qualidades, especialmente o cedro.
 Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se loriga um pedaço de céu.
 As arvores são tão altas e tão emmaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento.
 Atravessam-se trechos enormes sob abobadas baixas e espessas de cipoaes e taquaraes, obrigando o cavalleiro a debruçar-se sobre a sella quasi juntando a cabeça ao pescoço do animal.
 [...] No meio daquella floresta selvatica e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o homem o abandono em que se encontra, tão longe dos recursos da civilização, para os quaes não lhe é possível appellar³⁸.

A descrição é claramente feita por um escritor maravilhado pela paisagem que via,

33 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 74.

34 Para saber mais sobre a viagem do Presidente ao oeste catarinense, ler: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

35 Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. Página 23.

36 BOITEUX, José Arthur. Apud Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). op. cit. 2005. Página 82.

37 Foi Chefe de Polícia do Estado no mandato do Presidente de Estado Adolfo Konder e escreveu o livro “O Oeste catharinense – visões e suggestões de um excursionista”, dedicado ao Presidente, com reedição fac-similar no livro “A viagem de 1929”, anteriormente citado.

38 COSTA, Arthur Ferreira. Apud Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). op. cit. 2005. Página 42.

mas que, por outro lado, critica a região por não ser civilizada. Da forma como foi escrito, é como se não tivessem conseguido sobreviver apenas com suas culturas e sabedorias e que precisassem “appellar” para os “recursos da civilização”. É interessante também acompanhar os olhares que foram lançados aos municípios, encontrando problemas, que, conforme Ferreira da Costa, foram principalmente o “banditismo no sertão”³⁹ e a desnacionalização dos municípios que fazem fronteira com a Argentina, como Dionísio Cerqueira, que tinha, predominantemente, como moeda e língua a do país vizinho⁴⁰. Alguns outros municípios apresentaram resultados diferentes, como “traços fortes de civilização”, que, no ponto de vista do Chefe de Polícia, a colonização, alemã principalmente, é que estava trazendo esta civilização e “progresso” para os municípios do oeste:

[...] Na margem catharinense, a contar de alguns annos, vêm-se formando nucleos coloniaes muito apreciaveis, como Palmitos, São Carlos, Cascaes, Mondahy, antes Porto Feliz, Itapiranga, intelligentemente explorados pelas empresas Sul do Brasil e Chapecó-Pepery Limitada.

[...] Mondahy é supreendente.

Colonia fundada em matta aberta ha sete annos, encontramos ali traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, systematização das energias, ordem admiravel.

Terras ricas e gente indonea, que hão de cooperar para que floresça e avulte um importante nucleo de cultura e de riqueza humanas.

A colonização é de allemães e de brasileiros, vindos estes do Rio Grande, especialmente de Carazinho e Nova Wurtenberg.

[...] Mondahy tem iluminação electrica, hoteis, clubs, salões de baile, boas casas.

São Carlos tem apenas onze mezes e já possui lavoura que quasi basta á alimentação de sua população, escola e uma grande igreja em construcção Itapiranga, com dois annos apenas de existencia, é nossa sentinella avançada de civilização, a nove kilometros da fronteira argentina.

Tem ruas bem ilinhadas, iluminação electrica, escola, bons predios.

Em cada povoado da margem catharinense deixou a excursão do presidente Adolpho Konder um marco fizante e beneficio de sua passagem; novas estradas, linhas telegraphicas, agencias de correio, escolas primarias, providencias fiscaes, autoridades policiaes⁴¹.

Esta colonização foi um processo migratório interno das “velhas colônias” do Rio

39 “As estradas e picadas estão macabramente povoadas de tumulos, em parte da zona que percorremos. São resultantes de motivos políticos, questões de terras, assumptos de honra e, em menor escala, do roubo”. Ibidem. Página 60.

40 “Uma observação interessante para o nosso civismo, que fizemos naquelle agglomerado de povoações, foi a seguinte: Em Barracon as bandeiras argentinas, que tremulavam em vários mastros, eram algo envelhecidas, dando a prova de seu uso frequente. Em Dionysio Cerqueira as bandeiras brasileiras, que eram numerosas quando ali estive o presidente Konder, eram inteiramente novas”. Ibidem. Página 58.

41 COSTA, Arthur Ferreira. Apud Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). op. cit. 2005. Pág. 33-34.

Grande do Sul, que iniciaram ocupação no vale do rio do Peixe⁴² e com a Lei Estadual 1.147, de 25 de agosto de 1947, foram criados os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó. Este processo teve início por volta da década de 1910, mas foi a partir de 1930 que ganhou maior impulso, estendendo-se até por volta de 1960.

O termo “velhas colônias” remete àquelas terras rio grandenses ocupadas por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que vieram em busca de ofertas de terras. Um dos principais fatores para a ocorrência deste fato, foi, a partir do último terço do século XVIII, quando estavam sofrendo a mais profunda mutação, conhecida como Revolução Industrial⁴³. A substituição do modo de produção doméstico⁴⁴ pelo sistema de fábrica, modificou a vida de todos, mas principalmente da classe trabalhadora.

Os europeus estavam saindo do campo, por conta dos avanços da produção industrial urbana e este processo ocasionou a “destruição da ordem tradicional camponesa”⁴⁵. A troca do trabalho manual pelas máquinas deixou muitas pessoas desempregadas e sem meio de subsistência. Portanto, não era uma emigração espontânea e sim uma necessidade vital⁴⁶.

Traremos como exemplo o caso italiano, pois para este país a emigração foi uma verdadeira válvula de escape, já que grande parte da população vivia do trabalho da terra: 8.550.000 trabalhadores agrícolas para 4.416.079 industriais, em 1881. O problema era que, se cerca de um sexto dos agricultores cultivavam a própria terra, os outros não tinham muita esperança em se tornar proprietários um dia⁴⁷. Estes, cujos níveis de vida era bastante baixo, eram os visados pelas propagandas dos países necessitados de mão de obra. É importante constar que esta liberação europeia coincidiu com a necessidade que o Brasil tinha, já que a partir da segunda metade do século XIX o país passou por diversas mudanças, tanto no âmbito político, como econômico e social⁴⁸.

42 PIAZZA, Walter Fernando. op.cit. 1976. Página 86-89.

43 A Revolução Industrial teve suas primeiras manifestações na Inglaterra e depois se disseminou para o resto do mundo. Basicamente, foi a transição do trabalho manual para a máquina. O poder produtivo tornou-se capaz de uma multiplicação rápida de mercadorias e isso ocasionou numa verdadeira mudança no sistema social. Para saber mais sobre a Revolução Industrial, ler: RIOUX, Jean-Pierre. A revolução Industrial: 1780 – 1880. São Paulo: Pioneira, 1975; HOBBSAWM, Eric J. As Origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global Editora, 1979.

44 Está relacionado ao trabalho manual em que a família realizava atividades de confecção ou montagem de produtos, reunidos em suas casas. E quando prontos eram levados para aquele que contratou o serviço.

45 MACHADO, Paulo Pinheiro. op. cit. 1999. Página 45.

46 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 92-93.

47 PETRONE, Teresa Schorer. Apud PIAZZA, Walter Fernando. op. cit. 1976. Página 41-42.

48 Em 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro e em 1871 com a aprovação da Lei do Ventre Livre, o Governo Imperial buscou acelerar a vinda de imigrantes e esta busca, se tornou ainda mais intensa após a abolição da escravidão, em 1888, pois precisavam de mão de obra barata para suprir as demandas das grandes lavouras e para o desenvolvimento de pequenas propriedades de terra, assim como também tinham a intenção e expectativa racista do “branqueamento” da população brasileira, devido à mestiçagem, já que até então os negros e indígenas eram a maioria da população, e a vinda destes europeus diminuiria a

Segundo Paulo Pinheiro Machado, o Brasil precisou de uma forte campanha para atrair uma corrente imigratória, pois apresentava uma série de dificuldades para esta concretização, dentre elas:

[...] a insuficiência do ensino agrícola; o diminuto número de instituições de crédito (especialmente destinadas à pequena lavoura); [...] as lacunas e a inexecução da lei de terras públicas; [...] a falta de transportes e de vias de comunicação que liguem o centro e o interior do Império aos mercados consumidores e exportadores; a criação de colônias longe destes mercados e em terreno ingrato e a falta de providência na recepção de imigrantes e colonos⁴⁹.

A partir do final dos anos 1880 estas propagandas foram as principais incentivadoras da imigração para o Brasil, destacando algumas metas que o Governo prometia aos colonos europeus, como “o transporte gratuito, a concessão de um lote rural e os instrumentos necessários para o trabalho. Sementes. Uma ajuda financeira durante os primeiros tempos. Assistência médica, religiosa e outras vantagens”⁵⁰.

Neste período, mais especificamente em 1889, o país deixava o regime monárquico para se tornar uma República, o que alterou algumas características políticas, não só do país como um todo, mas de todas as regiões e municípios. Havia estes interesses, de suprir com uma mão de obra barata, que se submetesse a um rígido controle; também de regenerar a população com os ideais de civilização e progresso, procuravam ocupar e valorizar as regiões pouco habitadas ou desocupadas; e diversos outros fatores. Em cinquenta anos, o ritmo de chegada dos imigrantes cresceu vertiginosamente.

Ainda sobre a imigração italiana: foi empreendida sobretudo entre 1870 e 1920, não somente no Brasil, mas em diversos países, como os Estados Unidos, e resultou em quase um milhão e trezentos mil italianos deixaram o continente europeu em busca de melhores condições de vida⁵¹. No caso brasileiro as propagandas, como as realizadas pelos agentes de Caetano Pinto⁵², influenciaram nesta decisiva, particularmente as que incluíam as fabulações

“negativa” presença de negros e mulatos na formação do povo brasileiro. Para saber mais sobre o assunto ler: MACHADO, Paulo Pinheiro. op. cit.1999.

49 MACHADO, Paulo Pinheiro. op. cit. 1999. Página 73-74.

50 MANFROI, Olivio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul – Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda., Instituto Estadual do Livro, 1975. Página 22.

51 FALCÃO, Luiz Felipe. **Brasileiros e Italianos: reflexões sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil Contemporâneo**. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e Identidade Italiana no Brasil**: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005. Página 61.

52 O Contrato “Caetano Pinto”, de 17 de junho de 1874, admitia junto com o Governo Imperial a introdução de 100.000 imigrantes europeus no Brasil, dentro de 10 anos. O contrato encontra-se transcrito no livro de

de que Brasil era o país da *cucagna*: a terra da fartura e da riqueza⁵³.

Na tabela a seguir, é feito um comparativo entre a crescente imigração dos europeus em geral para o Brasil, desde 1830 até 1920, com a, também crescente, imigração dos italianos:

Tabela 1 – Imigração europeia e italiana no Brasil, 1830-1920.

Década	Italianos	Total de imigrantes
1831/40	180	502.838
1841/50	5	556.795
1851/60	24	121.747
1861/70	4.923	97.571
1871/80	60.029	219.128
1881/90	295.063	530.906
1891/900	678.761	1.143.902
1901/1910	215.891	698.159
1911/1920	134.017	818.231
	1.388.893	4.698.277

Fonte: PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização Italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976. Página 47.

Na década de 1830 o país recebeu pequenas levas de imigrantes, mas que diminuiu consideravelmente nas décadas de 40 e 50. Em 1860, volta a aumentar o saldo de imigrantes, e é a partir de 1870 que estes números começam a subir drasticamente. Esta excessiva quantidade de pessoas que estão sendo transportadas de um continente para o outro, gerou muitos problemas e dificuldades, não só no transporte em si e na distribuição das mesmas, mas também interferiu na qualidade de vida, de trabalho e em suas culturas e identidades – tanto dos que imigravam como daqueles que os recebiam.

Walter Piazza (1976) *op. cit.*, páginas 53-59, assim como, as implicações e as discordâncias com relação ao mesmo.

53 VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. Página 31.

Estas questões nos mostram o quão difícil foi ter que sair de sua terra natal para enfrentar uma viagem onde não sabiam se chegariam ou se algum dia conseguiriam retornar. A canção composta por Ângelo Giusti, “*Mérica, Mérica*” (América, América), de 1875, apresenta diversos aspectos deste contexto de imigração, mas sobretudo uma nostalgia quanto a coragem e bravura por parte dos italianos ao seguir para América, um território longo e largo, formado por montes e planícies e que, ao chegarem, perceberam que seria preciso de muito esforço para construir suas vilas e cidades.

Dalla Italia noi siamo partiti / Siamo partiti col nostro onore / Trentasei giorni di macchina e vapore, / e nella Merica noi siamo arriva'. / Merica, Merica, Merica, / cossa sarò 'sta Merica? / Merica, Merica, Merica, / un bel mazzolino di fior. / E alla Merica noi siamo arrivati / no' abbiám trovato nè paglia e nè fieno / Abbiám dormito sul nudo terreno / come le bestie andiam riposar. / Merica, Merica, Merica, / cossa sarò 'sta Merica? / Merica, Merica, Merica, / un bel mazzolino di fior. / E la Merica l'è lunga e l'è larga, / l'è circondata dai monti e dai piani, / e con la industria dei nostri italiani / abbiám formato paesi e città. / Merica, Merica, Merica, / cossa sarò 'sta Merica? / Merica, Merica, Merica, / un bel mazzolino di fior.⁵⁴

A viagem da Itália para a *Mérica* girava em torno de trinta e seis dias, utilizando o transporte marítimo e terrestre, e a dúvida de que *coossa sarò 'sta Merica*, viajava junto. Enfrentar a travessia do Atlântico foi o desafio inicial, pois vinham em navios sem muitas condições, já que na maior parte das vezes a quantidade de pessoas ultrapassava o número da capacidade e esta superlotação trazia problemas ainda maiores. O cônsul Di Brichanteau descreve um cenário presenciado por ele na chegada de uma das levadas de imigrantes:

Assistimos o desembarque de um pobre homem, pai de 5 filhos pequenos, que descia com dificuldades a escada do navio, empurrado à frente os filhos que choravam, e levando nos braços o cadáver da esposa que morrera há poucas horas. Deposto o cadáver, aos prantos subiu novamente a escada, para voltar pouco depois, trazendo nos braços mais um filhinho, também morto.⁵⁵

54 Tradução: “Da Itália nós partimos, / Partimos com a nossa honra / Trinta e seis dias de carro e navio / E na América chegamos / América, América, América, / É um lindo ramalhete de flores. / Que coisa será esta América? / É um lindo ramalhete de flores. / Na América nós chegamos / Não encontramos nem palha e nem feno / Dormimos sobre o duro terreno / Como os animais, repousamos. / América, América, América, / Que coisa será esta América? / América, América, América, / É um lindo ramalhete de flores. / A América é longa e larga / É formada de montes e planícies. / E com o esforço dos nossos italianos / Construímos vilas e cidades. / América, América, América, / Que coisa será esta América? / América, América, América, / É um lindo ramalhete de flores.” *Mérica, Mérica*. Letras. Disponível em: <http://letras.mus.br/folclore-italiano/182024/traducao.html> Acesso em 05 de agosto de 2015.

55 Relato do cônsul de Porto Alegre, Compans Di Brichanteau Edoardo (1891-1893). Apud OTTO, Clarícia. As cicatrizes da emigração. In: RADIN, José Carlos (Org.). op. cit. 2005. Página 227.

Apesar dos problemas relatados na canção, ainda assim a América é considerada *un bel mazzolino di fior*, no entanto, esta concepção pode ser atribuída às propagandas feitas aos imigrantes para que viessem. Estes questionamentos feitos pelos imigrantes de como seria a vida na América ou o que poderiam esperar, também é ilustrada na canção “*Che Sarà*” (O que será), composta por Jimmy Fontana, Franco Migliacci e Carlo Pes e publicada em 1971:

Paese mio che stai sulla colina/ disteso come un vecchio addormentato/ la noia l'abbandono il niente/ sono la tua malattia,/ Paese mio, ti lascio e vado via./ Che sarà, che sarà, che sara/ che sarà della mia vita chi lo sà/ So far tutto o forse niente, da domani si vedrà/ E sarà, sarà quel che sara/ Gli amici miei sono quase tutti via/ e gli altri partiranno dopo me/ peccato! perchè stavo bene in loro compagnia/ ma tutto passa e tutto se ne va. / Con me porto una chitarra e se la notte piangerò/ una nenia di paese sonerò./ Amore mio ti bacio sulla bocca/ che fu la fonte del mio primo amoré/ Ti dò un'appuntamento, dove e quando non lo so/ ma so soltanto che ritornerò/ Che sara...⁵⁶

Bastante melancólica e enfatizante nas questões de deixar seu país para viver em um outro que por eles era desconhecido. Quando na letra diz que seus amigos já foram e os que não foram ainda vão ir (*Gli amici miei sono quase tutti via/ e gli altri partiranno dopo me*), apresenta esta ideia de que grande parte da população abandonou seu país, e que quanto a isto sente *pena, perchè stavo bene in loro compagnia*, ou seja, muito dificilmente se encontrariam novamente ou iram para a mesma região, muitos nem mesmo chegariam vivos. É importante destacar a intenção que muitos, se não todos, tinham de retornar: *Ti dò un'appuntamento, dove e quando non lo só / ma so soltanto che ritornerò*.

Marcados pela dor, pela tensão e o medo, os imigrantes aportaram em solo brasileiro. Clarícia Otto fez uma leitura dos 74 ofícios enviados pelos cônsules italianos aos presidentes da província de Santa Catarina (1874/1889) e de 231 ofícios remetidos aos governadores do Estado (1889/1930), constatou uma série de frustrações dos/as italianos/as ao chegarem ao

56 Tradução: “País meu que estás sobre a colina/ estendido como um velho adormecido/ o tédio, o abandono, o nada são a tua doença/ país meu te deixo e vou embora. / O que será, o que será, o que será/ o que será da minha vida quem saberá./ Sei fazer tudo ou quem sabe nada, só depois se verá./ E será, será o que será./ Os meus amigos já foram todos/ e os outros partirão depois de mim/ que pena! Porque eu estava bem na companhia deles/ mas tudo passa,/ tudo se vai./ Comigo levo o violão se a noite eu chorarei/ uma canção fúnebre, melancólica do país eu tocarei./ Meu amor te beijo na boca/ que foi a fonte do meu primeiro amor/ eu marcarei um encontro contigo, onde e quando eu não sei/ mas só sei que retornarei./ O que será...?”. OTTO, Clarícia. As cicatrizes da Emigração. In: RADIN, José Carlos (Org.). op. cit. 2005. Página 226.

país⁵⁷. E a situação foi se complicando cada vez mais, devido a falta de organização para a distribuição dos imigrantes – para então iniciarem o desbravamento, plantio e estabelecimento no local.

No sudeste do país a preocupação dos governadores e fazendeiros era a mão de obra para o trabalho nas fazendas de café⁵⁸, já nos estados do sul brasileiro buscavam por ocupar as terras que ainda não haviam sido colonizadas por europeus. Nestas regiões as características mais comuns foram da pequena propriedade de terra e da agricultura de subsistência. O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a receber imigrantes, neste período, e tinha como política imigratória núcleos coloniais organizados por pequenos proprietários, com o objetivo de fortalecer a agricultura e suprir o mercado interno. As migrações populacionais no Oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná ocorreram de forma interna⁵⁹.

Quanto ao Oeste catarinense, uma das principais causas da expansão gaúcha, estão relacionadas com o esgotamento do solo, já que neste período, grande parte da população não tinha condições de estudar e ingressar em outras atividades que não fossem associadas a agricultura familiar e as famílias, geralmente numerosas, não conseguiam dividir suas terras com todos seus filhos, pois eram insuficientes⁶⁰. Também estavam relacionadas com a qualidade da terra, onde passam a existir redes sociais da migração, segundo Vitélio Parise seus amigos e parentes que já haviam migrado para o oeste diziam: “vem pra cá que têm terras boas”⁶¹, e ele foi, em 1964. O entrevistado Jaime Lavratti, nascido em Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, migrou, ainda bebê, com sua família para o oeste, no início dos anos cinquenta, e nos relata sobre as razões:

O pai saiu de lá porque eles moravam em terras fraca, era terra de pinhal. A onde tem pinheiro a terra enfraquece, é que nem eucalipto, ele suga a água. Daí dá só com o adubo e na época não existia adubo. Nem sabia. [...] Daí o falecido Jacó, que era o nonno*, ele compro essa área de terra de Tiradentes, era uma empresa de Chapecó que vendia áreas, ele comprou acho que três colonos ou quatro. Tinha do pai, do tio Silvestre e do tio Ernesto, três áreas. Ele comprou uma mata assim, sem saber onde ficava. Então eles saíram do Rio Grande, vieram até Pinhalzinho, com um caminhão, com uma mudança: com uma vaca, um cavalo e roupa, eles não tinham móveis nenhum. Chegaram em Pinhal, e de Pinhalzinho à Tiradentes era mata, não tinha nada, daí tinha uns caboclo que moravam no outro lado do rio, eles vinham pelo

57 OTTO, Claricia. As cicatrizes da emigração. In: RADIN, José Carlos (Org.). op. cit. 2005. Página 225.

58 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 93.

59 VICENZI, Renilda. op. cit. 2008. Página 27-29.

60 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 96-97.

61 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2015. (A/A).

* Avô em italiano.

riacho né, subindo pelo rio porque não tinha estrada, daí o pai abriu uma picada, de Pinhalzinho a Tiradentes, a facon e daí levava com cavalo a mudança, e a vaca. [...] O dia que saíram de lá eu tinha cinco dias, eu me lembro bem [risos] e cheguei com nove dias⁶².

Esta ocupação/colonização das terras catarinenses, assim como no Rio Grande do Sul, seguiram a lógica das Colonizadoras, que se preocupavam com a comercialização da pequena e média propriedade de terra para os colonos produzirem a agricultura de subsistência, assim como, é claro, a exploração das riquezas imediatas: madeira e a erva-mate⁶³. Para promover esta colonização a estratégia utilizada pelo Governo de Santa Catarina foi conceder grandes áreas de terras para as Companhias Colonizadoras em troca de dinheiro ou de construção de estradas para facilitar o acesso deste fluxo migratório⁶⁴. Portanto, foram as que deram suporte para este processo de colonização: com a abertura das matas (retirada das madeiras), a subdivisão e venda dos pequenos lotes para os descendentes de imigrantes europeus que vinham do Rio Grande do Sul, a abertura de estradas e a “limpeza” da área – que significava a retirada dos caboclos e grupos indígenas, considerados “intrusos”.

Grande parte destas Companhias foram criadas no Rio Grande do Sul com o objetivo de obter lucros com a venda das terras e a extração de madeiras e da erva-mate, e para tanto era importante a construção de estradas e o desmatamento da região. Muitos dos lotes vendidos para estas empresas eram terras devolutas (do Estado) ou de fazendeiros que pretendiam lucrar com as terras compostas por morros, densas matas ou terrenos com muitas pedras.

Nos primeiros anos de colonização os lotes eram vendidos aos colonos pela Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, que tinha como figura política influente José Rupp. Depois surgiram outras como a Brazil Development E Colonization Company, a Empresa Colonizadora Bertaso e Maia e Cia⁶⁵, entre outras. Muitas vezes estas empresas simplesmente não lucravam, muitas até chegaram a falir, já que tinham diversos gastos com a legalização das terras, a “limpeza” das áreas, o transporte dos colonos e até mesmo com a

62 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2014. (A/A).

63 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 28.

64 Ibidem. Página 27.

65 Ernesto Francisco Bertaso e Agilberto Maia fundaram em 1918 a empresa colonizadora Bertaso, Maia e Cia., iniciando a colonização do Extremo catarinense. Em 1923 a sociedade é dissolvida. CARBONERA, Mirian. op. cit. 2003. Página 24.

exportação das madeiras para a Argentina pelo Rio Uruguai⁶⁶.

A partir de 1925 a Companhia Territorial Sul Brasil teve destaque como a mais importante empresa colonizadora por diversos motivos: por se preocupar com a pequena propriedade de terra e a agricultura familiar; por trazer pessoas de diversas origens (alemã, italiana, polaca, etc.); também por separá-las devidamente por origem, religião, enfim; mas à cima de tudo por ter sido a Cia. que obteve a maior área de terra colonizada, ocupando os municípios de Palmitos, Cunha Porã, Maravilha, Caibi, Iraceminha, São Miguel da Boa Vista, São Carlos, Saudades, Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Riqueza.⁶⁷

Werlang, em sua dissertação de mestrado em história, apresenta uma tabela com informações sobre como foram se emancipando os municípios da área colonizada pela Cia. Sul Brasil, a partir de 1953, citados anteriormente:

Tabela 2 – “Municípios oriundos da área de colonização da Cia. Sul Brasil”.

		Cunha Porã (1958) --->	Iraceminha (1989)
	Palmitos (1953) --->	Maravilha (1958) --->	S. M. da Boa Vista (1992)
		Caibi (1965)	
Chapecó (1917)			
		Saudades (1961)	
	São Carlos (1953) --->	Pinhalzinho (1961)	
		Modelo (1961) --->	Serra Alta (1989)
			Sul Brasil (1992)
			Riqueza (1992)

Fonte: WERLANG, Alceu Antônio. **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: atuação da Cia territorial sul Brasil: 1925 a 1954. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado – História). Página 59.

O fluxo migratório variou durante todo o período (1910-60), sendo elevada quando havia mais áreas de terras para colonizar em Santa Catarina do que no Rio Grande do Sul, mas este fluxo também diminuía em decorrência das dificuldades enfrentadas pelos primeiros

66 Que era dificultado quando não ocorriam enchentes, como em 1943, que durou até 1945, e que impossibilitou o transporte durante este período, quase levando a companhia colonizadora Barth, Benetti e Cia, a falência. WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 43.

67 Ibidem. Página 02.

colonos que se instalaram no oeste, problemas estes associados com a falta de estradas; de comércio para os produtos colhidos; também a relação que tinham com os moradores que já viviam na região – caboclos e indígenas –, entre outros.

1.2. Escravos de Pouco Valor⁶⁸

A partir de 1919, o Estado de Santa Catarina começou a concessão das terras, sem levar em conta a questão de que o oeste catarinense já era povoado, principalmente, por grupos indígenas, principalmente *Kaingangs*, assim como por caboclos, gerando, então, conflitos pela posse das terras.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 decreta que estas terras – que não tinham escrituras e nem um tipo de documentação – eram consideradas devolutas e, portanto, propriedade do Estado. No entanto, é importante destacar que estes posseiros – luso-brasileiros, em sua maioria – não tinham a preocupação em legalizar estas terras, pois para eles eram “terras de Deus” e existiam em abundância⁶⁹.

Délcio Marquetti traz em seu livro (2008) depoimentos de alguns caboclos que viveram nas terras do oeste catarinense, antes mesmo desta invasão das empresas colonizadoras e que, por falta de conhecimento, passaram a acreditar na importância do documento de posse como garantia de permanência na propriedade: “Nóis morava na terra que não era nossa, nós só conhecemo o dono da terra no dia em que ele veio dizê pra nós saí, foi o banco que mandô dizê que não vendia e nem arrendava, era pra nós desocupá a terra deles”⁷⁰.

Era preciso, então, adquirir as terras das Companhias Colonizadoras ou seriam desalojados através do decreto número 21, de 5 de março de 1925, na qual traz em seu artigo primeiro, o seguinte: “Fica estabelecido o prazo até 31 de dezembro de 1925, a regularização das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os posseiros após este prazo serão despejados, com perdas das benfeitorias”,⁷¹ ou seja, tinham o prazo de 10 meses para regularizar e este caso, para a grande maioria, que não conhecia os trâmites legais, se tornava impossível. Esta situação dava um suporte legal para a ação de despejo das companhias

68 Para compreender o sentido do subtítulo, ler a Introdução deste trabalho.

69 Ibidem. Página 26.

70 MARQUETTI, Délcio. **Bandidos, Forasteiros e Intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX**. Chapecó: Argos, 2008. Página 39.

71 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 27.

colonizadoras⁷².

Quando as Companhias chegaram no Oeste, “os indígenas já haviam sido pacificados ou dizimados”⁷³, e, alguns, não tinham mais moradia fixa, acampavam próximo aos rios, ajudavam os brancos e depois iam embora. Os caboclos também passaram a servir de mão de obra “na abertura de picadas necessárias à demarcação dos lotes, construção de estradas, derrubada e arrastagem de madeira e na amarração e condução das balsas pelo Rio Uruguai até a Argentina”⁷⁴. Por isso que, no princípio, a presença do caboclo favorecia o colono, pois estes já haviam ocupado alguns espaços de terra e, portanto, facilitou a inserção dos colonos; e ainda eram aproveitados como mão de obra.

Pouco tempo depois, as Companhias e os colonizadores buscaram por expulsar caboclos e indígenas da região. Em muitos casos para realizar esta “limpeza” da área, as Companhias (como a Cia. Sul Brasil, por exemplo) davam aos caboclos resistentes a “oportunidade” de adquirir a propriedade em que ocupava, mas que na verdade era uma estratégia para que quando os prazos do pagamento vencessem, estes fossem obrigados a sair e vender seus ranchos e suas roças aos colonos gaúchos⁷⁵.

Nos casos em que ainda assim existia resistência, a Companhia contratava alguns luso-brasileiros⁷⁶ como representantes de venda de terra, já que sendo caboclos conseguiriam conversar e convencer os outros e “a falta de noção do valor comercial da terra fazia com que os posseiros aceitassem trocar por quantias irrisórias as suas benfeitorias e plantações”⁷⁷. Segundo Werlang, nesta região havia diferença de tratamento por parte dos italianos e dos alemães, pois os caboclos:

Os que foram incorporados geralmente não tinham acesso à terra, meio de produção. Marginalizados, acabavam vendendo sua força de trabalho, explorada principalmente entre os colonos de origem italiana, enquanto os alemães preferiam a “limpeza da área” à utilização da mão de obra cabocla. Ainda hoje observam-se inúmeras famílias luso-brasileiras nas comunidades italianas, totalmente dependentes dos colonos de origem⁷⁸.

Na medida em que a colonização ia avançando, muitos caboclos e indígenas saíram

72 Em sua dissertação, Werlang, traz alguns posseiros que chegaram a requerer suas terras, página 26.

73 Ibidem. Página 72.

74 Ibidem. Página 74.

75 Ibidem. Página 76.

76 Werlang traz o exemplo do caboclo Jorge Silva, representante de venda, e que parecia ter “habilidade” para efetuar a “limpeza” da área. Ibidem. Página 79.

77 Ibidem. Página 78.

78 Ibidem. Página 84.

da região. E com relação a alguns grupos indígenas, os colonos migrantes e o Governo provincial contrataram “bugreiros”, indivíduos especializados em atacar, ou exterminar estes grupos. O termo “bugreiro”, se origina de “bugre”, forma pejorativa que se usava para se referir aos índios. Estes foram perseguidos e mortos, ou padeceram de epidemias como a gripe, o sarampo ou a varíola. A matéria a seguir, foi publicada em junho de 1940, no jornal “A Voz de Chapecó”⁷⁹, trata sobre como os índios eram tratados e a forma como os “bugreiros” agiam:

Foram creados postos de Proteção aos Indios e os funcionarios federaes esforçaram-se em entrar em relações com os humildes silvicolas, que viviam arredios dos centros civilizados, ressabiados pelas continuas demonstrações de egoismo e ma fé de que em regra foram vítimas.

Dir-se-á que os selvagens continuamente atacavam e trucidavam viajantes, o que efetivamente aconteceu neste Estado e em outros logares, até os primeiros anos do começo deste século, pratica vinda dos tempos do passado.

Não menos certo é que ao revez disso havia as celebres batidas, organizadas pelos chamados Bugreiros especialistas nos morticinios em massa, verdadeiras hecatombes humanas, das quaes ha ainda testemunhas de vista.

São pessoas que fizeram parte dessas sortidas de aventuras, em sorradeira marcha pelos sertões incultos, até surpreender os indios descuidados, nos recessos longinquos das nossas matas brasileiras.

As tribus já viviam dispersas em agrupamento de algumas dezenas de indivíduos.

Arredios, ocultos no interior das florestas, mal eram percebidos por moradores da orla do sertão, ou por turmas de trabalhadores de terras.

De repente um ou outro dano verificava-se em alguma fazenda, um ou outro assalto ocorria aos viajantes e se julgava necessario o preparo de uma batida. O Bugreiro era chamado e organizava a força que tinha de dar a batida, sendo necessario muitas vezes percorrer dezenas de leguas, no interior dos sertões, para se descobrir o paradeiro dos Indios.

O chefe da expedição conhecia, quando chegava a alguns quilometros desse local, e então deixava os companheiros parados e ia sosinho fazer a exploração, para completa localização do adversario.

Depois voltava em busca daqueles e, pelas caladas da noite, dava o assalto certo e fulminante, não encontrando a minima resistencia, pois, os atacados procuravam salvação na fuga, o que poucos podiam fazer. Tudo isso aconteceu e cousas parecidas ainda hoje se vão verificando.⁸⁰

79 “A criação do jornal A Voz de Chapecó, por um grupo de homens comprometidos com o progresso, muito contribuiu para as transformações realizadas a partir do final da década de 1930. A Voz de Chapecó era um periódico de circulação semanal, direcionado aos “patrícios” (colonos) com o objetivo de efetuar mudanças nos hábitos e nos comportamentos de uma população culturalmente heterogênea. O jornal foi criado pelo Coronel Ernesto Francisco Bertaso (proprietário da Empresa Colonizadora Bertaso), Vicente Cunha (advogado que trabalhava para a família Bertaso) e Antônio Selistre de Campos (Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, amigo de Getúlio Vargas). Portanto, a imprensa escrita foi utilizada enquanto mecanismo político com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do projeto colonizador”. PETROLI, Francismar Ilha da Silva. Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Página 13 e 14.

80 Jornal **A Voz de Chapecó**. Chapecó, 02 de Junho de 1940. página 01.

O jornal “A Voz de Chapecó” foi um importante veículo de comunicação fundado em maio de 1939 e que trazia abordagens de todo o oeste catarinense, principalmente sobre as colonizações, o trabalho agrícola e as madeireiras. Na citação anterior o jornal critica a não civilização dos silvícolas e que os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) precisavam se esforçar para ter relações com os mesmos. Mas principalmente esta questão dos “bugreiros” – que sorrateiros vão em marcha, em busca de “surpreender os índios descuidados, nos recessos longínquos das nossas matas brasileiras”, para a “limpeza” da região –, onde não existe um esclarecimento em sua posição, entretanto, em diversas publicações apontavam apoios e preocupações quanto aos grupos indígenas, ao S.P.I e caboclos da região. Reproduziam notícias que tratavam destes assuntos, algumas vezes buscando esclarecimento por parte do Governo:

Intrusos

Estamos informados que na zona compreendida entre a barra da lagoado Macaco Branco e Peperi Guassú, margeando o rio Uruguai, ha um nucho de população que exige a assistência, ou pelo menos alguma providencia do Governo.

Seja do Governo Estadual, ou seja do Governo Federal.

São trinta e nove famílias de caboclos, com aproximadamente sessenta creanças em idade escolar, e escolas lá não existem.

As terras em que está esse nucleo de população brasileira pertencem à Empreza Colonizadora União Popular e estão demarcadas em lotes coloniaes.

Esses brasileiros foram os primitivos povoadores, por si ou por seus paes, dos sertões de Chapecó.

Depois veiu a colonização e eles se foram recostando sobre a fronteira, chegaram ao extremo e lá estão sob a ameaça de despejo, que de um momento para outro pode ser requerido.

E' uma população pobre, analfabeta e sem escolas.

[...] Enfim, os taes chamados intrusos são brasileiros, mas não é de esquecer que estão alojados em terras do domínio particular.

Parece-nos, portanto, que o Governo deverá tomar alguma providencia eficiente e oportuna, procurando salvaguardar os direitos de cada um e ao mesmo tempo as conveniencias de ordem pública.⁸¹

Em um mapa desenhado por Walter Piazza, em 1970⁸², podemos verificar as regiões de atuação de cada Companhia Colonizadora, assim como a pequena parcela que foi reservada para os grupos indígenas:

81 Intrusos. Jornal **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 20 de setembro de 1940. páginas 01 e 04.

82 PIAZZA, Walter Fernando. Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina. Edição do Departamento de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura, Florianópolis, 1970. Apud WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 39.

Figura 1 – Mapa do Oeste catarinense de 1970.



Fonte: PIAZZA, Walter Fernando. **Atlas Histórico do Estado de Santa Catarina**. Edição do Departamento de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura, Florianópolis, 1970. In: WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. Página 39.

A área correspondente ao município de Pinhalzinho foi ocupada por caboclos, no final do século XIX e início do século XX, vindos do Rio Grande do Sul – Nonoai, Sarandi, Sobradinho, Lajeado, entre outros –, traziam suas mudanças em um cavalo e quem não podia montar, vinha caminhando, a procura de um lugar com melhores condições para se viver. Foram eles que abriram as primeiras picadas na região e que cumprem um importante papel na identidade da população pinhalense⁸³.

[Em] 1946, Pinhalzinho era dominada pelos luso-brasileiros. Os poucos alemães que havia, andavam sempre em grupos. Diz que é difícil precisar a época em que chegaram os caboclos, pois havia uma rotatividade muito grande. Os que ali moravam vendiam o rancho para os que iam chegando do Rio Grande do Sul, deslocando-se para Campo-Erê e Modelo. A Companhia

83 FERRARI, Luiz Fernando. Caboclos: história, memória e práticas culturais. In: BEN, Fernanda (et al). **Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho: Schaefer, 2011. Página 39.

[Territorial Sul Brasil] por sua vez tentava impedir a entrada de novos posseiros em suas terras⁸⁴.

“A companhia deu pra cada caboclo o direito a uma colônia de terra. A colônia onde eles moravam. A Cia. fez o levantamento antes, quando eu fiz a medição. Eles pagavam à medição, 1 conto e 150 a medição. A maioria botou fora”⁸⁵. Acabavam vendendo seus ranchos para os que iam chegando e se deslocavam para municípios como Campo Erê e Modelo. A responsável pela comercialização das terras na região de Pinhalzinho foi Cia. Territorial Sul Brasil⁸⁶, que fazia o possível para impedir a entrada de novos posseiros em suas terras⁸⁷.

Na região de Pinhalzinho e Saudades, no ano de 1952, o número de caboclos e indígenas era superior aos de alemães ou italianos, segundo os dados do cadastro realizado pela Cia. Sul Brasil nas seções de Burro Branco, Lageado Grande, Mundo Novo, Cedro, Rabicó, Jundiá e Lageado, que apresentava 402 famílias posseiras, em um total de 3.191 indivíduos⁸⁸.

A Linha⁸⁹ Machado, localizada no interior de Pinhalzinho, era habitada por, aproximadamente, sessenta famílias de caboclos, no entanto, no ano de 1967 aquelas que não tinham titulação da área de terra, foram despejadas e este despejo “contou com a participação das Colonizadoras, do Poder Público, tanto administrativamente como judicialmente”⁹⁰.

Conseguimos contornar a história do município de Pinhalzinho através de sua relação com a terra – desde seu uso como meio de subsistência, até como forma de posse e delimitação.

84 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 79.

85 MUXFELDT, João. **Entrevista concedida a Ires Frozza Teive**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1991.

86 FERRARI, Luiz Fernando. Caboclos: história, memória e práticas culturais. In: BEN, Fernanda (et al). op. cit. 2011. Página 40.

87 WERLANG, Alceu Antônio. op. cit. 1992. Página 79.

88 Idem.

89 O município é dividido por Linhas. No livro *Retratos, Memórias e Fragmentos da História de Pinhalzinho/SC*, são descritas as características das dezessete linhas do município utilizando como fonte as entrevistas orais dos próprios moradores de cada região, estas entrevistas foram realizadas desde 1990 e estão arquivadas no Museu Histórico De Pinhalzinho.

90 FERRARI, Luiz Fernando. Caboclos: história, memória e práticas culturais. In: BEN, Fernanda (et al). op. cit. 2011. Página 47.

CAPÍTULO II – Região com Pequenas Matas de Pinheiros: Pinhalzinho

2.1. Análise Pitoresca*

[...] o [João] Muxfeldt fez chimarrão. Aí ele disse: - Vamo trocar uma bolsa por uma mala?

- Pois não! (Disse o Jorge [da Silva]). Aí o Muxfeldt disse: - Nós vamos criar município. Vocês querem pertencer pra nós ou pra Saudades. Aí o Jorge olhou pra ele e disse: Seu João, o que vocês podem fazer, nós também podemos. Aí o João disse: Está muito bonito. Vamo organizar uma comissão de 4 homens e vão comigo a Florianópolis. Aí entra com projeto lá. Foi o Jorge, o Coletor (Seu Nunes) o Avelino Fiorini e o outro não me lembro quem foi. Quando eles voltaram logo disseram que nós ia ganhar município⁹¹.

Pinhalzinho, município do oeste catarinense, emancipado em dezembro de 1961⁹². Antes disto, um pedaço de terra que poucos davam valor. A primeira ocupação foi efetuada pelos caboclos (como dito anteriormente), mais tarde, em 1931, teve uma importante percepção que mudou o rumo de sua história:

Ivo Eckert, filho de José Marcolino Eckert⁹³, nos conta que naquele tempo a indústria era a extração da madeira no Rio Grande do Sul, e seu pai percebeu que não duraria muito tempo, pois já haviam diversas outras serrarias e cada vez menos madeiras. Então em 1931, saiu de Selbach, em companhia de seus companheiros e cavalgou para a Argentina em busca de uma nova região para explorar, e de lá foi conduzido para a Secção Anta Gorda⁹⁴, uma terra que diziam haver densas matas de pinhais⁹⁵.

* Busca abordar a história do município com as tradicionais informações, mas também através dos causos, das lendas, contos e estórias.

91 WERLANG, Pedro Fridolino. **Entrevista concedida a Ires Frozza Teive**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1991. Grifo nosso.

92 Pinhalzinho, assim como todo o Oeste do Estado, era pertencente ao município de Chapecó, conhecido como o *Velho Xapecó* (FERRARI, Luiz Fernando. *op. cit.* Página 36). Posteriormente, em 1956, passou a fazer parte do município de São Carlos, centro urbano mais próximo. Segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a Lei estadual nº 780/61 de 7 de dezembro de 1961, Pinhalzinho tornou-se um município, e oficialmente em 30 de dezembro de 1961. Conforme dados do IBGE de 2010, possui área de unidade territorial de 128,159 Km². Está localizado no centro da microrregião oeste do Estado de Santa Catarina, situando-se entre dois grandes centros, Chapecó e São Miguel do Oeste e em um raio de 12 km, encontra-se rodeado por 11 (onze) municípios, que, comercialmente, são dependentes.

93 José Marcolino Eckert conhecido como o “pioneiro” da cidade de Pinhalzinho, era dono da maior serraria da região, na época. Hoje a maior e mais antiga escola de ensino fundamental e médio do município carrega o seu nome, Escola de Educação Básica José Marcolino Eckert.

94 Também era conhecido como Linha Bonita. São os nomes dos dois lageados que possuem vertentes no Banhado Grande, localizado nas imediações de onde hoje é a cidade de Pinhalzinho.

95 ECKERT, Ivo. *op. cit.* 2002. Passim.

[...] O Marcolino então com toda aquela vocação de madeireiro, vendo aquela barbaridade de pinheiros, já com a visão de que iam trazer uma serraria para cá. Isso era uma novidade naquele tempo. Em geral os madeireiros não serravam a madeira para ser lançada nos rios em direção a Argentina, eles levavam as toras brutas. Mas era muito menos remunerados. Papai tinha a idéia de serrar a madeira no local, embalsar e transportar para a Argentina. Foi o que aconteceu⁹⁶.

Instigados por estas notícias, outras famílias seguiram o mesmo caminho, a fim de trabalhar na empresa, “como do Sr. Aloisio Eckert, Sr. Alfredo Lauermann, José Utzig com seu irmão solteiro João Utzig”⁹⁷. Mas perceberam que o pinhal não ocupava grandes áreas⁹⁸. Portanto, nos primeiros anos do século XX, estas terras que hoje são conhecidas como o município de Pinhalzinho, eram compostas por pequenas matas de pinheiros – motivo do nome.

No Museu Histórico do município estão arquivadas algumas cartas do Marcolino para seu filho, José Edgar Eckert, que estava servindo como Soldado da 7ª Cia, III Btl., 8º Rgt, de Passo Fundo/RS, no final da década de 30. Nestas cartas Marcolino escreve sobre a situação da família e dos negócios - basicamente das dificuldades relacionadas com a serraria e daquilo que envolvia a colonização das áreas de Pinhalzinho:

[...] e enquanto isso vamos se colocando aqui no, Xapeco, para mais tarde plantar algum fumo – finalmente estes dias consegui trazer a madeira para a construção do Galpão – em quanto isto estamos lutando com o picão, carurú e outros icos [inços] que estão dominando aqui na lavoura – Estou combatendo sem tréguas as formigas cortadeiras, que são uma verdadeira praga – por enquanto estou vencendo a luta, mas é a água, fogo e veneno. -⁹⁹
[...] Agora nós aqui ficamos outra vez sós com o nosso, inço – mas já notei uma cousa, a gente não mechendo com elle, o mesmo se acaba, e da lugar a outros matos menos sementados! Portanto... dou meia volta, e deixo elle em paz.¹⁰⁰

Um dos maiores problemas era que o lugar mais próximo onde se tinha algum tipo de tecnologia para a Serraria (como um soldador, por exemplo), era em São Carlos. “Aqui o que

96 ECKERT, Ivo. op. cit. 2011.

97 Histórico de Pinhalzinho: 1º – Início da Colonização (1931). Diocese de Chapecó. **Livro I de Tombo da Paróquia Santo Antônio**, em Pinhalzinho, SC, s/a. Página 02.

98 SCATOLIN, Leocádia Pavan. Pinhalzinho: aspectos geográficos, história e educação. In: BEN, Fernanda (et al). op. cit. 2011. Página 97.

99 ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 22 de Outubro de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 01 Página. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

100 ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 18 de julho de 1940, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 03 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

não se fazia com a força bruta do homem ou dos animais não era feito”¹⁰¹.

Ainda assim, com a intenção de colonizar e usufruir do espaço para desenvolver a indústria da madeira e também a agricultura (importantes atividades econômicas da região), muitos outros migrantes vieram de diversos municípios do Rio Grande do Sul. Estes interesses não eram apenas dos colonizadores, mas também do Governo do Estado e das empresas colonizadoras, que além de vender as terras e ocupar espaços para desenvolver estas atividades econômicas, participavam destes lucros.

Foram realizados os primeiros censos, feitos a pé, abrindo picadas ou utilizando-se daquelas já feitas pelos caboclos, para alcançar todas as famílias. Em 1940 João Muxfeldt e José Marcolino Eckert iam de casa em casa “chamava os pais, botava o nome dos pais, dos filhos mais velhos, mais novos”¹⁰². Era necessária esta estimativa, pois a população estava crescendo cada vez mais neste período.

As relações familiares e da sociedade, de maneira geral, tinha como base a patriarcal, onde os filhos e esposa, evitavam compartilhar opiniões com o homem (pai e esposo), que não deveria ser questionado. Eram famílias sempre muito numerosas, algumas vezes chegavam a vinte filhos, e para conseguir mantê-los dentro deste padrão de respeito foram inventadas estórias como precaução, que os assustavam, evitando que fizessem qualquer tipo de perversidade: “Não saiam de noite pra fora, porque tem o lobisomem”¹⁰³. Então, para não extrapolar, os pais contavam causos como este:

[...] de uma guria que se achava muito bonita e conforme a pessoa que tirava pra dançar nos bailes, ela não topava em ir, se dizia: dava um *carão* no jovem. Aí um dia apareceu um jovem muito, muito bonito, e convidou ela pra dançar, e ela se achou toda e foi dançar. Quando ela percebeu, olhando pro chão, viu que os pés desse jovem era umas patinhas de burro. [risos] Ela se assustou e realmente era o capeta que tava dançando com ela, travestido de homem. Então contavam essas estórias, mas isso tudo tinha a ver com o papel de ser humilde, de não desprezar, de não desprestigiar as outras pessoas¹⁰⁴.

Estas estórias estavam relacionadas com aqueles princípios de dar valor a todas as pessoas, não importava quem fosse, tinham que respeitar a todos: cuidando com o que falavam, vestiam ou onde iam se não “o diabinho vai te pegar! Ó, a bruxa te pega!”¹⁰⁵ ou até

101 ECKERT, Ivo. op. cit. 2011.

102 MUXFELDT, João. op. cit. 1991.

103 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

104 Idem.

105 LAVRATTI, Noli Nelson. Op. Cit. 2015.

mesmo a polícia: “Cuidado não vai lá porque têm o polícia que te pega é’. É! Tinha medo da polícia, então qualquer coisinha assustava a gente né, isso aí eu lembro. Meus pais assustava a gente assim né, de certo dá um receio, não podia fazer arte, porque o bicho pega”¹⁰⁶.

A principal característica em comum dos pinhalenses está na devoção religiosa, onde os valores eram constituídos pela Igreja, principalmente a Católica Apostólica Romana. Em Pinhalzinho, anterior a década de 1940, “A gente não sabia o que era domingo, o que era segunda, a gente ia vivendo. Sabia-se que era domingo depois que veio o José Theobaldo Utzig e disse: tem que rezar o terço, aí nós íamos para a igreja lá no morro”¹⁰⁷. Então, segundo Altair e Eliana Lavratti¹⁰⁸, o domingo não era domingo se não fossem para a igreja rezar e ouvir o padre, pois tudo o que era dito por ele, tinha o sinônimo de verdade. Entretanto, para manter estes costumes religiosos, também se contavam estórias, como por exemplo, no período da quaresma, onde não poderiam fazer nenhum tipo de festa ou baile e passavam os quarenta dias de jejum, de abstinência, de preparação para a Páscoa. As estórias contadas era que aqueles que fossem em bailes dançar, fazer festa e barulho, “criava rabo”, “na quaresma não se fazia barulho nenhum, dança, baile, sempre era proibido”¹⁰⁹. Com tantos filhos a forma de segurar era “o susto, o medo e a vara de marmelo”: “Quanta cabecinha criando coisa, se não se colocava um limite, não tinha como!”¹¹⁰. Estas questões nos levam a pensar nas razões destas estórias: se precisavam manter os pinhalenses nestes padrões, é porque, possivelmente, algum caso de indisposição ocorreu, porém é um aspecto que não foi mencionado e, em algumas das fontes analisadas, até mesmo negado.

Na década de 70, também foram lembrados de personagens que, segundo entrevistados, eram conhecidos por todos os pinhalenses: o Mazzaropi e o Zé de Moura, “uns caboclos sem ninguém, pobres, pobres! sem nada, viviam... Não tinham condições de trabalhar, porque eles eram velhinhos já, muita deficiência de saúde, por não ter comida, em especial”¹¹¹: viviam do pão velho que as padarias e mercados davam e da ajuda do povo. “O Mazzaropi fez uma casinha de dois andares de papelão e no banhado. [...] O *bicho* era sabido”¹¹². E o Zé vivia com um saco: uns diziam que era um saco de limão e outros não sabiam dizer o que era, mas sempre tinha uma trouxa que levava nas costas. A questão é que existia no município uma hierarquia, isto é, estas relações em que uns tinham mais privilégios

106 BASSO, Zeferino. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2015. (A/A).

107 Idem.

108 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op.cit. 20015.

109 Idem.

110 Idem.

111 Idem.

112 Idem.

do que outros. Conforme os depoimentos de Altair e Eliana Lavratti, a população não era instigada a ajudar e este discurso representa uma nostalgia e, talvez, arrependimento frente a esta situação.

[Eram] duas pessoas lendárias. Ao mesmo tempo que a gente tinha medo, tinha dó e, como é que eu vou dizer... não instigava a gente ajudar essas pessoas. [...] E não tinha a assistência do município para com eles... era eles e um cachorro era o mesmo latido! Não tinha... Nem mesmo a Igreja se preocupava em dar uma casinha... nem nós, a gente não se tocava de que eles poderiam ter uma casa melhor, fazer uma luta pra eles ter uma casinha¹¹³.

Outro caso que os entrevistados trazem é o bar do “Véio Dallagnol”, o *Bar do Léo*, que era o ponto onde se esperava o ônibus para ir para os outros municípios, ficava na saída para Modelo, e que era bastante conhecido porque tinha um sabiá na gaiola, que cantava e chamava a atenção de todos, o dono quase “valorizava mais o sabiá do que os filhos, não querendo comparar, mas era um bichinho inteligente!”¹¹⁴. Era um local mais afastado do centro da cidade, mas que reunia muita gente e era um dos bares mais conhecidos da região.

São causos e histórias do município que fazem parte da sua história e foram sendo passados de pais para filhos. Esta é uma característica muito comum dos pinhalenses, independente da descendência, onde reuniam-se com amigos e família para contar causos, como de pescaria, assombração e etc.

Tinha um rio ali no interior de Sul Brasil [...] tinha um lugar que o rio formava um poço, assim fundo, e dava muito peixe, e o que a gente escutava falar é que ele [dono das terras próximas do rio] dizia que não era pra ninguém chegar perto daquele rio, porque aquele poço lá era amaldiçoado, que a noite se escutava alguém passando correndo e arrastava umas corrente né, tu escutava um barulho de umas corrente de arrasto que era o capeta que vinha pra pegar quem tava por aí na região. [...] Daí ele corre, corre e daqui a pouco ele escuta um barulho na água, que cai dentro da água lá, um barulhão que alguém cai no poço lá sabe. E some! Não se ouve mais nada! E a gente era criança e acreditava, era assustador. Pescar, nem pensar naquela região lá! E era história do camarada¹¹⁵.

113 Idem.

114 Idem.

115 LAVRATTI, Noli Nelson. Op. Cit. 2015.

Esta estória, que foi propagada pelo dono das terras próximas ao rio, representa uma forma de garantir que os recursos deste rio fossem resguardados. A partir destas estórias – que não representam a totalidade – consideramos que descrever o município de Pinhalzinho e os pinhalenses não é uma tarefa fácil, as características são diversas, contando com suas culturas e tradições. Mas de maneira geral, a característica mais comum entre as descendências está relacionada com o trabalho, tendo como principais atividades a indústria madeireira e a agricultura.

2.2. Balseiros e Agricultores

Na viagem de 1929, pelo oeste catarinense, empreendida pelo Presidente Adolfo Konder, um de seus companheiros Arthur Ferreira Costa, escreve sobre a importância desta viagem: visitar pessoalmente uma região em que comandava politicamente. Uma das dificuldades descrita estava relacionada com a navegação pelo rio Uruguai, quando o nível da água estava baixo, tornando perigosa a viagem, ainda mais quando se tratava de carregar cargas de madeiras: “O transporte de mercadorias é feito, de uma para outra margem, em muares divididos em magotes pelas balsas, num vae-vem demorado e paciente”¹¹⁶.

Em Pinhalzinho, como visto anteriormente, a indústria madeireira foi muito importante no princípio da colonização. Os colonos que se estabeleceram na região limpavam as áreas com a retirada das árvores e devido o grande porte das mesmas, para derrubá-las era normalmente necessários os serrotes para duas pessoas, onde ia uma em cada ponta. Depois as madeiras eram vendidas para as serrarias, que as iam buscar:

Lembro daquele tempo em que morávamos rodeados de floresta aqui onde mais tarde seria Pinhalzinho e o que mais me impressionava eram os pinheiros, pinheiros muito grossos e altos. [...] Já tinha vindo cidadãos para trabalhar na serraria que o papai tinha construído [...]. Para lá tinham de ser arrastadas as madeiras, as toras de pinheiros. Eu me impressionava com aquilo porque havia bois enormes, com chifres enormes, cinco, seis juntas para arrastar uma tora daquelas. As toras tinham a grossura que cobriam a altura de um homem. Então os bois, eles se ajoelhavam de tanta força que faziam. Os que guiavam os bois – João Utzig, Osvaldo Pinto, Alfredo Laueremann na gritaria também eram seguidos da cachorrada. Aquilo tudo era uma arruaça com latidos e gritaria. Os bois, coitados, ajoelhados se esforçavam para puxar as toras. As toras eram levada ainda verdes para a serraria¹¹⁷.

116 COSTA, Arthur Ferreira. Apud Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). op. cit. 2005. Página 32 e 34.

117 ECKERT, Ivo. op. cit. 2011.

Na serraria utilizavam a máquina para serrar as toras em tábuas, amarravam todas com o cipó Guá-imbé, que também era utilizado para amarrar os bois e as toras: “Ajeitava-se dez, doze ou mais toras na água. Atravessava-se uma vara resistente – que se denominava gambão – em uma das pontas das toras se amarrava (laçava) com cipó. Era a forma de amarrar as vigas ao cambão”¹¹⁸. Caso demorasse para vir a enchente, era preciso ser re-amarrados com novos cipós, pois quando muito tempo na água, apodreciam e se soltavam. Para as tábuas serem levadas aos rios, era preciso de uma estrada, então a “Companhia Territorial Sul Brasil, construiu uma estrada com o trajeto de 14 km, entre Saudades até o local onde estava sendo construída a serraria. Fazia ela muitas voltas, sendo a mais conhecida a tal Volta Grande”¹¹⁹.

João Muxfeldt, que tinha uma serraria e era balseiro de Pinhalzinho, conta sobre estas viagens: “Eu geralmente deitava dentro de uma canoa, dormia ali. De manhã passava o vento frio. Em cima da balsa, fazia-se um chão de terra. Ali se cozinhava, esquentava o chimarrão. Levava de 4 a 5 dias de viagem. Saía de Saudades, ali tinha um portozinho”¹²⁰.

Para os colonos a venda da madeira servia para o pagamento das terras nas quais haviam comprado e não tinham condições de quitar, então eram feitos estes tipos de acordos:

Eles financiavam não sei por quantos anos na época, também, a troca de produto, a troca de madeira, lá era cheio de madeira nobre, daí entrou a serraria, que compravam essas madeiras. Eles vendiam e pagavam as terras. A maioria lá pagou com madeira, na época, todo mundo, não tinha outra coisa. Produção, era muito morro pra tu produzir assim, pra tu vender, pra tu pagar uma conta alta. Vender, vendia, mas o trabalho manual, tu faz pouca coisa, não faz pra pagar. Era mata cerrada, fechada, então era muita madeira de lei, e as serrarias compravam tudo, serravam madeira. Essas madeiras, eles mandavam lá pro Rio Grande, era serrada em Pinhalzinho, ia pra São Carlos, lá eles faziam aquelas, como é que chamavam? Balsa, jangada. [...] eles amarravam um monte de madeira, de pau, madeira grossa em baixo pra fazer a boia do barco e daí enchia de tábua em cima, carregava aquela montanha de tábua e seguia rio a baixo. Sempre no Uruguai fazia. É jangada acho que chamava na época, não sei. [...] Então quem fazia dinheiro era as serrarias, os caras vendiam pra lá a troca de banana. [...] compravam toda a madeira e levava pra fora e daí com aquilo os colonos compravam as terras, pagavam. E depois plantavam pra comer e viver, [risos] muito morro naquelas terras lá, muito morro, não podia produzir tanto, mas todo mundo vivia tranquilo. Limpavam tudo com boi, enxada, foice, facão, machado, serrote de duas mãos [risos] pra derrubar tudo.¹²¹

118 “madeira que atravessava várias vigas na ponta para amarrá-las”. Idem.

119 Histórico de Pinhalzinho: 1º – Início da Colonização (1931). op. cit. Página 01.

120 MUXFELDT, João. op.cit. 1991.

121 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op.cit. 2014.

Por esta razão a extração da madeira foi importante para a economia da população, já que assim conseguiram pagar as terras que haviam comprado. No entanto, muitas vezes demoravam mais de ano para pagar, pois na região tinha bastante madeira como “pinheiro, cedro, louro, alguma se vendia, mas não se ganhava nada quase [...] porque tinha bastante, daí a serraria pagava uma micharia”¹²².

E já no final dos anos 30 iniciou-se intensa fiscalização do Governo quanto estas retirada das árvores, então para cada árvore cortada era obrigatório o plantio de outras três, segundo Hugo de Almeida Campos, “depois eles resolveram cobrar em dinheiro, aí não plantava mais e o dinheiro se sumia”. Seu Hugo comprou vinte hectares de terras em Pinhalzinho no tempo em que as mesmas não valiam quase nada e ali construiu sua Serraria, abriram estradas “a custo de picareta”, tirando as madeiras e dizia que “levava pra botar fora lá”, pois ganhava muito pouco, o preço na Argentina era muito baixo: “Tiramos a matéria-prima daqui. Tinha pinhal em Pinhalzinho que era um colosso”¹²³. A lei era um fator, mas também existia uma preocupação em preservar o trabalho das serrarias e a vida na região, para isto continuavam com a plantação das árvores frutíferas e de corte:

[...] por um lado não me importo com o serrar muito porque o pinhal é pouco mesmo, e assim vae durando mais [...] ¹²⁴

[...] plantei arvoredo, entre limeiras, laranjeiras, bergamoteiras e Louros m. ou. m. 300 – e isso a maior parte na Colonia do Pinhal -

Com os Louros experimentei há tempo arancar brotos e replantar, pois olha lá – vingaram – ahi fui descobrir mudas nascidas de semente lá no Pinhal, araquei uns 150 e plantei na Colonia, agora não sei, o tempo não corre muito favoravel, pois faz mais de mez que não chove.

Queira Deus que não séquem. - ¹²⁵

Eu me dediquei este anno a replantar mato, de acordo com a lei florestal em vigor – Plantei louros e felizmente vingam bem, de maneiras que no outro inverno quero plantar umas centenas ao menos e assim todo os annos que Deus me der ainda ¹²⁶.

[...] me dedico a replantio de mato, e arvoredo – estou povoando devagarzinho aqui de louros, pinhos etc – e algumas laranjeiras e mesmo bergamotta e lima, - experimento tambem enxertar – quero ver se funciona.

Louros entre aqui e no pinhal tenho talvez já um milheiro – entre naturaes podados, e replantados – bem como uns 800 pinhos plantados este anno – que estão começando a nascer – Assim é que se eu poder esperar uns 50 anos

122 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

123 CAMPOS, Hugo de Almeida. **Entrevista concedida a Ires Frozza Teive**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1990.

124 ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 22 de Outubro de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 01 Página. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

125 ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 10 de agosto de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 02 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

126 ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 10 de setembro de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 02 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

tiro proveito e si não, os filhos e netos que desfrutem -¹²⁷

A economia não era baseada apenas na madeira, havia uma diversificação onde a agricultura também estava incluída, sendo o principal meio de subsistência da população em geral. Os entrevistados afirmam que eram tempos muito difíceis, pois o trabalho era todo “a muque”, não existiam máquinas e este trabalho, tanto do corte das árvores, como na roça, eram feitos por todos os membros da família, homens, mulheres, meninos e meninas (a partir dos sete, oito anos).

Francisca – Não, tudo pra roça, o pai, as meninas também iam pra roça, as famílias era grande, só ficava os pequeninhos em casa, a mãe ficava pra fazer comida e limpar a casa, lavar roupa, remendar, remendava muita roupa, antigamente.

Vitélio – Eu com a mulher, os primeiro levava na roça dentro do cestinho, num cestinho... pra mulher vir ajudar um pouco. Um cachorrinho ao lado, as vez cavocava a terra, tirava em cima. Aí chorava, êh, que vida, sacramento.

Francisca – No cesto de botar pasto a finada mãe levava, depois quando ia embora enchia o cesto de pasto, levava o cesto de pasto, levava o neném, depois chegar em casa botar a vaca pra tirar leite.

[...] **Vitélio** – Não tinha outro... não tinha quem... deixar em casa com quem? Só se depois com os mais velhos, já grandinhos, daí sim eles ficavam em casa pra cuidar dos pequenos, mas se não, os primeiro... era só o casal e tinha que se virar, trabalhar, porque dívida, comprava a terra, tinha a terra pra pagar¹²⁸.

As atividades destinadas para as crianças eram as mais simples ou menos perigosas, “os mais grandinhos faziam o trabalho da força e nós crianças fazia o trabalho da correria, desde os três, quatro anos. Se nós tinha condição de pegar o cabo de um baldinho de três, quatro litros pra pegar água e levar pros porco, pegar um terneiro na corda e levar na água”¹²⁹, tratar a s galinhas, recolher os ovos, cortar pasto para os porcos da horta, tudo o que estava próximo da casa era tarefa das crianças. E era assumido como tarefa. Conforme afirma Altair Lavratti, “não era um sacrifício, era uma brincadeira responsável!”. Quanto ao trabalho na lavoura, muitas vezes deixavam de ir a escola para contribuir e isto não era uma escolha, mas uma imposição, já que seus pais precisavam da ajuda:

[...] quando era safra de feijão a gente não ia pra escola porque tinha que ficar em casa pra ajudar bater o feijão né, bater o feijão na trilhadeira, então

127 ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 18 de julho de 1940, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 03 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

128 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

129 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

nós puxava o feijão num monte só, colocava a trilhadeira lá na roça, com junta de boi, isso era trabalho dos adulto e o das criança era de puxar os montinho pro monte grande. Daí depois passava os montinho de feijão na trilhadeira e o trabalho das crianças, de novo, era tirar a palha seca de ali de ao redor, pra poder limpar o feijão, tirar das vagens. Mesma coisa quando era o dia de bater o milho, mesma situação, o trabalho das crianças tirar da palha e era o nosso trabalho. Ou então quando era época de plantio, também não se ia pra escola porque tinha que ficar fazendo comida pro pai e a mãe trabalhar, no caso o padrasto e a mãe trabalhar na roça, daí ficava em casa fazendo a comida e cuidando dos irmão mais novo.

Segundo Seu Jaime, “Antigamente os casais tinham muito filho pra mão de obra”¹³⁰ e nos conta uma divertida história sobre seus irmãos, Arestides e David, quando numa das empreitadas foram plantar feijão a mando de seu pai – “ele não trabalhava, mas mandava nós, [e] ia lá só fiscalizar” –, tinham um alqueire de mata para plantar um saco de semente (quatro latas), e “até que não acabasse de plantar esse *feijon*, não era pra voltar pra casa”, então os irmãos foram e “pau e pau”, era um sábado ensolarado e quente, quando ainda faltava uma lata, um dos irmãos jogou o resto em “uma toca de tatu funda”, e voltaram para casa afirmando que haviam acabado. Dias depois o pai deles foi conferir se estava crescendo, se tinha que limpar, “e passa na beira do mato e vê o *feijon* brotando da toca do tatu [risos]. Mas chegou em casa, rezou o rosário [risos]. Era de dar risada”.

Os filhos eram educados pelos pais a fazer o que lhes era mandado, a respeitar as ordens deles e dos mais velhos, pois seu papel era fundamental no trabalho e para o sustento da família. Outra história que Seu Jaime nos conta representa esta situação:

Jaime: E olha que nós fizemos alguma vez. Um dia também, lá na terra do João Eichelberger, tinha um plano lá em cima onde era o tio Pedro né, uma planície, era pouca planície que tinha ali, daí eles tinham plantado milho e o milho quando já tava com a espiga pronta tu podia dobrar ele, pra secar e daí a gente limpava, tirar o inço, e plantava o *feijon* no meio do milho, e tu vê, um dia de manha o pai pega um saco daquele *feijon* cavalo, é um *feijon* graúdo, disse:

- Agora vocês vão lá – eu e o Davi – e não me voltem até acabar, não interessa a hora, depois vocês pra hoje tá bom.

Aí fomos lá eu e o Davi, e “pau e pau” naquelas maquinas [risos], mas nós só ia assim, *pa, pa, pa* [demonstra de um lado para o outro] não fazia em fila reta, pra encher a fileira de uma vez só, em vez de ir com uma e voltar na mesma, e plantava bem certinho. Fomos até duas da tarde, até acabar, mas plantamos tudo. Aí fomos de volta, chegamos em casa:

- Tá pronto?

- Tá!

E sobrou umas fileiras pra plantar lá daí digo:

- ah pai da mais uns quatro, cinco quilo.

- Ah não, deixa assim - diz ele - tá bom.

Mas era assim as ordens [risos] Vai lá, e quando acabar vem de volta.

Cristhina: E se não faz?

Jaime: *Má, Deusolivre*, o *chicoton* pegava, tinha um “amansa burro” lá que tá louco. [risos] Não era fácil. Mas tudo foi exemplo. Não me arrependo do que o pai fazia com nós, tudo foi lição pra gente... aprender a viver¹³¹.

A atividade da agricultura é diária, não existe feriado ou férias. Até por volta da década de 1960, a produção era tanto para o consumo, quanto para a venda, sendo que, para alguns dos agricultores, a maior parte era priorizada para o comércio, pois tinham que pagar as contas, “quando fazia a colheita entregava o produto [no comerciante], daí sobrava aquela minguinha pro fim do ano, de natal. E aí começava tudo de novo, começar do zero ainda”¹³². A produção era pouca porque para a maioria era “tudo feito a enxada, não tinha boi, não tinha carroça, puxava as coisas com o cargueiro, o cavalo né, carregava o milho em cima lá, era sofrido, muito, muito sofrido!”¹³³. Estas atividades também possuem uma ordem anual, ou seja, um calendário agrícola que é seguido desde os antigos através da observação da natureza: as fases da lua, as estações do ano, etc.

As sementes, obtidas nas safras anteriores, eram plantadas nos dias de lua crescente ou cheia, quando o magnetismo da lua favorece a concentração da seiva das plantas na parte superior, potencializando o crescimento de galhos e folhas. No caso de plantas que desenvolvem raízes ou tubérculos, a melhor fase de plantio é a lua minguante ou a lua nova, pois o magnetismo lunar enfraquece e permite que a seiva das plantas se concentre nas raízes¹³⁴.

São conhecimentos colocados em prática desde há muito tempo na agricultura, até mesmo quando não se tinha um estudo teórico aprofundado. Esta prática simplesmente foi transmitida oralmente entre as gerações.

Que nem na lua nova, nós não plantava por que carunchava o milho, principal carunchava a junta, ali os nozinho carunchava e cai devarde [em vão]. Então de preferência nós coia [colhia] da cheia pra minguante, quando fazia lua cheia pra lua minguante era a época que nós ia lá pra planta, daí não caruncheia [carunchos]. E pra dobra o milho também se procurava a dobra ele na lua minguante, que daí não quebra tanto as cana.¹³⁵

131 Idem.

132 BASSO, Zeferino. op. cit. 2015.

133 Idem.

134 ONGHERO, André Luiz. **Retratos e Memórias da história de Formosa do Sul**. Chapecó: CEOM, UNOCHAPECÓ. 2012. Página 115-116.

135 SILVA, Fidersino Correa da. **Entrevista concedida a Luiz Fernando Ferrari**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Modelo/SC, 2012.

Ensinamentos que são fundamentais para não perder a produção. E tudo o que precisava ser feito, era repassado pelos pais, desde o trabalho de plantar, colher, cuidar dos animais, da casa, como também a fabricação e manuseio de ferramentas, por exemplo, as juntas de bois.

2.3. “Vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto”

Até por volta de 1960 a tecnologia que existia era bastante rústica, as ferramentas eram criadas pelos próprios agricultores, como a roda d'água, o monjolo, engenho de cana, etc.¹³⁶. “Não tinha máquina era tudo no braço”¹³⁷. O leite era tirado a mão, a terra era arada com juntas de bois (ou de vacas, no caso dos descendentes de alemães), capinava com a enxada, se colhia com as mãos, e assim por diante. Por esta razão é que os entrevistados afirmam que o trabalho na agricultura era mais difícil do que atualmente.

Dentro das comunidades (Linha) as famílias viviam de certa forma distantes, não haviam muitas pessoas como hoje, “Pinhalzinho tava pequeninha [...] Os vizinho não era perto que nem aqui, o mais perto dava uns 200, 300 metros. Cada um tinha a terra dele, a colonia dele”¹³⁸. Os trabalhos em conjunto aconteciam, mesmo entre descendentes de italianos, alemães, caboclos, indígenas, que se reuniam para fazer o *puxirão*, ou mutirão, por exemplo – característica dos agricultores – que são realizados até os dias de hoje:

[...] eu e seis, sete vizinho vamo fazer a nossa tudo lá, num dia e uma noite, depende o tempo, faz tudo. Depois vamo no outro assim, tudo junto. [...] Só compra o dísel e troca. Numa vez que nós fizemo isso aqui, primeiro ano que foi feito, apolpemo dois mil reais, primeiro pagava tudo, pagava trator, encilhadeira, tudo e agora comecemo a trocar, praticamente hoje dá muito mais do que isso né, fazer troca de serviços, em grupo¹³⁹.

Esta vida em comunidade onde um auxilia o outro, traz uma ideia pacificadora do município, e inclusive Seu Vitélio afirma que, até por volta dos anos 60, “Era difícil tu ver dizer que um brigava, era difícil. Tinha mais respeito do que hoje. Hoje por qualquer coisa já vai pra delegacia, na época ninguém se ofendia, antes de ofender o próximo tinha que pensar

136 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

137 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

138 Idem.

139 BASSO, Zeferino. op. cit. 2015.

bem. Hoje não, hoje dizem na cara e acabou”¹⁴⁰. Os entrevistados dificilmente discutem sobre estas questões em que as relações são obstruídas por algum tipo de briga ou desentendimento, então existe um certo silenciamento.

Entretanto, é preciso levar em consideração duas questões: a primeira está relacionada com a predominância de uma descendência em cada Linha do município, onde os italianos, por exemplo, se concentravam na Linha Pio X, Santa Lúcia¹⁴¹ e Tiradentes; os alemães na Linha Nova Esperança, Anta Gorda e Navegantes e os caboclos na Linha Machado¹⁴². A segunda questão está vinculada com as relações pessoais: como dito anteriormente, o trabalho era realizado algumas vezes em conjunto, independente da descendência, entretanto naquele tempo o casamento entre diferentes descendências era “proibido”, não por lei, mas pelos costumes do povo, no qual diziam que não deveriam “misturar” as descendências. No entanto, Dona Ivete, descendente de alemães, e o Seu Jaime, descendente de italianos, casaram-se, mesmo contra a vontade de alguns familiares: “Na nossa época, meu Deus, nós sofremos preconceito! A tia Maria não veio no nosso casamento porque eu era alemoa. [...] Porque não tinha, era italiano com italiano e alemão com alemão”¹⁴³. Se para estes, filhos de imigrantes europeus, a comunicação era limitada, imaginem para os caboclos e indígenas, que eram considerados intrusos e não civilizados, o próprio Governo buscou por expulsar estes grupos das regiões onde os migrantes se assentaram. E o fizeram com a grande maioria. Os que ficaram serviram de mão de obra barata.

Após este comentário, sobre o preconceito que sofreu ao se casar com um italiano, os questioneei sobre o que seria se houvesse um casamento entre alemão/italiano com caboclo/indígena, Seu Jaime disse: “Uh!, tá louco. Olha, lá eu não lembro de ninguém não, que casou branco com preto; alemão com italiano ainda casaram”¹⁴⁴. Seu Jaime descreve alguns detalhes sobre a vida dos caboclos que viviam no município de Pinhalzinho:

Eram todos uns coitados assim, moravam na beira do rio Burro Branco. Eles trabalhavam de peão. O pai pegou muito peão pra fazer empreitada, as vezes nós não vencia fazer uma terra [...] Eram todos miseráveis, eles faziam uma casinha de taquara, coberta com coqueiro e moravam ali, não tinha cama, não tinha nada, dormiam no chão, em cima do capim. O pai na época que

140 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

141 WERLANG, Pedro Fridolino. op. cit. 1991.

142 SCATOLIN, Leocádia Pavan. Pinhalzinho: aspectos geográficos, história e educação. In: BEN, Fernanda (et al). op. cit. 2011. Página 139-148.

143 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

144 Idem.

tinha bodega, quanta empreitada, nós vendia, fazia troco de banha, porque o caboclo é feijão e banha, o caboclo que era o negro na beira de rio. E fumo, gostava de fumar, tinha aqueles fumo de rolo, eles compravam sal, era pouca coisa, viviam mais de caça e pesca, no rio dava muito peixe, e tinha caça de todo o tipo. Eram gente boa pra trabalhar. Tu empreitava uma roça de *feijon*, de milho, pra limpar, eles iam lá “pá e bola”, eles faziam. E assim eles ganhavam o dinheirinho deles. [...] milho verde eles plantavam só pra comer, e pra farinha também alguns faziam. *Feijon* era uma meia dúzia de pé também. É gente que não tinha iniciativa. Gostava de ganhar um dinheirinho e tomar cachaça. Na pinga eles iam bem, no vinho¹⁴⁵.

Esta questão de que eram pessoas boas para o trabalho, mas não para fazer parte da família, é retomada nos depoimentos, e por diversas vezes existem estas afirmações de que o caboclo era visto como o “relaxação”¹⁴⁶, aquele que só “gostava de ganhar um dinheirinho e tomar cachaça”. Estas são claras afirmações preconceituosas: é como se toda sua história de exclusão e preconceito não existisse ou não fosse relevante¹⁴⁷. Entretanto, o preconceito não está apenas relacionado com os caboclos, era lançado para todas as descendências, como exemplifica o ditado seguinte:

Vitélio – Porque que diz que ninguém quer ser vaca de alemão, mulher de gringo e cachorro de preto? [risos] A vaca de alemão tem que dar leite, puxar canga, e o gringo não sei porque...

Francisca – O gringo é porque maltrata muito a mulher.

Vitélio – É muito pão duro, não sei. E cachorro de preto é porque morre de magro.

Francisca – Passa fome¹⁴⁸

Além de ser um ditado preconceituoso, também é generalizante, porém o que acontece é que os italianos (ditos gringos), por exemplo, também utilizavam as vacas para arar a terra, como nos conta o Seu Vitélio, descendente de italiano, sobre seu pai: “O pai contava que ia lavrar com uma junta de vaca, quando dava fome, dez horas, onze, parava lá, e *shiu shiu*, puxava o leite do teto na boca”¹⁴⁹.

Do mesmo modo ocorria com a forma de tratar as mulheres dos alemães, caboclos e italianos, isto é, todas as mulheres trabalhavam mais que qualquer outro personagem daquele tempo, pois cuidavam da casa, da alimentação, dos filhos, do marido, também iam para a

145 Idem.

146 “alguns né, tens uns muito caprichoso!”. PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

147 O Governo tirou as terras destes caboclos, tornou-os dependentes do trabalho para terceiros e ainda escondeu esta história ou fez as pessoas e a história acreditarem que isto tudo era culpa dos próprios caboclos, e saiu de cena. É como dar um tapa e esconder a mão.

148 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

149 Idem.

roça, ajudavam no corte das madeiras, cuidavam dos animais e de tudo o que precisasse, era “pau pra toda obra”¹⁵⁰. Quanto aos homens, “Deus o livre” fazer tarefas domésticas.

Com relação aos cachorros, a intenção era afirmar o quanto os caboclos eram desleixados e deixavam seus animais morrer de fome, não se importavam. No entanto, esta também é uma afirmação que generaliza e especifica esta descendência, descartando as outras, sendo que também ocorriam, como nos conta Seu Jaime, sobre o seu pai: “A vaca dali oito ou dez dias comeu pessegueiro brabo, tava de leite, e era a única comida que tinha para as crianças, não tinha plantado nada, [...] [abaixa o tom da voz] o pai sempre foi relaxado com vaca de leite”¹⁵¹.

As relações eram difíceis, a vida e o trabalho no campo era difícil, levando em consideração que tinham que pagar a terra comprada; plantar num terreno com muito morro; sustentar uma família tão numerosa, e todo este trabalho era feito “a muque”. No entanto, como disse Dona Francisca, “Todo mundo fazia, não era só um ou só o outro, era todo mundo. Não tinha o que... uns com um pouco mais de sorte, outros com menos sorte; uns se deram melhores, outros se deram um pouco menos melhores, menos bem, mas tudo mundo sobreviveu né”.

O que era importante para a vida neste meio rural eram os ensinamentos passados de pais para filhos: dar valor para a vida, o trabalho, a natureza e especialmente para aquilo que se plantava e se criava. Nesta época e nesta região, a alimentação era muito simples: o que se colhia e se criava, se comia. Funcionava, basicamente, da seguinte maneira:

A tática, começar a noite: a noite fazia uma polentinha, dava uma braçada, um panelão enorme, daí a janta de noite era polenta fresca, com queijo, o ovo, o salame quando tinha. [...] O salame era transparente, tu enxergava assim, e o queijo também, era uma fatiazinha, tu enxergava assim fora a fora. [...] A polenta era isso aqui que a mãe fazia [demonstra um círculo grande com os braços], duvido se não. E daí nós comia, imagina em onze, doze, treze, comia uma metade e de manha no outro dia outra metade sapecada na chapa, e daí polenta de novo com qualquer mistura, leite, o essencial sempre era queijo, salame ou leite. E, às vezes quando nós carneava porco, sempre engordava os porcos, pra ter banha, pra dar três, quatro, cinco latas de banha, só que o toicinho no lombo, o pai sempre tirava aquelas talas fora, e daí fazia os cortes e defumava, pega o toicinho, corta, faz tudo “quadradozinho”, e enche de sal, e deixa secar que nem o salame. De manha aquela polenta sapecada, a mãe pegava e picava aquele toicinho, dava uma fritadinha mal e mal, era pura banha, “potiava” aquela polenta na banha, aqueles pedacinhos de toicinho, e ó, nossa que coisa boa. [...] De meio dia era o *feijon* e arroz, todo dia, e carne era porco ou galinha. Galinha nós sempre tinha, galinha e

150 Idem.

151 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

porco, a vontade. [...] Mas a galinha também, a mãe cortava, [risos] fazia aqueles frangos, aqueles índio, eles dão uns “galão”, mas tu vai carnear, não dá dois quilos. Daí a mãe cortava ao meio, fazia meio uma refeição, e não tinha geladeira. Tu vê como... não tinha nem mosca de varejo naquela época. A mãe tinha uma varanda lá atrás, tinha a pia [...] Ela pendurava ali, era um lugarzinho fresco, bem fechado, tinha uma janela, e uma porta que saía numa área, e pendurava aquela galinha que nem hoje de meio dia pra amanhã de meio dia, tu ia lá tirar assim ela tava enxuta, sequinha, não tinha uma varejeira, nada, e não estragava a carne, digo, como que pode, isso eu sempre lembro. Pendura hoje uma galinha, amanhã ta virado tudo em bicho.¹⁵² [risos] [...] Uma tática, ela cortava os pedaços pequenos, mas fazia um molho gostoso, tu comia com *feijon* e arroz, pegava um pedacinho daquele e comia aquele molho, com mandioca. [...] Aí cozinhava mandioca, uma panelada de mandioca, prensava no prato, fazia aquela polenta e enchia de banha em cima. Aí qualquer pedacinho de carne. E salada. Nós ia catar radicci, tinha muito desses do mato, o ano inteiro dava aquilo lá. Aquele dente de leão que chama, e aquele radicci branco, daí tinha serralha. E nós tinha uma horta, sempre tinha uma salada¹⁵³.

Dona Ivete afirma que se “não tinha nada pra botar na comida, botava banha de porco e açúcar em cima. Coisa de alemão. Passava aquela banha, fresquinha, gostosa, tinha um gosto bom e açúcar por cima”¹⁵⁴. A alimentação era muito simples, uma das razões é porque viviam em lugares afastados. Os comércios¹⁵⁵ eram normalmente nos centros dos municípios e a forma de conservação dos alimentos era básico, mas fundamental. Além da conservação da carne da galinha, que pendurada para sair o sangue, durava de um dia para o outro, havia uma técnica para a conservação da carne de porco: “[...] se carneava o porco, se fazia a banha, a carne picava toda ela, o que não fazia salame, fritava tudo e cobria com a banha. [...] Daí ela se conservava, tu tirava de lá, botava numa frigideira, numa panela, esquentava, tava pronto.”¹⁵⁶. Isto é, a banha retirada do próprio animal era utilizada para a proteção e conservação da carne, e inclusive deixava o sabor da carne ainda mais gostoso. Seu Vitélio, saudoso e com “água na boca” garante: “Ainda hoje me dá vontade de fazer isso aí, porque tão boa, boa que ela fica”.

O trabalho era pesado, até mesmo para as crianças, como dito anteriormente. Naquele tempo (até por volta da década de 1970) o estudo era até a quarta série, depois não era para todos, ainda mais nas comunidades do interior, já que a partir da quinta série só tinha

152 Os entrevistados Vitélio e Francisca Parise também lembraram deste fato: “Quantas vezes matava uma galinha, limpava, picava meia e fazia, a outra meia pendurava lá pra outro dia. [...] Botava sal e pendurava fora na parede da casa. Que a pia não que nem hoje que tem, era um lavadouro, eles diziam, fora da janela, lavava a louça fora da janela ali, se dizia o lavadouro. Aí tinha um preguinho do lado que pendurava as galinhas. [...] É engraçado que não tinha mosca varejeira, na época não tinha”.

153 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

154 Idem.

155 Locais onde se comercializava produtos, como alimentos, tecidos, bebidas, etc.

156 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

nos centros das cidades, à quilômetros de distância de algumas Linhas. As escolinhas eram pequenas, quase sempre próximas das igrejas e havia apenas um professor para todas as séries. Aprendiam o português, o ensino básico (as quatro operações de matemática e a história do Brasil) e depois paravam, “tinha que ajudar o pai na roça, parar de estudar pra...”¹⁵⁷. Neste período, era dado mais valor para o trabalho do que para o estudo: “magina se os pais iam tirar um peão da roça pra ir estudar na cidade, ‘má’ nem...”¹⁵⁸. E não existia distinção de descendência, estudavam todos juntos e se ajudavam, pois as dificuldades estavam além do aprender em si, mas articular os estudos com as obrigações do trabalho, que desde seus oito anos, já tinham. Seu Jaime conta que teve um colega, filho de caboclos, que tinha bastante dificuldade, pois muito provavelmente “passou miséria pior que cachorro, aquele coitado, era um miserável que mal e mal andava, minguaquinho”.

As aulas eram em português, então se obrigaram a aprender a língua, Seu Vitélio afirma: “Mas só que nós apanhava, *uh*, acostumado só em italiano, aí complicou...”. E a língua de descendência foi aos poucos sendo esquecida: “falar é meio complicado. Em saber que até os quinze, dezesseis anos não sabia nem pedir água em português, tudo italiano. Rezava em latim, *Pai Nosso, Ave-Maria, o Rogai Por Nós*. [...] É brincadeira, parece até mentira”.

Atualmente, este quadro teve uma significativa mudança, conforme balanço do Ministério da Educação relativo ao ano de 2006 para os estabelecimentos escolares, e 2007 para os matriculados: Pinhalzinho tinha 4.328 alunos/as matriculados (não incluindo o ensino superior) e 29 estabelecimentos. Por modalidade o ensino fundamental abrange 2.361 matriculados, tendo apenas cinco estabelecimentos; o ensino médio com apenas 559, em três estabelecimentos; Educação de Jovens e Adultos 510 alunos/as, com apenas um estabelecimento; nas doze creches do município, são 212 matriculados/as; na Pré-escola 521 alunos/as com sete estabelecimentos e 165 matriculados na Educação Especial com apenas um estabelecimento. E em 2006 têm um total de 238 docentes distribuídos nestes estabelecimentos.

O papel dos filhos e filhas era fundamental para ajudar os pais na lida diária, já que, por exemplo, o arroz era socado no pilão e bater o feijão no manguá¹⁵⁹, “Tudo a muque, não tinha máquina, não tinha nada, tinha uma trilhadeira. [...] a gente cortava o trigo, fazia os fechos, amarrava, guardava lá no galpão, num paiol, na roça, e vinha a trilhadeira pra

157 Idem.

158 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

159 Conforme Seu Vitélio funcionava da seguinte maneira: “Bater feijão, tudo manguá, *diap*, estender o pano, fazê num lugar limpo e bonito, botá os feijon em cima e *dêle*”.

trilha”¹⁶⁰, e que era utilizada por toda a comunidade. É interessante perceber quão simples era a vida destes que viviam isolados do resto do mundo, “male-mal' um *radiete* e de vez em quando ligado”¹⁶¹, única forma que recebiam informações e que ligavam nos finais de semana para não gastar bateria.

2.4. Velhas músicas, letras atuais

“Pra nós era só rádio, que nem era de Pinhalzinho, era de Chapecó. E muita rádio Guaíba, o pai ouvia a rádio Guaíba direto! A noite as 19 horas ninguém podia piar porque tinha que escutar a *Voz do Brasil*”¹⁶². Pinhalzinho teve sua primeira televisão no início dos anos 70, em um bar da cidade, “e no período da copa de 70 que o Brasil ficou campeão os manos mais velhos foram naquele bar pra assistir, tu imagina era uma televisãozinha dentro de uma bodega pequena e aí diz que tinha gente que parecia...”¹⁶³. No rádio, além de receber informações do que estava acontecendo no país, também trazia as músicas sertanejas que eram ouvidas e adoradas por colonos e caboclos. Reuniam-se para ouvir, e quando aprendiam a letra, também pegavam a melodia “no ouvido” e transmitiam na gaita, sanfona, violão, etc.

Não existiam professores de musicalização, era “no ouvido”, no “zóio”: “[...] olhava ele assim, daí ele pegava umas notas diferente, e eu só de “zóio”. Chegou a noite, eu fui lá peguei a gaita “véia” e peguei aquelas notas, mal e mal, um pouquinho pra saber, mas agora dali vou tirar outras notas, nós aprendemos assim a tocar gaita”¹⁶⁴. Para tocar a sanfona, por exemplo, não dava para trabalhar na roça, de ferreiro, ou em outras funções, “por causa da agilidade do dedo, se não, não consegue, tu não tem manobra. Que nem na época imagina, nós trabalhava na roça, no pesado, no arado o dia inteiro, ou foice, e depois ia tocar gaita, calcula os dedos como que fica”¹⁶⁵.

Então, depois de um dia de trabalho, retornavam para suas casas só depois que a escuridão tomava conta: “Que nem essa hora assim”^{*} era cedo ainda pra ir tirar leite da vaquinha. Era trabalhar até escuro na roça”¹⁶⁶. A jornada diária não era fácil, mas buscavam

160 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

161 Idem.

* Para as crianças era uma “tortura”: “a gente tem essa musiquinha da *Voz do Brasil* até hoje nos ouvidos, que também era intrigante, a gente queria mais era brincar e se cutucar atrás do fogão e tinha que ficar quietinho pra ouvir [risos], uma hora de notícias”.

162 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

163 Idem.

164 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

165 Idem.

* Por volta da 20 horas.

166 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

se divertir a noite antes de dormir, ouvindo músicas no rádio ou até mesmo cantando-as. Segundo Seu Jaime o que gostavam era “o sertanejo, sempre sertanejo, a vida toda, é o que a gente gosta. [...] Na época era mais Tônico e Tinoco, [...] Tião Carreiro, Pedro Bento e Zé da Estrada [...] Zico e Zeca, Liu e Léo, Leôncio e Leonel, [...] Léo Canhoto e Robertinho [...] tinha um monte”, todas as noites, na rádio nacional, tinha um programa de uma hora, era de segunda a sexta e cada noite uma dupla diferente. Também cantavam muitas músicas características de suas origens, como as italianas: *La verginella*, *Ciareto su quel monte*, *Mérica*, etc.

[...] a noite o pai era muito brincalhão. Ele com nós, assim hora de serviço, era serviço, não mostrava os dentes, e não mandava duas vezes. [...] Mas daí chegava a noite, nós jantava e sentava na área:

- Bom, vamos brincar agora de tocar gaita, cantar.

[...] toda noite, quase toda noite, nós pegava, depois da janta, era tirar um tempinho e cantar, e as vezes até sem gaita, cantava só assim pra escutar o eco no morro. Lá era cheio de morro, nós cantava aqui daí respondia lá nos morros assim. O pai adorava, a mãe também:

- Vamos lá cantar *nene*, vamos cantar lá na área, vamos escutar o eco.

Eles ficavam tudo sentado assim, nós cantava¹⁶⁷.

Lembram-se saudosos de reunir-se com a família e amigos para cantar as músicas que já eram tradicionais, principalmente as sertanejas, mas também aquelas ligadas a suas descendências. A música sertaneja é uma tradição, especialmente do meio rural, que perdurou por anos e ainda está muito presente na vida destes agricultores, principalmente porque suas letras possuem histórias que são comuns a muitos que ouvem: “A história, umas coisas não diz, mas umas coisas diz”¹⁶⁸. Letras que tratam da vida no campo, das dificuldades, das relações e valorização da natureza, também da migração do campo pra cidade em busca de melhores condições de vida, de amor, de família, de traição, enfim, diversos temas que chamam a atenção por estarem muito próximos de suas próprias histórias¹⁶⁹.

Este estilo musical surgiu na década de 1930 e está inserida no grupo das músicas populares brasileiras. Nesta época era conhecida como “música caipira”, e hoje também é denominada por “música sertaneja raiz”. O termo sertanejo (do qual deriva a expressão música sertaneja) é destinado ao habitante do sertão nordestino brasileiro, entretanto o gênero

167 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

168 Idem.

169 MACHADO, Maria Clara Tomaz; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Entre tradição e modernidade, a música de Pena branca e Xavantinho: um elo entre passado e presente. In.: DÂNGELO, Newton (org.). **História e cultura popular: saberes e linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2010. Página 127.

da música sertaneja não condiz apenas a esta região, mas todo o Brasil¹⁷⁰.

No primeiro período (1929-44) eram interpretadas as modas de viola e toadas. São canções que após uma introdução da viola denominada “repique”, cantavam-se sobre o universo sertanejo e não era muito frequente o estilo amoroso nas letras¹⁷¹. Os/as cantores/as são formados, em sua maioria, por duplas, masculinas, e que vem do interior de São Paulo, do sudeste goiano, Minas Gerais e Mato Grosso. Entre os mais ouvidos temos: Tônico e Tinoco, Alvarenga e Ranchinho, Vieira e Vieirinha, entre outros. Hoje esta música ainda sobrevive através da divulgação de alguns cantores, como o Daniel e a Inezita Barroso, no programa *Viola Minha Viola*.

A “fase de consolidação da música sertaneja começa nos anos 60”¹⁷², influenciados pela música mexicana e a jovem guarda. Foi neste período em que a mudança da música sertaneja vinha desde a reformulação instrumental – com guitarras, violas, baterias, contrabaixos, etc. – e a aparência das composições, ou seja, “não cantavam mais a paixão de um caipira por uma cabocla; o sertanejo falava agora de romances urbanos”¹⁷³. Apesar de as duplas serem, em sua maioria, homens (como Milionário & José Rico, Pena Branca e Xavantinho, Leo Canhoto e Robertinho, entre outros), algumas mulheres começam a fazer bastante sucesso, dentre elas temos as Irmãs Castro; as Irmãs Galvão; Luizinho, Limeira e Zezinha e Cascatinha e Inhana. Estes eram os cantores que tocavam cotidianamente nas rádios e que também estavam na “boca do povo” e na memória daqueles que nos contam:

[...] aquele pinheiro, nós nos reuníamos e tinha alguns outros troncos deitados lá e cantávamos. Então nas noites de luar, era muito comum a Maria, o Eugênio, o Edgar, a Herta – já eram adultos praticamente – se reuniam ali e cantavam as canções das quais se lembravam do Rio Grande do Sul. E afinavam a voz - cantavam em três, quatro vozes a ponto de o Emanuel Klauck – virtuoso violonista – se juntar aos adultos para tocar violino¹⁷⁴.

Altair Lavratti conta que sua família sempre gostou muito de cantoria: sentavam-se na área de noite e cantavam acompanhados pelas gaitas (sanfonas) que dois de seus irmãos

170 ULHÔA, Martha Tupinambá de. Música Sertaneja e Globalização. In: Rodrigo Torres (Ed). (Org.). **Música Popular en América Latina**. Santiago, Chile: Fondart; Rama Latinoamericana IASPM, 1999, v. , p. 47-60. Página 47.

171 Neste período a dupla Tônico e Tinoco são de mais destaque, segundo Ulhôa (1999, Página 48-49).

172 BRITO, Diogo de Souza. **Negociações de um sedutor**: trajetória e obra do compositor Goiá no meio artístico sertanejo (1954-1981). Uberlândia: UFU, 2009. Dissertação (Mestrado – História Social). Página 44. Para um estudo mais aprofundado do assunto, ler esta mesma dissertação.

173 Idem.

174 ECKERT, Ivo. op. cit. 2011.

tocavam, “cantava pra comunidade toda, até porque é uma comunidade cercada de morros, então o eco da nossa cantoria refletia todos os lados”. Na Igreja se formava o coral da família, e faziam duplas sertanejas¹⁷⁵ para tocar as modas de viola na rádio do município.

Em todas as comunidades que a gente ia, mas era uma festa! Muita cantoria! nós vivia gritando e animava o povo, isso era bom, porque formava aquela roda de gente ajudando a cantar e rizada e piada, cervejinha, jogo, então sempre, a nossa família foi sempre muito animada desde o pai, a mãe, a irmã e os irmãos, sempre teve bastante espaço de festa!¹⁷⁶

Para cantar nas comunidades, primeiramente ouviam as músicas no rádio, onde aprendiam a letra e a melodia. “Lá que nós aprendia. *Ah*, eu gostava mais de Tônico e Tinoco, porque cantava em tom alto assim [...] [canta]: 'Fizemos a última viagem' [risos], a música deles. Nossa, aquela [canta]: 'Antigas cartas guardadas', é tudo música deles, música linda, nossa”¹⁷⁷. Todas as músicas eram admiradas, mas cada um tinha uma preferência. No geral, este estilo musical é bastante admirado, ainda hoje ouvimos aquelas mesmas músicas e nos emocionamos com suas melodias e letras. Cada música contava uma história. “Eram músicas com sentimento, com uma letra, que tinha alguma coisa, que contava alguma história [...] Não é que nem agora, que agora é só o 'tchon-tchon”¹⁷⁸. Na conversa com Jaime e Ivete esta questão é apontada e ambos também afirmam que “hoje não tem mais letra”:

Ivete Lucia: Umás músicas, baixa aqui, sobe lá [...]. Mas fico puta da cara, ele [Jaime] liga o rádio e eu vou lá pra dentro.

Jaime: Hoje de manhã tinha uma nova da Claudia Leite.

Ivete Lucia: Sim, aquela porcalhona...

Jaime: “Vamos aprender a dançar, a dança do lagarto...”

Cristhina: Do lagarto agora?

Jaime: Do lagarto, como que é...?!

Ivete Lucia: É essa que eu to dizendo: arrasta aqui, sobe ali, baixa ali...

Jaime: A dancinha do lagarto é: vem de cima pra baixo, vai baixando, sacudindo, baixando, sacudindo, baixa pra cima, baixando, sacudindo... repetiu dez vezes, meu Deus do céu [risos].

Ivete Lucia: Não, eu disse pro Jaime, é um desespero só.

Jaime: Aí tu põe essas músicas que a gente conheceu, que é tudo letra, cada uma é uma história, a maioria em fatos, que esses caras fizeram as letras, a maioria, tudo. Daí dá nojo!

175 A dupla de Jaime Lavratti e seu cunhado Roque Boesing, tinha o nome de Fortunato e Zé Riqueza, e os irmãos Altair e Izair. Na época Altair tinha 11 anos e o Izair tinha 13. Faziam sete quilômetros (desce serra e sobe serra) para chegar até a rádio e cantar uma música por programa.

176 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

177 LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. op. cit. 2014.

178 PARISE, Vitório; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

As músicas que são ouvidas atualmente e as escolhas da juventude*, são assuntos frequentes, já que desde que eram jovens até os dias de hoje, muita coisa mudou: “Talvez a juventude é um pouco diferente né, são criados um pouco diferente e gostam disso aí e pronto!”¹⁷⁹. Naquele tempo, o domingo era o dia reservado para a família e a comunidade, um dia de lazer e também para descansar: “Jogava baraió, jogava bocha, alguma coisa, mas só domingo, sábado tinha que trabalhar até a noite. Se reunia uns par de vizinho jogar baraió”¹⁸⁰. As crianças inventavam suas brincadeira, eram criativas: *esconde-esconde*, *pega-pega*, construía os carrinhos com tampinhas de garrafas ou carretéis de linha, faziam suas bonecas com as espigas de milho, e diversas outras brincadeiras:

Fincava uma vara com duas forquiá [forquilha] e uma por cima, e ia pulando né, ia pulando pra ver quem pulava mais, quem não derrubava aquela vara. Jogar bulinha de futebol nos potrero aí, bolinha de borracha, as veiz se quebrava as unha na grama [risos]. No interior, depois de ir na Igreja a gente ficava por lá, entre amiguinhos brincando. Um dia, brincadeira boba eu fiz: tinha um vizinho meu, piazoton assim, um pouco mais pequeno que eu, ele tinha... não tinha cueca né, a calça rasgada, um calçonzinho, mostrava um pouquinho a bunda lá, e eu tinha uma caixa de fósforo, foi acender o palito e toquei lá na bunda dele, mas ele saiu no grito: 'ai-ai-ai, ai-ai-ai'. [risos]. Botei fogo, má grudo o palito no coró do guri¹⁸¹.

Com tantas crianças era difícil colocar limites nos tipos de brincadeiras e naquilo que faziam para ocupar o tempo, que, como percebemos, era diferente dos dias de hoje: “Eu acho que hoje as crianças tem tudo facilitado demais. Não se exige criatividade. Os desenhos da TV tiram dela qualquer iniciativa, um veneno! E há muito *doutor* defendendo essas mazelas da ociosidade”¹⁸². Em menos de um século a mudança foi suficientemente assustadora.

A igreja cumpria papel essencial para reunir e unir a comunidade nas missas, celebrações e reuniões: “[...] domingo de manham se ia na igreja, podia ser meio longinho mais se ia, de cavalito. Vamo!”¹⁸³. Conforme Dona Ivete: “A gente ia no culto de domingo, depois que terminava o culto era aquelas rodas de gente, contando o que fez durante a semana, conversando”. E pela tarde “dava uma hora já vinha um dum lado, outro do outro, fazia um rodeio lá também, e começava um judiar do outro, fazer piada e dar risada, até a hora

* Não podemos definir uma idade específica, o que conseguimos compreender é que seria entre o período que deixam de ser crianças, até quando se casam, tornando-se adultos.

179 Idem.

180 Idem.

181 BASSO, Zeferino. op. cit. 2015.

182 ECKERT, Ivo. op. cit. 2011.

183 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

de nós jogar bola. [risos] Ia jogar bola e depois voltava e dançava, matinê”, conta Seu Jaime. No fim das contas, como afirma Dona Ivete: “Era uma miséria, era uma pobreza, mas quando se reunia os amigos no domingo era muito, tudo gurizada, contar coisa e rir”. A primeira igreja, hoje Paróquia Santo Antônio, foi construída em 1934, e está localizada no centro da cidade de Pinhalzinho. Com o tempo outras igrejas foram levantadas dentro das Linhas, para que a religião alcançasse toda a população: cada comunidade tinha uma “igreja, salão de festas, cemitério, escola e o campo de futebol”¹⁸⁴.

CAPÍTULO III – O importante papel da religião

3.1. Paróquia Santo Antônio

Neste tempo vinha uma vez por mês o L. Antônio Rewering, Vigário de Saudades digo São Carlos e rezava a missa na casa de Aloísio Eckert e as vezes, na casa de Marcolino. Seus sermões foram muito bem acolhidos. No ano de 1934, os poucos moradores de Pinhalzinho ainda acharam tempo para construir a primeira capela, que foi erguida lá no alto no mesmo local onde se encontra a Igreja, só que estava com a frente para o sul¹⁸⁵.

A Cia. Territorial Sul Brasil havia destinado dois hectares para construir a vila e, portanto, primeira sede da igreja na Linha Volta Grande, foi então que Marcolino Eckert conversou com os representantes para que a construíssem mais no alto, depois do banhado Bonito. Apesar de, naquele tempo, ser um local de muito mato, foi aceito, e a partir daí esta ideia começou a se desenvolver¹⁸⁶. O centro da cidade “Está numa posição muito boa, muito saudável, rodeada de planícies e a igreja, a parte social e cultural está lá em cima”¹⁸⁷.

Em outubro de 1934 Alfredo Lauermann, João Warther e José Halmenschlager iniciaram com os projetos e com a ajuda de todos os viventes de Pinhalzinho concluíram a construção da primeira capela para a região¹⁸⁸. “Foi coberta com tabuinhas [...]. A primeira estatua da Capela foi doada por José Marcolino Eckert. Estátua de Santo Antônio”¹⁸⁹, que devido sua devoção tornou-se o padroeiro.

184 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

185 Histórico de Pinhalzinho: 1º – Início da Colonização (1931). Diocese de Chapecó. **Livro I de Tombo da Paróquia Santo Antônio**, em Pinhalzinho, SC, s/a. Página 02.

186 Esta história está registrada nas entrevistas de Pedro Fridolino Werlang (op. cit. 1991) e Ivo Eckert (op. cit 2011).

187 ECKERT, Ivo. op. cit.

188 Idem.

189 Histórico de Pinhalzinho: 1º – Início da Colonização (1931). op. cit. Página 02.

Agora havia capela para serem rezadas as missas [...], então a comunidade se reunia na Capela para fazer seu culto. Ali então o capelão era o Sr. José Utzig. Ele lia trechos da Bíblia e puxava orações inclusive o terço pedindo a proteção Divina. [...] Mais tarde essa mesma capelinha serviu também de primeira escola de Pinhalzinho, tendo como primeiro professor o Sr. Gaspar Brum¹⁹⁰.

A capelinha de Pinhalzinho foi ampliada por volta da década de quarenta. “Daí compramo um sino e faltava os pilares pra botar ele. Aí fui eu, o Alberto Hehn, o Fridolino Lang, o Beno Simon e o Keil, fomos no mato e fizemos a madeira pronta e puxamos aqui, a madeira era do mato de Keil”¹⁹¹. No início não havia um padre fixo para a capelinha “Então era comum aos domingos quando rezavam o terço, se o padre não estivesse aqui, não havia missa, mas sim o terço e a partir de trinta e cinco o rezador era José Theobaldo Utzig ou Guilherme Edgar Werlang”¹⁹².

A primeira Capela de Pinhalzinho teve que ser ampliada e reformada diversas vezes, isto mostra a preocupação e o interesse da própria população com a presença da religião. Nesta região, a religião católica predominava e os padres, párocos, ministros eram, em sua maioria, descendentes de alemães ou italianos. “Em 1962, os padres missionários da Sagrada Família fixaram residência em Pinhalzinho, atendendo, além de Pinhalzinho, Nova Erechim e Modelo, através do Pe. Otto Massmann”¹⁹³.

Para a comunidade estes passos propulsionaram o crescimento e maior independência do município: conforme os registros do Primeiro Livro de Tombos da Paróquia, em dezembro de 1969 a Diretoria da Sociedade Hospitalar de Pinhalzinho recebeu da Sociedade Católica uma área de terra para a construção do hospital, o povo mesmo o fez, pagando suas contas. Devemos também mencionar a colaboração das Irmãs, pois com sua vocação atuaram como enfermeiras especializadas recebendo um salário mínimo e foi então inaugurado em agosto de 1972¹⁹⁴.

Em 15 de março de 1970 a igreja foi instalada como Paróquia de Pinhalzinho, com a presença do Bispo Diocesano Dom José Gomes. O Padre Otto Massmann foi o primeiro pároco, e os padres João Breier, Vendelino Backes e Aloísio Lunkes como auxiliares. A princípio eram poucas igrejas na região, então para a maioria “era tudo longinho, tudo meio longe, mas domingo de manha pegava o cavalo e vomo na missa, cavalinho! 'pac-pac'! [trote

190 Ibidem. Página 02-03.

191 WERLANG, Pedro Fridolino. Op. Cit. 1991.

192 ECKERT, Ivo. op. Cit. 2011.

193 SCATOLIN, Leocádia Pavan. Pinhalzinho: aspectos geográficos, história e educação. In: BEN, Fernanda (et al). op. cit. 2011. Página 106.

194 Histórico de Pinhalzinho: 1º – Início da Colonização (1931). op.cit. Página 06.

do cavalo]”¹⁹⁵. “Atualmente, a Paróquia de Pinhalzinho atua em 28 comunidades, abrangendo também o município de Nova Erechim, sendo que respondem pela paróquia os padres Jandir Antônio Hass e Aloysio João Selau”¹⁹⁶.

Francisca – Na época era mais participativo, na época nós ia bem mais na missa, quando era difícil do que hoje, que tem tudo na mão: hoje tem carro, tem asfalto, tem tudo e...

Vitório – E não se vai quase.

Cristhina – E como eram as missas?

Vitório – É que nem agora, mesma coisa.

Francisca – Uma época tinha o padre que só falava em latim, a missa era em latim.

Vitório – É, o padre virava as costas pro público e rezava, mas tudo que não se entendia, tudo em latim, depois virou português, e o padre virou também.

Francisca – Virou pra olhar pro povo.¹⁹⁷

A religião faz parte ativa da história dos pinhalenses e sempre foi uma influência em suas vidas, pois não se ocupava apenas com as missas de domingos, mas sempre esteve presente e se relacionando com a comunidade. Havia a preocupação de que toda a população tivesse alcance, por isso, em cada Linha, até mesmo no interior, havia uma igreja. Organizavam os encontros dos Ministros de toda a Paróquia; com os Dirigentes de Grupo das comunidades; dos Agentes Vocacionais; Agentes da Saúde; com os Catequistas de Crisma; Diretorias das Capelas; a Pastoral da Juventude; encontros com as comunidades, como o encontro dos casais; das mães gestantes; representantes dos grupos de cultivo dos jovens da sede; de noivos; de jovens; e etc¹⁹⁸. Algumas vezes faziam outras atividades após os encontros: “Pela manhã houve encontro de estudo e comunicações. Ao meio dia churrasco de confraternização e pela tarde lazer: Futebol, baralho, etc”¹⁹⁹.

Também eram realizadas celebrações de datas importantes, como o dia do padre e do agricultor, onde, normalmente, era rezada a Missa e depois faziam a festa que se estendia pelo dia à fora, com churrasco e suco de frutas. As celebrações ocorriam na Paróquia, localizada no centro da cidade, nas capelinhas ou nos salões das comunidades, e algumas vezes nos municípios vizinhos, como São Carlos, Chapecó, que reuniam todas as comunidades para confraternizar, como no dia 15 de novembro, “feriado, dia da República tivemos um encontro

195 PARISE, Vitório; PARISE, Francisca. op. cit.2015.

196 SCATOLIN, Leocádia Pavan. Pinhalzinho: aspectos geográficos, história e educação. In: BEN, Fernanda (et al). op. cit. 2011. Página 106.

197 PARISE, Vitório; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

198 FINKLER, P^º Jerônimo. **Livro I de Tombo da Paróquia Santo Antônio**, Pinhalzinho, SC, agosto de 1985, Página 138.

199 Idem.

de lazer em São Carlos, nas Águas de Chapecó. Foi um dia de lazer e pique-nique”²⁰⁰.

Não era um dia apenas de comemoração, mas também para trazer questões presentes e postas pela população: “No dia mesmo foi celebrada a festa do agricultor. Os agricultores prepararam a festa. Na S. Missa houve tribuna livre participada. Falaram o agricultor João Triches e sua mulher J. Causi, mov. das mulheres²⁰¹ e Reinaldo Lavratti em nome dos acampados em Abelardo Luz²⁰² e de todos os Sem-Terra^{203,204}. A Igreja sempre esteve presente na organização, pois tinham o caráter de celebrar a união do povo, no entanto, estas datas passam a ter ideais mais profundos, na medida em que as comunidades precisavam:

Dia do Agricultor

Na Sede e em Nova Erechim foi celebrado o Dia do Agricultor. Em Nova Erechim continua sendo a festa do Agricultor. Os demais celebram as lutas pela vida, pela terra e resistência às barragens do Alto Uruguai e Chapecó e Chapecózinho.

Em Pinhalzinho as comemorações tiveram lugar no dia 27, Dom. A festa popular neste dia já é, tradicionalmente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para faturar, pois as finanças são fracas. Adiamos que os agricultores merecem este apoio para manterem os seus serviços sindicais²⁰⁵.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais dava apoio aos agricultores e era fortalecido por eles, e a Paróquia servia como local para reuniões de assuntos que estavam em emergência, como dos Movimentos Populares, entre eles: o movimento dos sem-terra, dos atingidos pelas barragens²⁰⁶ e das mulheres agricultoras, que estava surgindo, em Pinhalzinho, na década de 1980 e tinha como objetivo principal “despertar para a realidade e criar uma consciência de classe dos pequenos agricultores e operários. E afinal romper com os laços da ignorância e dominação dos pequenos poderosos da situação coligados com a classe dominante”²⁰⁷. Estes Movimentos ganhavam o apoio da Coordenação de Pastoral da Paróquia

200 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. novembro de 1985, Página 148.

201 O Movimento das Mulheres Agricultoras tem por objetivo a luta, resistência e organização das mesmas por seus direitos. Perceberam o quanto seus espaços de atuação política eram reduzidos, como suas vozes não eram ouvidas e como eram subjugadas e, muitas vezes, submissas aos homens.

202 Município localizado no Oeste catarinense.

203 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, luta pela reforma agrária: ocupam fazendas e áreas de terra improdutivas com o objetivo de repassá-las para famílias que deverão fazer uso produtivo com plantações e criações de animais para consumo próprio e outra parcela para a venda – base da agricultura familiar. A citação se refere ao Acampamento de uma das primeiras ocupações no Estado de Santa Catarina, ocorrida em 25 de maio de 1985 em doze fazendas improdutivas do Oeste, envolvendo duas mil e quinhentas famílias.

204 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. junho de 1985. Página 137.

205 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. julho de 1986. Página 179-80.

206 Organização dos atingidos pelas construções de barragens das usinas hidroelétricas, que lutam por seus direitos.

207 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. 06 de março de 1988. Página 21.

e não atuavam separadamente, relacionavam entre si: “Nesta quarta-feira foi realizado um encontro com todos os Líderes dos Movimentos Populares. Destacaram-se os representantes do Movimento de Mulheres Agricultoras do Sindicato dos Trab. Rurais, da CPT²⁰⁸ e PJ [Pastoral da Juventude]. [...] Estavam também representados os Sem Terra e o PT”²⁰⁹.

Eram encontros que traziam o povo cada vez mais, não só para a Igreja, mas também para a comunhão entre si. Tinham o objetivo de manter-se em união e lutar pelas injustiças, buscavam trazer estas discussões para o contexto da população, no entanto as dificuldades eram diversas:

O método é muito bom, mas há ainda muitas falhas nos Dirigentes de Grupo [de Reflexão] por falta de preparo e outras vezes por má vontade e oposição criada e estimulada pelos inimigos laicistas, pequenos burgueses e capitalistas. Por incrível que pareça, muitos pequenos agricultores tem cabeça de capitalistas, são contra a Reforma Agrária, contra os “Sem-Terra”, deserdados de suas propriedades, qualificados por eles de vagabundos e preguiçosos. Não há dúvida que há vagabundos e preguiçosos entre eles, como em toda a parte existem, mesmo nas classes abastadas²¹⁰.

Quanto aos encontros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), eram realizados, também, no Salão Paroquial, e recebiam apoio das Lideranças da Igreja “sem restrição”, inclusive faziam parte da pastoral.

É um problema muito sério, hoje, os pequenos agricultores que perderam a sua terrinha, fazendo financiamento, custeio e não conseguindo pagar em tempo. Outros perderam a sua terra, sendo desapropriados pela construção das rodovias e outras ainda pela construção de barragens. Fala-se de 12.000 “Sem-Terra” só no Oeste Catarinense, sem contar os milhares de jovens, filhos de agricultores que querem trabalhar e produzir e não conseguem mais terra. O Movimento hoje é, principalmente “Contra as Barragens” - 25 no Oeste: rios Uruguai e Chapecó, planejadas há alguns anos. O mínimo que exige o Movimento é indenização justa e na haa [?] quem é desapropriado e possibilidade de conseguir terra para quem nela trabalha e quer produzir alimentos. Por isso o 2º problema é reclamar urgência numa verdadeira Reforma Agrária²¹¹.

208 A CPT (Comissão da Pastoral da Terra) fundamenta-se em um organismo da Igreja Católica, onde agente da pastoral, padres e bispos reúnem-se para o desenvolvimento de práticas voltadas para a realidade social, junto com a própria sociedade. Para maior estudo sobre o assunto, ler: STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo. 2012. É importante destacar que o Bispo Dom José Gomes foi Presidente nacional da CPT em 1983 e que perdurou por quatro anos.

209 FINKLER, P^º Jerônimo. op. cit. 07 de outubro de 1987. Página 14.

210 FINKLER, P^º Jerônimo. op. cit. 03 de fevereiro de 1986, Página 158 e 159.

211 FINKLER, P^º Jerônimo. op. cit. 01 de fevereiro de 1986, Página 157 e 158.

Os representantes da Igreja e as pessoas que apoiavam estes movimentos, principalmente o MST²¹², recebiam críticas por parte daqueles que “não entendem do que está acontecendo e o que significa uma Ocupação pacífica por 'Sem-Terras' organizados”²¹³, entretanto, a Paróquia realizava coleta de mantimentos em todas as comunidades para os acampados. Inclusive existem relatos de que alguns professores não se preocupavam com esta e outras realidades sociais, possuíam outros ideais:

O P^e Jerônimo foi convidado pelo Diretor da Escola Básica Marcolino Eckert – José Wolschik Neto, para fazer uma palestra aos Professores do respectivo Colégio sobre: “Escola, desenvolvimento e Cultura do Povo”. O P^e Jerônimo convidou o Prof. Jorge para juntos falarem sobre o assunto. Houve boa participação do professorado e a receptividade foi satisfatória. Há alguns professores conscientes, mas a maioria é funcionário e faz da Escola seu ganha pão. Não educa, nem encaminha para a vida. Tem a cabeça formada por um horrível individualismo capitalista e visa seu próprio ganho e não o bem dos alunos. Educam ou melhor encaminham os formandos a serem consumistas e competitivos, conforme o Estado quer²¹⁴.

Na década de 1980 a Igreja passa a demonstrar uma significativa preocupação relacionada com a juventude, principalmente, por não estar interessada nos assuntos religiosos, já que possuíam uma participação ocasional e não habitual, e por serem impelidos pelos pais que tinham a tradição cristã e os laços afetivos com a comunidade: “As convicções e os compromissos tb. [também] estão frágeis. O materialismo capitalista e de consumo entrou na cabeça de muita gente. Entretanto, confiantes continuamos a nossa tarefa de pastoral, construir um mundo fraterno”²¹⁵. Estas novas características dos jovens tornou-se um drama para muitos católicos:

Tem nas tradições os antigos, mas estacionaram no tempo e a renovação pós-conciliar os deixou para trás. Andam confusos e não entendem o que está acontecendo. A mentalidade capitalista, a sociedade de consumo tomou conta deles. São os burgueses, dominadores em nossas pequenas cidades do interior. Em Pinhalzinho acresce ainda o fenômeno “Cidade-Capital dos Clubes de Serviço” e “Capital da Amizade”. Nada menos do que 5 clubes: Rotary e Lions Clube; Interact, Roterac e Leo Clube. O espírito ou a mentalidade laicista está fortemente fermentando esta sociedade e as cabeças

212 Já que tem por objetivo desapropriar latifundiários de áreas improdutivas e entregá-las nas mãos de pequenos agricultores, que estão sem-terra para viver e trabalhar.

213 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. agosto de 1985, Página 143.

214 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. 03 de fevereiro de 1986, Página 159-60.

215 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. agosto de 1985, Página 128.

dos jovens²¹⁶.

Então realizavam estes encontros com os jovens e outras atividades da Pastoral da Juventude – seus grupos localizavam-se na Sede, na Linha Tiradentes e na Boa Vista e buscavam pelo engajamento com esperança de um futuro: “Não há dúvida, reais valores sociais existem e são cultivados em toda parte. Por isso podemos alimentar boas esperanças para o futuro”²¹⁷. Conforme os registros nos Tombos deste período, parte da juventude não estava mais valorizando os ensinamentos religiosos, o que gerava desunião das famílias e das comunidades, o que pode ter causado um desinteresse cada vez maior com relação ao trabalho, principalmente o rural:

Francisca – Até os dezesseis, dezoito anos não trabalha, que deveria todo mundo trabalhar, dos dez em diante começar a aprender fazer alguma coisa, porque quando chega aos quatorze até os dezoito é só fazer malandragem, bandidagem, roubo, droga. E se eles tivessem um trabalho ia ser bom pro Brasil e pro brasileiro, né, porque eles iam se educar trabalhando, e ia dar renda pro Brasil, não ia dar só prejuízo.

Vitélio – E outra, hoje em dia, não sei se tô certo ou tô errado, mas é muito celular e muita Internet pra juventude²¹⁸.

Daquele período até atualmente, a juventude pinhalense apresentou um desenvolvimento que, para Seu Vitélio e Dona Francisca, implicou nas suas relações e, portanto, responsabilidades. Como naquele tempo os padres não podiam realizar a crisma, o Bispo era quem cumpria este papel, e como a Diocese de Chapecó abrangia quase todos os municípios do Oeste, precisava crismar um grupo de jovens de uma vez só em cada município e todos esperavam ansiosos para ver o Bispo²¹⁹. Conforme Noli Nelson Lavratti, ver o bispo era como ver o Papa, era o momento mais desejoso, como se fosse um ser divino e intocável²²⁰. Naquele tempo, por volta da década de 1980, a presença do Bispo D. José Gomes era sempre “muito boa e oportuna”, era um consolo para grande parte dos padres, párocos e vigários, das igrejas e paróquias, pois encontravam oposição e resistência em sua evangelização, por parte de alguns pequenos burgueses que faziam parte dos clubes – à cima citados –, diziam que estes “não são de fraternidade e adesão a Jesus Cristo e que andam

216 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. maio de 1986. Página 170.

217 Idem.

218 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

219 Idem.

220 LAVRATTI, Noli Nelson. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2015. (A/A).

alheios à Comunidade Igreja”²²¹. No entanto, estes padres não se redimiam e continuavam o trabalho de evangelizar os jovens, principalmente, para que tivessem coragem de assumir e continuar suas tarefas de agricultor:

Um Seminário de jovens em Tiradentes, Promovido pelos “4ss”, Acaresc e Prefeitura com apoio da Paróquia. Os padres Leonardo e Jerônimo marcaram presença neste Seminário. O Pe Jerônimo fez uso da Palavra e estimulou os jovens a assumirem com coragem a sua vida e suas tarefas de jovens agricultores, sem se deixarem instrumentalizar pelo capitalismo crescente – tb. [também] na colônia. A cabeça dos jovens e pequenos agricultores é feita pelo sistema demoníaco que está como um rolo compressor. Nem todos gostaram deste modo de falar, sobretudo [...] [aqueles que estão] a serviço do sistema²²².

Através destas observações percebemos que representantes da Igreja, como o Pároco da Paróquia, Jerônimo Finckler²²³, o Bispo Diocesano, Dom José Gomes, entre outros, estavam preocupados com questões políticas, econômicas e sociais, e não apenas religiosas:

Que a Virgem Maria oriente os nossos passos em todas as nossas atividades. Abençoe os nossos lares e seja nossa fortaleza nesta luta insana contra o materialismo ateu, as mentiras e as armadilhas do inimigo do povo que hoje está muito bem representado [...] pelos grandes meios de comunicação, que bombardeiam, diariamente, os espectadores da TV com suas propostas consumista e hedonistas.
[...] A crise econômica é outro sintoma de final de uma organização falida. Nunca jamais se produzir bens, alimentos e manufaturas como hoje. E não sei se já houve época de maior número de famintos e empobrecidos. A ganância dos opressores é insaciável, como sempre foi.
Doutro lado a organização popular, vem surgindo, com vigor anunciando uma nova era. Haverá ainda antes de despontar o novo dia muito sofrimento, morte e mártires. Tudo isso é fermento da nova sociedade que está surgindo. Amém!²²⁴

A “ganância dos opressores” estava aumentando o número de famintos e empobrecidos, então estes representantes religiosos buscaram ajudar os mesmos, especialmente os agricultores que, como veremos adiante, encontravam-se presos a uma situação em que deveriam seguir um padrão de produção imposto, que dificultou suas vidas e ainda assim não receberam suporte. Especialmente neste período, a Igreja precisava da

221 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. maio de 1987. Página 11.

222 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. agosto de 1985, Página 152. [grifo meu].

223 Conforme o Livro II de Tombo da Paróquia Santo Antônio, o Padre Jerônimo Finkler foi pároco da mesma, de 14/12/1980 até 13/08/1988 e Vigário desta data até fevereiro de 1990.

224 FINKLER, P^e Jerônimo. **Livro II de Tombo da Paróquia Santo Antônio**, Pinhalzinho, SC, 31 de dezembro de 1987. Página 17.

comunidade e a comunidade da Igreja.

Guiai nossos passos e orientai toda a nossa Ação Pastoral. Inspirai-nos, ó Divino Espírito Santo, para que em todas as nossas iniciativas sejamos dóceis e sábios. Dai para que nunca esqueçamos ou desviemos o objetivo final: O Reino de Deus e Sua Justiça. A Libertação de todo mal que oprime e humilha o nosso povo: sem alimento, sem teto, sem terra, sem saúde... A Fraternidade tão desejada! Dai, Senhor, força ao vosso povo para resistir e sabedoria e Conselho aos Agentes de Pastoral para que não se deixem enganar pelo Maligno e seus agentes. Que o Maligno e seus servos – opressores do povo – sejam derrotados e esmagados para sempre. Que o Vosso Nome Senhor seja reconhecido e glorificado em nossa Paróquia, em nossas Comunidades e Famílias²²⁵.

3.2. Dom José Gomes: “o bispo dos humildes” e da libertação

*Não tenho medo de defender os direitos dos miseráveis, frente a qualquer exploração que se faça*²²⁶.
Dom José Gomes

No município de Erechim, Rio Grande do Sul, dia 25 de março de 1921, nasce José Gomes, filho de Antônio Gomes e Maria Magioni Gomes. Atuou como Bispo em Bagé/RS entre 1961 e 1968 e em seguida transferido para a Diocese de Chapecó, exercendo a função até 1999²²⁷.

Dom José foi um divisor de águas na história da Igreja e do Oeste Catarinense. Oitenta e um anos de vida e história o tornaram conhecido como 'Bispo dos Pobres', 'Profeta da Esperança', 'Pastor dos Oprimidos', 'Bispo da Libertação', entre outras denominações, na tentativa de sintetizar a sua ação²²⁸.

Segundo Ademar Bogo, os significados históricos de José Gomes foram os ensinamentos por ele deixados, entre eles, o de lutar para vencer, de não se entregar/se render, preservar os valores: alegria, criatividade e sinceridade, entregar a vida por uma causa de libertação, mesmo que para isso tenha que perder a oportunidade de ver os próprios filhos

225 FINKLER, P^e Jerônimo. op. cit. janeiro de 1988. Página 18.

226 Entrevista ao Jornal de Santa Catarina Apud UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002. Página 202.

227 Para saber mais sobre a história de vida de José Gomes, ler: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002.

228 UCZAI, Pedro (org.). op. cit. Página 11.

crecerem para cuidar da vida daqueles que mal sabem que a tem²²⁹.

Foi para nós, o pai, o mestre, o comandante e continua sendo o símbolo que manifesta virtudes, valores e ensinamentos; que guerrear faz bem para a saúde e prolonga a expectativa de vida. [...]

Mas num momento de silêncio, a alma sertaneja de poeta nos inspirou para dizer que valeu a pena termos feito tudo do jeito que fizemos, pois as vitórias já são tantas que parar de lutar seria o mesmo que deixar de respirar. Continuamos firmes com fome e sede de vencer²³⁰.

Quando Pedro Uczai e Ademar Bogo (entre muitos outros) tratam de Dom José Gomes com estas palavras de orgulho e inspiração, não estão se referindo apenas ao seu trabalho como Bispo Diocesano, mas como um Bispo que participou dos debates sociais, “era um ser humano”:

Era uma pessoa muito receptiva. É o tal do figura que não olha pra idade e se você olhar pra ele, ele te pergunta: “o que precisa?”, “o que tu quer?”, era muito atencioso. A gente tinha muito medo, muita vergonha de falar, parecia ser uma pessoa intocável, era endeusado o papel de bispo, e quando você olhava dava pra tocar nele, era um ser humano. Muito sensível, muito humilde. Era um paião e compreensível. Qualquer chamamento que se fazia ele tava sempre pronto, pra participar, ajudar. Eu lembro que a gente cuidava o batalhão lá de Chapecó, que as vezes se movimentava pra fazer despejo das famílias lá dos acampamentos [do MST], então na iminência disso acontecer a gente já se comunicava com o Dom José Gomes, pra ele vir, pra que pudesse intervir com os órgãos superiores do comando. [...] Por ser bispo pelo menos atendiam o telefone, o chamado dele²³¹.

Em 1974 o padre jesuíta Egydio Schwade, então Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²³², procurava por dioceses que se preocupassem com a causa indígena e se disponibilizasse para iniciar um levantamento da realidade indígena na região do oeste catarinense. Encontrou na Diocese de Chapecó este apoio, com Dom José e dois seminaristas, Egon Dionísio Heck e Lothário Thiel:

Encontrei a área Indígena de Xanxerê, tremendamente explorada. Índios na extrema miséria e totalmente exploradas suas áreas. Pinheiro e madeiras de valor retirados de suas áreas. Coloquei um sacerdote para trabalhar junto aos

229 BOGO, Ademar. O Bispo dos Sem Terra. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002.

230 Ibidem. Página 233.

231 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. Cit. 2015.

232 O objetivo do CIMI está vinculado com ações em defesa das comunidades indígenas. Dom José Gomes foi Presidente nacional do CIMI por quatro anos, tendo início em 1979.

índios e defendê-los. Foi início de uma luta terrível²³³.

E assim foi criada a Regional Sul do CIMI, com sede em Xanxerê, município próximo a única área indígena existente até então, em Ipuacu. No entanto, haviam diversas comunidades dispersas pela região, vivendo em acampamentos e sem assistência do Governo. Em 1979 Dom José foi eleito presidente nacional²³⁴.

A elite catarinense e aqueles que se beneficiaram lucrativamente com as atrocidades praticadas contra os índios e caboclos ao longo da colonização do Estado, sempre foram muito resistentes quanto a garantia dos direitos dos mesmos. E a elite obtendo o poder (político, dos meios de comunicação e etc.) facilmente impediram que as terras indígenas fossem demarcadas e a história contada como realmente aconteceu.

Apesar da grande pressão contra os direitos indígenas a primeira parte da área foi demarcada em 1998. Foi necessário fazer pressão sobre o Governo e mobilizações para garantir a devolução das terras aos indígenas e que os agricultores fossem indenizados e reassentados dignamente, como determina a lei, o que, na verdade até hoje, permanece em discussão²³⁵.

O Bispo estava interessado na realidade social e por isso exercia bastante influência na vida das pessoas: introduziu na Diocese de Chapecó os grupos de reflexão, onde elaborou o material com informações e esclarecimento ao povo das realidades da região, principalmente relacionado com a agricultura. Também escrevia sermões, que eram “datilografados por Dom José, multiplicados em mimeógrafos pelo Secretariado Diocesano e enviados aos ministros da Palavra para serem lidos nas celebrações dominicais”²³⁶. Inclusive nos encontros com os Ministros de toda a Paróquia Santo Antônio eram realizados, além da preparação das celebrações, um estudo dos sermões do Bispo.

Uma das primeiras questões que Dom José aparece publicamente para defender o povo, foi em 1978, com a “invenção da Peste Suína Africana”. Os suinocultores passaram a enfrentar o Governo que havia lançado falsas ideias sobre esta peste com a intenção de acabar com a produção de porcos de raças comuns e colocar no lugar raças que se encaixavam no perfil desejado das agroindústrias. Mesmo que os suinocultores afirmassem não haver

233 KUNZLER, Pe. Alcino L. José Gomes, trajetória de vida. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002. Página 50.

234 CAPUCCI, Alberto. Guerreiro José, Semeador de Esperança e Coragem. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002.

235 KUNZLER, Pe. Alcino L. Capítulo 1: José Gomes, trajetória de vida. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002.

236 Para conhecer estes Sermões e saber mais, ler: LOVERA, Pe. Clair José (org.) **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013. Esta citação encontra-se na mesma obra, página 15.

nenhum animal doente, “algumas propriedades foram invadidas e os suínos fuzilados. Nesse momento ocorre uma aproximação da igreja com os agricultores, destacando-se a participação de Dom José e da Diocese como um todo”²³⁷.

Aqui no oeste o Bispo Dom José Gomes assumiu um papel importante, no combate dessa denúncia da Peste Suína Africana ele foi muito contundente, no sentido de dizer: ‘Isso é uma mentira, é uma doença inventada pra matarem e queimarem teus porcos, pra você depender da grande indústria que está vindo!’²³⁸.

[...] a isso logo descobrimos que era pura papeação, pura sem-vergonhice né, e não tinha nada de peste suína africana. [...] isso até eu fui chamado no ministério da agricultura no setor animal. Fui chamado pra discuti o problema, [...] a pessoa que estava dentro deste setor animal era uma senhora, e quando eu contei as coisas como eram aqui ela chorou [...]. E no fim ela reconheceu que de fato era ordem dos EUA de liquidar o nosso suíno... pra eles mandá os deles pra nós podermos começá a criá. Então eles ganhavam dinheiro né...²³⁹

O povo buscava, através da fé, forças para continuar trabalhando na terra e a igreja era o local onde se encontravam para compartilhar experiências, problemas e necessidades. A Diocese de Chapecó e as paróquias municipais acompanharam ao lado dos agricultores e ajudaram na organização na luta por seus direitos. Dom José e outros representantes da Igreja estavam denunciando a política que se realizava e que impedia a “construção do Reino de Deus”, buscavam por uma sociedade mais justa, fraterna, com mais igualdade.

Muita gente está estranhando a posição atual da Igreja diante dos problemas econômicos, sociais e políticos. A coragem da Igreja em falar, denunciar e refletir com o povo sobre muitas injustiças que o povo sofre, não está agradando os que estão de acordo com as injustiças. Algumas pessoas que tiram proveito do atual sistema têm-se manifestado descontentes com esta opção da Igreja pelo povo que sofre, e algumas autoridades têm tentado pressionar a Igreja a emudecer sua voz e a cruzar os braços diante das injustiças e escravidões que acontecem.

[...] Nós não concordamos com a desigualdade crescente, fruto do atual modelo econômico brasileiro. Os pobres se tornam cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. Enquanto aumenta a técnica e o progresso, também aumenta a miséria e a marginalização. O custo de vida sobe a cada passo e a fome vai aumentando, levando muitos de nossos irmãos à doença e à marginalização²⁴⁰.

237 CARBONERA, Mirian. **Dom José Gomes e a relação com pequenos agricultores e índios**. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História).

238 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. Cit. 2015.

239 Entrevista oral com Dom José Gomes. Apud CARBONERA, Mirian. Op. Cit. 2003. Página 27.

240 FIORENTIN, Pe. Valter e ORO, Pe. Ivo Pedro. Dom José e as Lutas dos Pequenos Agricultores. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002. Página 185-188.

A partir da década de 1960 o processo de modernização da agricultura brasileira²⁴¹ foi intensificado, com suporte do Estado para atividades agroindustriais e recursos abundantes para apoiar a produção de alguns produtos, como a soja, e atividades desenvolvidas em maior escala. E este processo determinou uma profunda crise na produção agropecuária tradicional, que era característica predominante da região do oeste catarinense. Os principais impactos foram a crise da suinocultura – principal atividade econômica da região – e o endividamento dos pequenos agricultores, com subsequente crescimento do êxodo rural.

Decorrente disto, no final dos anos 70, originaram-se movimentos voltados para a dimensão social e política, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento de Mulheres Agricultoras, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário, entre outros. A presença principalmente da Igreja Católica e, portanto, da CPT e das Pastorais, priorizava uma reflexão bíblica ligada à realidade, a “Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: 'Espera que tu terás terra no céu'. Ao contrário, passou a dizer: 'Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra'”²⁴². E a CPT, além de aplicar a Teologia da Libertação²⁴³ na prática, também teve uma visão maior ao aglutinar o setor luterano²⁴⁴ ao movimento, formando um único movimento de caráter nacional²⁴⁵.

O Bispo Dom José Gomes desenvolveu um papel importante e decisivo para estes movimentos. Queria construir o Reino de Deus, onde nem mesmo os direitos humanos eram respeitados, o que para alguns significava uma “utopia plantada no deserto”. Levava àqueles que moravam no interior o conhecimento das leis de Deus e dos homens, como os caboclos que viviam nas margens dos rios e que não tinham muito entendimento dos seus direitos ou o significado de justiça social²⁴⁶.

Os grupos de reflexão eram os encontros com a comunidade e as famílias, promovidos pela Igreja Católica, para oração, leitura e reflexão de textos bíblicos e da

241 Estas questões serão melhor aprofundadas no capítulo seguinte.

242 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo. 2012. Página 22.

243 “Corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. [...] Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo”. STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. op. cit. 2012. Página 22.

244 A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) realiza trabalho pastoral, através da Pastoral Popular Luterana (PPL), especialmente entre os camponeses de descendência alemã, no Sul e no Centro-Oeste.

245 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. op. cit. 2012. Página 22-23.

246 UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002.

realidade, foi onde Dom José semeou as sementes que brotaram a esperança de grandes mudanças. Deste trabalho de base surgiram os movimentos sociais e suas lideranças na região do oeste catarinense. Estava sempre estimulando o povo a lutar por seus direitos, impulsionar as lideranças a irem em frente e a organizarem os trabalhadores para fazer uma luta política.

Comprometeu-se decididamente na defesa dos Sem-Terra e na luta pela Reforma Agrária. Antes de surgir o Movimento dos Sem Terra, no oeste catarinense os sem-terra já lutavam com o apoio da CPT e de D. José Gomes – como a ocupação da fazenda Burro Branco, em Campo Erê²⁴⁷. Em 1985 quando preparavam as ocupações nas terras improdutivas do oeste, Dom José se preocupava, pois sabia da violência dos latifundiários já que historicamente protegiam suas terras com pistoleiros e o Estado sempre defendeu-os oferecendo a força policial e etc. Esta ocupação ocorreu em 25 de maio de 1985 em doze fazendas improdutivas no Oeste, envolvendo duas mil e quinhentas famílias²⁴⁸.

Para D. José Gomes o latifúndio representava opressão e a fome, por isso lutava junto com o Movimento dos Sem-Terra, para ajudar estas pessoas a conquistar a terra, para produzir o leite e o mel, como no conto bíblico de Canaã, e alimentar suas famílias. Os padres e ministros da Paróquia Santo Antônio também apoiavam os Movimentos Sociais, inclusive dos Sem-Terra, até porque algumas famílias que moravam em Pinhalzinho apoiaram e participaram das ocupações:

Houve numa reunião importante do Movimento dos “Sem Terra” no Salão Paroquial com todos os interessados. Antônio Hoefle e irmãos Lavratti são das principais lideranças dos acampados em Abelardo Luz. Precisam fortalecer o Movimento que o Governo e os poderosos estão querendo matar no cansaço. Damos todo o apoio ao Mov. dos “Sem Terra” que convidamos justo, adequado para conduzir a uma verdadeira Reforma Agrária urgente para solucionar o problema social da fome, da falta de trabalho e de produção de substância. O slogan do Governo: “Produzir para exportar” deu origem a uma cadeia de erros e problemas nacionais. Sabemos que o correto é “produzir para alimentar e exportar o que sobrar”²⁴⁹.

D. José sempre esteve em defesa dos agricultores e seus pronunciamentos sobre a problemática da terra irritou muitas autoridades nacionais e locais, o que lhe custou dores de cabeça e noites de insônia. Devido todo este envolvimento, sofria pressões das elites, principalmente através dos meios de comunicação: jornais, rádios e televisões, além de

247 Em junho de 1980, cerca de duzentas famílias, ocuparam uma área de 265 colônias. ORO, Pe. Ivo Pedro. Dom José e a Luta dos Sem Terra. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002. Página 204.

248 Ibidem. Página 210.

249 FINKLER, P^o Jerônimo. op. cit. agosto de 1985, Página 141 e 142.

receber ligações e cartas de ameaças.

Dom José Gomes foi um conquistador. Era um Bispo que não ficava no gabinete, na casa Paroquial, ele era um Bispo que se não pudesse ir, escrevia o sermão pra circular as comunidades. Mas ia nas comunidades, fazia reunião com essa juventude, sentava na cadeira com os jovens! Coisa que pra outros Bispos, tinha que levar água na mão dele pra tomar né. E Dom José Gomes até preso foi, ficou sequestrado até por conta de poder o povo fazer com que as suas necessidades fossem atendidas. Então foi um figurão que não tinha hora, nem lugar. Tinha medo, é verdade, mas a necessidade do povo era bem maior que o medo do Bispo e ele fazia o enfrentamento e tinha um bom quadro de padres. Essa juventude toda que fogosamente aumentava sua fé e sua vontade de lutar, então isso lhe dava muita luz, muita esperança e confiança na conquista e esse resultado tá aí²⁵⁰.

CAPÍTULO IV – “Diz um ditado: pra quê fazer força se têm as máquinas”: os (des)prazeres da modernização

[...] em 1964 os militares apresentaram o Estatuto da Terra, pra dizer assim pros agricultores revoltosos da época, o povo do campo... que aí surgiu o golpe militar né, aí pra conter os agricultores disseram: 'Calmam que aqui esta lei, Estatuto da Terra, vai dá terra pra todos, então vocês não precisam se organizar, se mobilizar, ficam aí quietinhos que nós vamo dá terra pra todo mundo, vai ter a Reforma Agrária no Brasil'. Lei do engano! Não aconteceu! Então a partir desse fogo né, apagar os ânimos dos colonos na época – que se chamava – colonos e num termo bem pejorativo: acalmou aquela colonada, com essa lei escrita no papel e nunca realizada. Então faziam essas políticas pra amansar²⁵¹.

O motivo destas discussões entre o povo, a Igreja e o Estado, das revoltas e do surgimento de movimentos sociais, estão relacionados com problemas políticos e econômicos do país. Na década de 1960 as questões sobre Reforma Agrária ocuparam espaço nos debates políticos devido aos conflitos relacionados à posse da terra no Brasil e redistribuição fundiária. Frente a isto, em 1964, na gestão do Marechal Castelo Branco, foi promulgado o Estatuto da Terra, que apresentava possibilidade de alguma mudança fundiária, mas que na verdade foi um mecanismo de controle das tensões sociais para continuar beneficiando o modelo capitalista. No Artigo 1º do Estatuto já se tratava da “execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”, onde:

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Ao mesmo tempo que busca por promover a melhor distribuição da terra, sendo assegurada a todos, condicionada à sua função social, também pretende o aumento da produtividade e do processo de industrialização do país. Desta maneira, a partir daquele período o Governo Federal promoveu um conjunto de medidas, principalmente apoiadas no crédito, para acelerar o processo de modernização da agricultura. Estas iniciativas,

251 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

desencadearam diversas transformações no campo e alteraram as formas de produção agrícola, com a adoção de métodos modernos. Fortaleceu-se o desenvolvimento capitalista no meio rural, pautado no modelo produtivo norte-americano, comumente chamado de Revolução Verde²⁵².

Pode ser tratado como um modelo conservador, que alterou o padrão produtivo da agricultura sem modificar a estrutura da propriedade da terra, isto é, “limitou ainda mais o acesso a terra e desencadeou um intenso processo de êxodo rural”²⁵³. Foram incentivos para uma nova forma de agricultura: com a abertura de linhas de créditos bancários acessíveis aos produtores rurais – Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965; a adoção de pacotes tecnológicos, como o emprego de sementes selecionadas (trigo, milho e soja); na suinocultura (importante atividade econômica da região oeste de Santa Catarina) houve incentivo com relação a melhoria das raças, instalações e técnicas de manejo e alimentação; utilização de insumos de origem industrial e a mecanização agrícola²⁵⁴.

Na época os agricultores tinham a sua semente, pouca semente se comprava, uma grande perca da agricultura foi isso, foi a introdução dessas empresas que vendem a semente, então perdemos a condição, a possibilidade e o hábito de produzir nossa semente. Os financiamentos não eram pra comprar a semente, eles serviam pra comprar os adubos, trilhadeira, motores, era pra essas finalidades. Mas era muito esporádico, não era todo ano tu fazer um custeio, isso não existia! [...] Eram poucas as famílias... na nossa comunidade [Linha Tiradentes] de sessenta e oito famílias, vamos dizer que dezoito conseguiam atingir crédito, as outras não tinham a condição de poder financiar! Quem financio... se quebro! [...] Essa evolução, pra não dizer revolução – e estragar o termo – foi pra poucas famílias²⁵⁵.

As principais características da modernização conservadora brasileira estão relacionadas, primeiramente, com a Revolução Verde, anteriormente citada, e a conjuntura internacional de crédito abundante, que levou ao “milagre econômico” brasileiro, onde se ampliava a demanda para exportação destes produtos; o crédito agrícola era subsidiado; privilegiava os grandes produtores; favoreceu os produtos agrícolas destinados à exportação; e

252 NIEDERLE, Sidnei Luiz. **Desenvolvimento Territorial Rural no Meio-Oeste Contestado em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2014. Dissertação (Mestrado – Geografia). Página 70.

253 HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; BATELLA, Wagner. **Modernização Agrícola, Integração Agroindustrial e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Oeste de Santa Catarina**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.35, v.1. p. 41-59, jan./jul. 2013. Página 42.

254 POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008. Página 61-65.

255 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

promoveu um violento êxodo rural²⁵⁶.

Este método desmoralizou as formas de produção que eram praticadas pelos agricultores, e aqueles que não adotassem a estas estratégias seriam vistos como atrasados. O resultado foi um aumento na exigência da qualidade dos produtos e da produtividade, o que impossibilitou as formas tradicionais de produção²⁵⁷. Para ter acesso a estas melhorias os setores bancários estavam fazendo financiamentos, que inicialmente tinham juros baixos, possibilitando a compra de máquinas agrícolas, entre outros equipamentos para a propriedade. Para a grande maioria dos pequenos agricultores não era necessária a mecanização pesada, já que não possuíam grandes áreas de terra. No entanto, estes agricultores que utilizaram o crédito, em grande medida tiveram dificuldades em saldar suas dívidas, tendo que se desfazer de muitos bens, e em muitos casos, da própria terra²⁵⁸. Este processo esteve profundamente presente em diferentes regiões brasileiras.

Estas questões funcionaram da seguinte maneira: no oeste catarinense a mão de obra era a familiar e as agroindústrias aproveitaram-se da mesma para fazer uma parceria, através de um contrato normativo. Este modelo é denominado de “Sistema de Integração”²⁵⁹, onde o produtor familiar é obrigado a se adaptar com as exigências de padrões de produção das agroindústrias²⁶⁰.

Nas décadas de 1970/80, o Estado era o principal agente do processo de modernização: o crédito bancário era vedado à maioria dos pequenos produtores, já que para conseguir aumentar a produtividade era preciso o uso das técnicas modernas, que, além de caras, eram inadequadas para pequenos cultivos, em muitos casos produtos destinados à alimentação:

As tecnologias disponíveis para preparo do solo, plantio e colheita, como tratores e colheitadeiras integradas, somente se tornam viáveis economicamente a partir de determinada escala de produção, já que implicam na imobilização de elevado montante de capital. Estas tecnologias se tornam inadequadas a pequena produção não somente pela escala, mas também, em grande parte dos casos, pelas condições do terreno (morros, pequenos quadros plantados, etc.) e pelos produtos tradicionalmente cultivados por estes agricultores. As tais tecnologias modernas eram (e são) adequadas à produção de poucos produtos, principalmente cereais como

256 DELGADO, Nelson Giordano. Papel e lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro: IICA/MDA, 2009. apud NIEDERLE, Sidnei Luiz. op. cit. Página 71-72.

257 POLI, Odilon. op. cit. 2008. Página 62.

258 BRUNETTO, Sarue. **A Modernização da Agricultura e o MST no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – História). Página 31-33.

259 Sistema de parceria entre produtores e agroindústrias, com base na produção de aves e suínos.

260 HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; BATELLA, Wagner. op. cit. 2013.

milhos e soja²⁶¹.

Neste sentido, a vida dos agricultores foi transformada significativamente. No capítulo anterior estávamos tratando da importância da religião e da Igreja na vida destas pessoas – assim como, as mesmas, eram o pilar de sustentação da Igreja – e este processo de modernização propulsionou, inicialmente, um certo afastamento entre a comunidade e a Igreja, pois os agricultores precisavam garantir a produtividade e a igreja precisou se adaptar:

Durante a semana de 15 a 22 foram feitas visitas costumeiras a várias Comunidades. É bom lembrar que Abril e Maio são os meses de colheita da soja e milho. Trabalho intenso para os agricultores. Por isso nessa época suspendemos as atividades de formação e que ocupam o povo por mais tempo. Celebramos a Missa e Batizamos se tiver no mais curto prazo²⁶².

A modernização trouxe o desenvolvimento das tecnologias agrícolas que, algumas vezes, estavam respondendo a favor ao o que os agricultores precisavam, já que o trabalho braçal era pesado e desgastava a saúde mental e física de quem o fazia, por esta razão muitos agricultores viram esta evolução como conveniente, apropriado:

Que melhorou, melhorou! Menos sacrifício pro trabalho né, e tudo é mais fácil hoje. Diz um ditado: pra quê fazer força se têm as máquinas. Hoje em dia faz tudo. Era uma época que era só picareta, maretta e muque, hoje ninguém mais faz força nenhuma, se quer carregar qualquer coisa têm os “muque” que carregam, não é bolhá nas costa²⁶³.

Por outro lado, também perceberam os seus males, quando foram criadas necessidades daquilo que até então não existia, por exemplo: “É muito veneno, muito muito! Se tu não passa veneno a bicharada come tudo! Antigamente não tinha isso aí não, não se passava veneno nenhum, não precisava. Uma que não tinha veneno e outra que não tinha nem bichinho”²⁶⁴. Para Zeferino Basso, a modernização trouxe o benefício do rendimento do produto, já que com o uso dos transgênicos e agrotóxicos as plantas crescem mais e mais rápido, no entanto para vender o grão (milho, soja, feijão, arroz, etc.) “não vale a pena, não paga o custo, o preço que tá hoje, tu vai comprar o insumo, gastemo acho que dez, doze mil só pra fazer a planta esse ano, e tu vai tirar depois isso ali aonde limpo? Aí tem que pagar a

261 NIEDERLE, Sidnei Luiz. op. cit. 2014. Página 73.

262 **Livro II de Tombo da Paróquia Santo Antônio**, em Pinhalzinho, SC, Maio de 1988. Página 26.

263 PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. op. cit. 2015.

264 Idem.

máquina pra colher, tem que pagar o frete, tem que... *ih!*”:

Hoje planta na tecnologia né: adubação, barbaridade, semente boa. Aquele tempo era tudo semente tirada no paiol ainda, e plantava. Hoje planta com máquina, a renda é bem mais alta, o produto rende mais. Só o que a gente planta aqui é milho só pra silagem, pra vender não vale a pena! Hoje pode vender o grão, não compensa! [...] Daí vende o leite, a gente planta oito, dez hectare de milho, mas tudo silagem, dá pro ano inteiro pra tratar o bicharedo ali, sempre sobra né, quando vem o outro milho, pra fazer a silagem, ainda tem daquela velha, nunca falta trato pro gado²⁶⁵.

Uma das atividades mais marcantes para os jovens rurais, foi o trabalho dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), inseridos nas estratégias desta modernização. Foram implantados em Santa Catarina, a partir de 1957, pela ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina), órgão responsável pela Extensão Rural²⁶⁶, que tinha o objetivo de constituir um novo “padrão” de jovem rural, que pudessem lidar com estas técnicas e tecnologias²⁶⁷:

Antigamente tinha aquele Clube 4-S, tinham os, a gente falava, os extensionistas, agrônomos né, que o Governo pagava – eram funcionários do Governo –, iam nas comunidades e orientava a gente, como tinha que plantar, tudo. A sigla 4-S significa Saber, Sentir, Saúde, Servir, é uma formação da pessoa, eles tentavam passar pra gente o que tinha de novo e orientar, porque com o tempo tu tinha que mudar. As coisas iam acontecendo de tal maneira que tu tinha que ir mudando: como usar corretamente o plantio, adubo se precisasse, veneno era pra ser evitado [...]. Iam uma vez por mês, era pouco, dava tipo um cursinho assim e reunia os sócios, tinha que se associar – muitos pais não deixavam porque eles achavam que era uma perda de tempo, que tinha que ir pra lavoura trabalhar daquele jeito: o interessante na época era a quantidade, não a qualidade. [...]

Na criação também, o gado, os porco, também eles ensinavam. Nós tinha aqueles chiqueirões antigos no nosso sistema. O Governo financiava pra cada produtor que quisesse, mas um chiqueirinho pequenininho, bem pequeno – tipo assim, cinco por cento do tamanho que a gente tinha lá –, só pra gente ter como que se trabalhava na técnica. Ensinavam e orientavam a gente a comprar uns animais mais selecionados, deixar de criar aqueles porco comum que comiam muito e engordavam pouco – até os animais era assim –, nós falava porco de raça, que seria uma genética mais afinada, melhorada. [...]

Se tratava um pouquinho diferente: usava ração – era o milho com quirela –

265 BASSO, Zeferino. op. cit. 2015.

266 Segundo Claiton Marcio da Silva (2002), a Extensão Rural surgiu em 1900, nos Estados Unidos, tinha o objetivo de introduzir técnicas e tecnologias para o aumento da produção agrícola e o aumento na renda do produtor, entre outros objetivos.

267 Para saber mais sobre os Clubes 4-S, ler: SILVA, Claiton Marcio da. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985)**. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado – História).

usava ração, umas misturas. Que daí como tinha que comprar a ração, [o pai e os irmãos mais velhos] achavam que se tornava mais caro. O porco comum tu criava com mandioca, abóbora, com milho comum, batata, resto, botava tudo no chiqueiro e eles comiam né, o porco comum se adaptava melhor, era criado até na corda, os antigos falavam, tipo, solta ali que eles se viram. Só que ele demora muito, tem tudo isso também né, o porco de raça, selecionado, ele na metade do tempo engorda, tu vende, então ele se paga né, tem um retorno no investimento. E o comum ele fica lá comendo, comendo, um ano e pouco pra engordar, enquanto o porco com quatro, cinco meses aí.. ele nascia, você engordava e vendia.

Aí também a parte higiênica era pra ser diferente [...]. Ensinavam a gente a trabalhar mais organizado. Mas era muito difícil. Pena que depois com o tempo, acho que de tanto bater na tecla e não adiantava, parou esse clube, sumiu, desistiram²⁶⁸.

O auge da crise no oeste do Estado, foi em maio de 1978, com a Peste Suína Africana, cuja existência nunca foi realmente comprovada, mas diante de suspeitas as propriedades eram interditadas e os suínos mortos²⁶⁹, inclusive aqueles das propriedades mais próximas e os chiqueiros foram queimados. Estas ações eram realizadas pelo Exército. A Diocese de Chapecó e as paróquias municipais acompanharam os casos ao lado dos suinocultores/agricultores e organizaram os mesmos para protestar e resistir contra a matança dos suínos. Também fizeram um levantamento que resultou em indícios de que não houve uma doença de suínos e sim uma estratégia para eliminar a produção autônoma na região²⁷⁰.

Neste período foram realizadas manifestações, e a maior de todas reuniu vinte mil pessoas em outubro de 1980, em Chapecó e o Bispo Dom José Gomes tinha uma presença expressiva, pois reforçava os clamores dizendo que se tratava de uma “peste suína inventada”. Em um “Comunicado da Igreja de Chapecó em defesa do povo”, realizado em 27 de outubro de 1978, Dom José e os agentes pastorais apresentam seu posicionamento:

Somos contra os mecanismos para prejudicar os pequenos agricultores, como a estória da Peste Suína Africana. Muita coisa sobre isto não foi explicada, os interesses que estão por trás disto não foram esclarecidos. E a voz da Igreja, que mais defendeu os colonos contra isto, recebeu ameaças. Por que as nossas autoridades e os representantes do povo não defendem os colonos? Por que tanta carne foi enterrada e queimada quando há tantos passando fome?²⁷¹

A intenção que se tinha era acabar com o modelo tradicional – em que os suínos

268 LAVRATTI, Noli Nelson. op. cit. 2015.

269 POLI, Odilon. op. cit. 2008. Página 66-69; e em CARBONERA, Mirian. op. cit. 2003. Página 22-25.

270 FIORENTIN, Pe. Valter e ORO, Pe. Ivo Pedro. Dom José e as Lutas dos Pequenos Agricultores. In: UCZAI, Pedro (org.). op. cit. 2002. Página 182-190.

271 Ibidem. Página 185-188.

eram criados soltos e alimentados com batata, espiga de milho, vegetais, restos de comida e lavagem²⁷² – para introduzir um tipo de raça, que “entra também a ração, alimentação dos porcos não é mais aquela alimentação que a gente dava”²⁷³. Aurélio Lavratti, pai de Altair, era avalista de um *chiqueirão*, feito de alvenaria, mas que por conta dos altos gastos com construção, alimentação, higiene e etc., perderam tudo, tiveram ainda que vender grande parte da terra para pagar os financiamentos e ingressaram para a plantação de fumo, na pequena área de terra que restava, como uma possibilidade de se ver livre das dívidas: “Então foi um período muito triste, e aí ficou só dois ou três em casa né, que davam conta disso e nós outros fomos buscar estudar e ir pra outra realidade”²⁷⁴. Altair atribui a responsabilidade ao Estado:

Cristhina: Qual a diferença entre o porco e o suíno?

[risos] **Altair:** É uma diferença de concepção porque porco é daquele que a gente criava na pequena agricultura, que lá em 1970, 74, fizeram surgir uma doença da Peste Suína Africana, essa invenção pra matar os nossos porcos, pra agroindústria aplicar a organização da produção do suíno em grande escala, deixava de ser o porco lá da pequena agricultura pra ser o suíno na linha da... - Eu crio os porcos pra aquela empresa. Então surgiu a Sadia, surgiu a Aurora, surgiu a Saic²⁷⁵ aqui no nosso oeste catarinense, que dominaram isso. Então a diferença que a gente diz que é uma questão de concepção ideológica, porque tiraram o direito de nós agricultores criar o porquinho nosso, como também depois tiraram o direito de nós criar a galinha caipira e surgiu o frango de granja e agora, nesses tempos, a tentativa de tirar a produção do leite, pra também ser levada pra uma criação mais concentrada, estrutura pra grandes propriedades: dez vaquinhas não importa, mas agora, duzentas, trezentas vacas, sim! [...]

Por isso que comentamos lá nos anos 60, 70, a saída da juventude pra cidade e vinha nesse processo de desconstrução de viabilidade das famílias no campo, tirava nossa condição de produzir e vender o excedente. E dava essa condição, essa autorização as grandes agroindústrias que surgiram na época. Isso foi muito triste! [...] Pinhalzinho, os agricultores se organizaram e não deixaram o exército ir matar os porcos na casa das famílias. Foram de algumas comunidades, mas outras não foi possível, porque os agricultores se organizaram e travaram! [...] Foi uma ação assassina do Estado, tirou de nós o direito de vender pras cooperativas o porco²⁷⁶.

Historicamente os governadores – além de deputados, vereadores, senadores, prefeitos, ministérios, etc. – não dão importância relevante a agricultura, para aquilo que ela

272 “era cozinhar abóbora, batatas, feijão, tinha sempre feijão sobrando, sobras de comida, botava num tacho lá e fogo, cozinava e ia lá pra porcada”. LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

273 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

274 Idem.

275 A Saic foi fundada em 1952 por Ernesto Francisco Bertaso e Plínio Arlindo de Nês – político e diretor-presidente da Saic. Até 1969 existiam cinco grandes empresas agroindustriais de aves e suínos no oeste catarinense, são elas: Sadia, Perdigão, Seara, Saic e Coopercentral, entre outras menores. CARBONERA, Mirian. op. cit. 2003. Página 24-25.

276 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

significa para a vida e saúde de todo o povo brasileiro, desde o campo, até a cidade. Os grandes produtores recebem incentivos e financiamentos do Governo, com garantia de compra e preço do produto, mas não acontece o mesmo com os pequenos agricultores. Nos últimos anos houve um melhoramento, mas a realidade da agricultura camponesa é de muita dificuldade²⁷⁷. Na questão do mercado, o reconhecimento da produção, o preço, nunca foi dado pela família agricultora, aquela que vende, e sim por aqueles que compram: “se eu produzo um saco de feijão, não sou eu que dito o preço que vou vender, é quem compra que diz o quanto que vai pagar”²⁷⁸.

Altair: O Governo brasileiro deveria ter subsídios e preço garantido pra agricultura familiar. Hoje quando eu planto o saco de feijão deveria ter o preço de... vamos estabelecer 150 reais, porque o custo com adubo, preparo do solo, combustível e colheita vai dar isso, então vamos vende a pelo menos 150 reais! Mas quando tu vai vender nessa lógica, ele vai tá 80, 90, então você paga alto pelos insumos e quando você vai vender, já não tem o preço. Quando você vai plantar, o preço tá lá em cima, o que eleva o preço dos insumos e quando você vai vender, baixa o preço do produto. Essa é uma desgraça!

[...] **Eliana:** No período do inverno se usa mais terras pra pastagens e aumenta a quantidade de leite, quando aumenta a quantidade de leite, abaixa o preço do litro, porque tem em excesso! É desculpa né, tem excesso, é uma forma de... então eles sempre controlam de uma forma ou de outra, nós nunca controlamo o preço, nunca podemos pôr preço. Mas quando a gente vai comprar, não é nós que colocamo o preço, é o mercado.

Altair: É o mercado! Esse bicho, o mercado, a gente precisa encontrar onde é que ele tá e enforca, *tacale* o pau!²⁷⁹

O início da crise da economia destes agricultores fora em dois pontos principais: dívidas no setor bancário e a crise da suinocultura. Devido a toda esta conjuntura os custos de produção aumentaram, ao mesmo tempo que os preços dos produtos tiveram queda. Esta foi uma lógica da modernização que ocorreu em todo o país²⁸⁰. A maior parte dos agricultores e suinocultores não estavam conseguindo sustentar esta situação, “é certo que muitos foram os camponeses que tiveram suas propriedades leiloadas, devido ao fato de não conseguirem pagar os seus financiamentos”²⁸¹.

O êxodo rural foi um dos resultados mais cruéis da modernização da agricultura. Estes “agricultores passaram a procurar a área urbana, servindo de mão-de-obra barata às

277 Idem.

278 Idem.

279 Idem.

280 POLI, Odilon. op. cit. 2008. Página 62-63.

281 Ibidem. Página 65-66.

agroindústrias que começam a se instalar na região, especialmente em Chapecó”²⁸². Foram poucos os casos que saíram da zona rural e concluíram o ensino superior e/ou adquiriram um emprego com salários dignos²⁸³.

Apesar de distantes, procuraram manter o “calcanhar cravado na terra”²⁸⁴, pois é no meio rural, na roça, onde podemos ter uma vida com dignidade, tendo tudo aquilo que é fundamental: “respirar ar puro, beber água pura, se alimentar da melhor comida, ver o sol nascer, ver a lua, essas coisas são do instinto animal do ser humano e que na cidade muito é perdido: muitas pessoas não percebem mais a lua, a natureza”²⁸⁵. No meio urbano a vida e o trabalho se tornaram maçantes e desgastantes: as horas de trabalho ocupam os espaços de lazer, assim sendo é preciso mais tempo para o descanso. Dificilmente conseguem manter as tradições como do chimarrão, da cantoria, de jogar baralho, bocha, futebol, ou do *matiné* depois da missa, muitas vezes deixam de ir à missa. Deixam de viver, para sobreviver. Outro agravante foi a falta de escolas, retiradas das comunidades, mas principalmente a questão de áreas de terras para dividir com todos os filhos:

A formação das famílias nesses anos, praticamente todas não tinham a baixo de cinco filhos [...] então era um número grande de juventude e na terrinha dos pais não abarcava todos. Olhando nos arredores existia muita terra nas mãos de poucos, e tinha muitos filhos sem terra, então esse debate passou a ser constituído e organizado²⁸⁶.

[...] nasci e me criei na agricultura, até os dezessete anos. Daí depois dos dezessete anos, por necessidade: família grande, o pai não tinha condições de dar terra pra todo mundo trabalhar, uma das coisas também é as escolas também, que fechou as escolas do interior, então não tinha como estudar, e foi uma necessidade vir pra cidade. Aí comecei a estudar a quinta série com dezessete pra dezoito anos. Fiz até a oitava série e depois parei por causa do trabalho, consegui um trabalho temporário na Souza Cruz – no primeiro ano foi um trabalho temporário, depois vim a trabalhar vinte anos na Souza Cruz, aí me efetivei²⁸⁷.

No entanto, a mentalidade de grande parte dos camponeses, neste caso, dos pinhalenses, principalmente os jovens, funcionou para conquistar a terra em outros lugares, através da organização do movimento dos sem-terra, que buscavam continuar no campo e na

282 CARBONERA, Mirian. op. cit. 2003. Página 25.

283 Estes personagens levaram para os centros urbanos o desenvolvimento (técnico e tecnológico; das indústrias; estradas, etc.), que beneficiou a poucos outros, restando para eles a mínima assistência.

284 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

285 Idem.

286 Idem.

287 LAVRATTI, Noli Nelson. op. cit. 2015.

região onde moravam, “antes eles eram arrendatários, meeiros, filhos de agricultores que ainda moravam no fim da roça do pai. Agora eles não conseguem mais se reproduzir no campo, estão sendo expulsos da terra. Então resolvem se organizar e lutar”²⁸⁸ para manter-se em seu Estado de origem: “foi possível acessar a terra de novo, ter direito a estar na terra”²⁸⁹:

Na verdade o Movimento Sem Terra surgiu pela Igreja Católica e Luterana, mas especialmente pela Igreja Católica nessa construção do Dom José Gomes pelas comunidades eclesiais de base. Era lá na comunidade que se discutia isso, era lá que se encontrava uma liderança, que se forjava. Na nossa comunidade, na nossa família, o Reinaldo, nosso irmão, foi o jovem que assumiu esse ponto, esse posto, de fustigar na juventude o anseio, a ansiedade de fazer essa descoberta, de ir para a ocupação. Então ele participava de muitas reuniões em 84, 85, na formação do Movimento. Girava o oestão, discutindo, dialogando e buscando se organizar. Foi por intermédio dessa organização da igreja que o povo... e só... o povo só se encorajou em sair de casa porque a fé, a igreja, a religião era muito mais forte do que se é hoje! Hoje há muita brincadeira de fé, esse negócio de... de negócio mesmo, de religiosidade! Naqueles anos não, naqueles anos a gente tinha um fervor, era uma coisa que... domingo era domingo, e era Igreja! Só depois você ia pro almoço e ia jogar bola, se você não fosse na Igreja de manhã, parecia não ser domingo. Então era muito forte, na presença das famílias, a religião, a fé. E os pais só confiaram a saída dos filhos, dos jovens de casa porque era organizado pela Igreja, se fosse qualquer uma outra organização na época, não saíam. Então havia um conservadorismo, havia uma maturidade muito grande nessa questão religiosa. [...] E essa juventude toda que fogosamente aumentava sua fé e sua vontade de lutar dava muita luz, esperança e confiança na conquista e esse resultado tá aí: o Movimento Sem Terra surgiu aqui em Santa Catarina, surgiu em Abelardo Luz com esse povo pinhalense também, e que se esparramou por todo o Brasil²⁹⁰.

A presença destes representantes da igreja que estavam interessados na realidade social, era fundamental por estas razões, havia “um movimento de bispos, padres e agentes da pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo”²⁹¹. As comunidades eclesiais de base trouxeram debates que gestaram na retomada da organização dos movimentos sociais, citados anteriormente²⁹², que foram articulações dos povos do campo.

Altair: Foram vinte e dois municípios que estiveram organizados pra ocupação aqui, que foram duas ocupações aqui em Abelardo Luz, no dia 25

288 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. op. cit. 2012. Página 20.

289 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

290 Idem.

291 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. op. cit. 2012. Página 22.

292 MAB, MST, Movimento das Mulheres Agricultoras, hoje Movimento das Mulheres Camponesas, CIMI, etc.

de maio de 1985, e em São Miguel do Oeste, no mesmo dia. O povo de Pinhalzinho veio pra cá, de todas as comunidades: da Anta Gorda, da Linha Tiradentes, da Santa Lúcia, de todos os recantos veio jovens, a maioria foram os jovens solteiros que saíram de casa, dentro do caminhão, nenhum ônibus, era caminhão enlonado com toda a mudança dos acampados: a traia de acampado, a alimentação, ferramentas de trabalho, a traia de roupa e comida pra alguns dias.

Eliana: Essa era a mudança do povo!

Altair: Enlonados, ninguém sabia pra onde ia, era extremamente segredo porque era a primeira ocupação e tudo escuro né. E Abelardo Luz foi escolhido porque aqui nesse local onde a gente está, nesses assentamentos – hoje vinte e duas áreas desapropriadas –, não passava de sete famílias e na sua grande maioria coronel, major e desse naipe. Nós julgamos que eles tiveram essas terras aqui como herança pela matança dos caboclos do Contestado – tem tudo a ver essa região aqui, da época do Contestado, estas terras que eles demarcaram a helicóptero ou a mando, riscando e traçando as linhas. Nós temos hoje aqui em Abelardo Luz, mil e quinhentas famílias assentadas. De mil e quinhentas pra sete é uma diferença grande²⁹³.

E “lá de Pinhalzinho nós tivemos jovens que voltaram, ficaram alguns meses nos barracos, depois voltaram sem poder resistir. É a diferença de cada um, mas teve aqueles que aguentaram e tão aí hoje”²⁹⁴. No oeste catarinense ainda existem muitas áreas de terra que não estão cumprindo sua função social e que são escondidas pelos grandes latifundiários:

Muita terra escondida pelos fazendeiros, e o Movimento descobre isso e ocupa! E denúncia! Mas esse é um papel do Estado fazer, não precisava os Movimentos correrem o risco, sofrerem ocupações, as famílias sofrem nas ocupações! Só resistem porque o sonho de alcançar a terra, de ter a casa, de ter a comida, é fundamental isso pra vida. Então um ano de lona preta, passa a ser um exercício de resistência. Um ano, dois anos, nove anos, como teve aqui no acampamento, de hoje assentamento Santa Rosa III²⁹⁵.

Os assentamentos do MST têm como característica a agricultura familiar, que também é baseada na utilização de agroquímicos e comercializa com as agroindústrias. No entanto, muitos assentados continuam lutando por independência deste Sistema Integrado, assim como por melhorias nas regiões onde vivem. Abelardo Luz é um exemplo, pois com mil e quinhentas famílias em vinte e duas áreas de assentamento, possui dois grandes centros de educação que “têm mais de mil e duzentas crianças e jovens, têm aqui nas nossas escolas o ensino fundamental e o ensino médio, tem um curso exclusivo de técnico em agroecologia e

293 LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. op. cit. 2015.

294 Idem.

295 Idem.

hoje nós conquistamos o Instituto Federal Catarinense no assentamento”²⁹⁶. Existe um avanço grande na área de educação, para que os filhos fiquem por perto da família e da terra conquistada.

A educação sempre foi e sempre será um sonho a ser alcançado pela maior parte dos jovens, e é, por consequência, um dos motivos da saída destes para as cidades. Por esta razão uma das lutas do Movimento é de aproximar dos assentamentos as escolas e faculdades, mas também a agroindústria e as cooperativas, para vincular a produção com a industrialização e o comércio, assegurando condições de trabalho, melhor renda e a presença dos filhos, para manter o agricultor, na agricultura²⁹⁷.

[...] é necessário que exista agricultores, agricultura familiar, isso é imprescindível! Só ainda não se compreende porque que o Brasil tem essa função de produção em grande escala pra exportação. Se percebe que tem uma preocupação com a balança comercial e não se observa o balanço social, então se *hay* pobreza, não me importa! Se há fome, não me interessa! Se há veneno na comida, não é comigo! Quinhentos mil casos de câncer por ano no Brasil e o Instituto Nacional do Câncer denúncia e anuncia. É responsabilidade de quem isso né? O monopólio da terra pro monocultivo de *commodities* ou do milho e soja usados pro combustível, o plantio do eucalipto que ninguém come, pinus, ninguém come. Então, pra quem isso se o povo brasileiro ainda têm necessidade de feijão, arroz, leite, mandioca, batatinha? Têm uma gama de alimentos a ser produzido, que se tirar das mãos dos agricultores, dos camponeses, o agronegócio não vai fazer! Vai fazer aquela polenta embalada que não tem nada a ver com a polenta do milho crioulo que a gente faz, que coloca assar na chapa do fogão... isso é morte de cultura, de hábitos e da saúde!²⁹⁸

E estas questões podem ser observadas através da distribuição populacional rural e urbana, segundo estimativas do IBGE, desde 1980 até 2010: em 1980 a população urbana era de 5.211, em 2007 de 11.929 e em 2010 foi para 13.615; diferente da área rural que em 1980 contava com 4.743 pessoas, baixando este valor para 2.736, em 2007, e em 2010 o número da população residente era de 2.717. São dados assustadores, que representam esta contrariedade da modernização da agricultura, onde atualmente a maior parte da população se concentra no meio urbano e este aspecto já foi constatado na década de 1980. Então a procura para viver no meio rural é cada vez menor e o trabalho da agricultura, ainda está presente na economia do município, porém com pouca intensidade.

296 Idem.

297 Idem.

298 Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pinhalzinho dispõe pequeno espaço territorial e poucos habitantes, comparado com outros municípios, e possui diversas histórias, estórias e causos, que por fortuna, algumas delas, renderam estas páginas de trabalho de conclusão de curso. Tive a oportunidade de entrevistar alguns personagens destas histórias – não foram exatamente entrevistas formais, na verdade foram conversas, em que contavam daquilo que viveram, sendo direcionados para aspectos da pesquisa através de alguns apontamentos e colocações, feitos por mim.

Foi interessante acompanhar o desempenho da memória dos entrevistados. Perceber que, algumas vezes, uma simples palavra, som, comida, um aroma, é capaz de despertar lembranças, assim, à tona. São memórias que algumas vezes os deixam felizes, tristes, magoados, pensativos, enfim, uma mistura de sentimentos e emoções.

De maneira geral, foi possível perceber um certo desapontamento devido a desvalorização do trabalho agropecuário, que já é histórico, onde, segundo estes, não se é dada a devida importância para o que a agricultura significa para a vida e saúde do povo do campo e da cidade, isto é, os grandes produtores recebem incentivos e financiamentos do Governo, com garantia de compra e preço do produto, mas isso não acontece com os pequenos agricultores. Na questão do mercado, o preço, o reconhecimento da produção, nunca foi dado pela família agricultora, aquela que vende, e sim por aqueles que compram. Nos últimos anos houve um melhoramento, porém a realidade da agricultura camponesa é de muita dificuldade, não só no município de Pinhalzinho, mas, de maneira geral, no país.

Os entrevistados dizem que não se veem fazendo outra coisa, se não a agricultura – não por ser a única atividade que saberiam fazer, pelo contrário, possuem capacidades que muitos universitários, por exemplo, não têm –, pois é o que gostam e se sentem realizados em fazer. No entanto, as garantias e os direitos são mínimos. Como foi visto ao longo do trabalho, o meio de subsistência, tanto do município quanto de grande parte do Oeste catarinense, sempre esteve ligado a agricultura familiar. Por volta dos anos de 1960/70, houve uma intenção de levar o país ao *progresso*, inclusive a estes territórios, localizados nos interiores das cidades/estados, queriam aproveitar destas terras e pessoas para aumentar a renda do país e o fizeram com a consolidação das agroindústrias e a aceleração do processo de modernização da agricultura. Os agricultores se depararam com mudanças importantes na forma de produzir: se produzia mais, com menos gente. É nesta época que começa a se intensificar a migração para o meio urbano.

A luta pela terra, no Brasil, existe desde, pelo menos, a chegada dos primeiros

europeus, quando assassinaram milhares de indígenas que tentaram resistir em manterem-se na terra. Foram sempre os pequenos agricultores lutando e o Estado protegendo as propriedades para uma minoria – elite e burguesia – que, atualmente, é dona e comanda grandes empresas e que, de forma geral, abusam na quantidade de hormônios, tinturas, corantes, o alto uso de defensivos e inseticidas, enfim, nos alimentos. Ambos não estiveram ou estão preocupados com a qualidade de vida do povo.

A evolução da tecnologia, das inovações e da necessidade de destruir a natureza para gerar capital é ilimitado e no Brasil encontramos, por exemplo, fazendas de mais de dez mil hectares sem nenhuma fonte de água, árvores ou outros tipos de plantações, apenas o monocultivo: é destruição generalizada. A privatização das águas significa o fim da biodiversidade: da fauna e da flora. Então, é necessário e imprescindível que exista a agricultura familiar com produções conscientizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: história dentro da história. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008

_____. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & Abusos Da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai 1930-1950. **Cadernos do Ceom – Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de Ceom**. Chapecó, n. 1-8, p. 111-140, 1995.

BEN, Fernanda (et. al.). **Retratos, memórias e fragmentos da história de Pinhalzinho/SC**. Pinhalzinho: Schaefer, 2011.

BRITO, Diogo de Souza. **Negociações de um sedutor: trajetória e obra do compositor Goiá no meio artístico sertanejo (1954-1981)**. Uberlândia: UFU, 2009. Dissertação (Mestrado – História Social).

BRUNETTO, Sarue. **A Modernização da Agricultura e o MST no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – História).

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____(org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARBONERA, Mirian. **Dom José Gomes e a relação com pequenos agricultores e índios**. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História).

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.

ECKERT, Ivo. **Bonito Pinhal. Pinhalzinho: a saga dos pioneiros**. Florianópolis: Ed. Do Autor, 2002.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HENTZ, Carla; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; BATELLA, Wagner. **Modernização Agrícola, Integração Agroindustrial e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Oeste de Santa Catarina**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.35, v.1. p. 41-59, jan./jul. 2013.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **A contribuição italiana para a formação do Brasil**. Florianópolis: NUT/NEIITA/UFSC, 2002.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In _____ **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 133-161.

LOVERA, Pe. Clair José (org.) **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. Entre tradição e modernidade, a música de Pena branca e Xavantinho: um elo entre passado e presente. In.: DÂNGELO, Newton (org.). **História e cultura popular: saberes e linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MANFROI, Olivio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul – Gráfica Editora Fotogravura do Sul Ltda., Instituto Estadual do Livro, 1975.

MARQUETTI, Délcio. **Bandidos, Forasteiros e Intrusos: história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX**. Chapecó: Argos, 2008.

NIEDERLE, Sidnei Luiz. **Desenvolvimento Territorial Rural no Meio-Oeste Contestado em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2014. Dissertação (Mestrado – Geografia).

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

ONGHERO, André Luiz. **Retratos e Memórias da história de Formosa do Sul**. Chapecó: CEOM, UNOCHAPECÓ. 2012.

ORBEM, Antonia Baschiroto. **A História e a Memória Viva: a colonização italiana e o cotidiano em Barracão, Orleans, SC**. Orleans: Gráfica do Lelo, 2005.

PEREIRA, Débora Maria Russiano et al. **NBR 14724: trabalhos acadêmicos – apresentação**. Florianópolis; Araranguá, 2012. 76 slides, color. Acompanha texto. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/TrabalhoAcademico.pdf>> . Acesso em: 20.11.2015.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização Italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.

_____(Org.). **Italianos em Santa Catarina**. Volumes 1 e 2. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e Identidade Italiana no Brasil: algumas abordagens**. Joaçaba: UNOESC, 2005.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 39-62.

SILVA, Claiton Marcio da. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985)**. Florianópolis: UFSC, 2002. Dissertação (Mestrado – História).

SILVA, Giuslane Francisca da; GAMA, Luciana Coelho. Cassiano Ricardo - Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. In: **Humanidades em Contexto**, 2014, Cuiabá-MT. Humanidades em contexto: saberes e interpretações, 2014.

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a Utopia: a colonização italiana no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado – História).

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo. 2012.

UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

ULHÔA, Martha Tupinambá de. Música Sertaneja e Globalização. In: Rodrigo Torres (Ed). (Org.). **Música Popular en América Latina**. Santiago, Chile: Fondart; Rama Latinoamericana IASPM, 1999, v. , p. 47-60.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense**. UNOCHAPECÓ: ARGOS, 2006.

_____ **A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia territorial sul Brasil : 1925 a 1954**. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado – História).

FONTES

BASSO, Zeferino. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2015. (A/A).

CAMPOS, Hugo de Almeida. **Entrevista concedida a Ires Frozza Teive**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1990.

ECKERT, Ivo. **Entrevista concedida a Fernanda Ben**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011.

ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 10 de agosto de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 02 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 10 de setembro de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 02 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 22 de Outubro de 1939, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 01 Página. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

ECKERT, José Marcolino. **Carta**. 18 de julho de 1940, São Carlos/SC para ECKERT, José Edgar. Passo Fundo/RS. 03 Páginas. Arquivo do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

Índios de Chapecó. **Jornal A Voz de Chapecó**. Chapecó, 28 de Maio de 1939. página 01.

Índios – IV. **Jornal A Voz de Chapecó**. Chapecó, 02 de Junho de 1940. página 01.

Índios – V. **Jornal A Voz de Chapecó**. Chapecó, 16 de Junho de 1940. página 01.

Intrusos. **Jornal A Voz de Chapecó**, Chapecó, 20 de setembro de 1940. páginas 01 e 04.

LAVRATTI, Altair; LAVRATTI, Eliana Maria Boni. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Abelardo Luz, 2015. (A/A).

LAVRATTI, Jaime; LAVRATTI, Ivete Lúcia. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2014. (A/A)

LAVRATTI, Noli Nelson. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2015. (A/A).

Livro I de Tombo da Paróquia Santo Antônio, em Pinhalzinho, SC, s/a.

Livro II de Tombo da Paróquia Santo Antônio, em Pinhalzinho, SC, s/a.

MUXFELDT, João. **Entrevista concedida a Ires Frozza Teive**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1991.

PARISE, Vitélio; PARISE, Francisca. **Entrevista concedida a Cristhina Boni Lavratti**. Pinhalzinho, 2015. (A/A)

SILVA, Fidersino Correa da. **Entrevista concedida a Luiz Fernando Ferrari**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Modelo/SC, 2012.

WERLANG, Pedro Fridolino. **Entrevista concedida a Ires Frozza Teive**. Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 1991.

APÊNDICE

Apêndice A – Primeiro Roteiro de Entrevista

1. Identificação: Nome, idade, estado civil, filhos, onde nasceu?
2. Como era viver em (cidade natal)?
3. *Caso não more no mesmo lugar em que nasceu:* Morou em (cidade natal) até que idade?
 - 3.1. Porque se mudou?
4. (*Público alvo: moradores de Pinhalzinho*) Onde mora/va a propriedade era/é própria?
 - 4.1. Com quem conseguiram as terras? Qual o valor?
5. Havia a garantia de trabalho para fazer?
6. Quando chegou em Pinhalzinho, já existiam pessoas morando?
 - 6.1. Como era a relação com estas pessoas?
7. Havia escola para as crianças?
8. E para se divertir o que faziam?
9. O que pensa sobre ser um descendente de imigrante europeu?
10. Alguma outra colocação?
11. Me permite a utilização desta entrevista em meu trabalho de pesquisa?

Apêndice B – Segundo Roteiro de Entrevista

1. Nome – Cidade Natal – Idade – Família – Profissão (*agricultor, público alvo*). Quanto tempo vive em Pinhalzinho?
2. Sempre viveu da agricultura? E seus pais eram agricultores?
 - 2.1. Em sua opinião o trabalho da agricultura é valorizado?
 - 2.2. Percebe alguma mudança no trabalho da agricultura?
 - 2.3. O que e como mudou? Acredita que foram mudanças negativas ou positivas?
3. E receberam algum apoio oficial para desenvolver esta atividade? (Assistência técnica; financiamento)
 - 3.1. Como vê essa questão? E como fizeram?
4. E a Igreja dava algum suporte? Qual foi a importância?
5. Conheceu o Bispo Dom José Gomes? O que pode nos contar sobre ele?
 - 5.1. Qual era o papel que ele cumpria na sociedade?
6. Mudando um pouco de assunto, conhece alguma história de Pinhalzinho, como lendas? (causos; alguma personalidade excêntrica...).
7. Alguma outra colocação que gostaria de fazer?
8. Me permite a utilização desta entrevista em meu trabalho de pesquisa?

ANEXOS

Anexo A

Mapa do Estado de Santa Catarina e em destaque (vermelho) é a delimitação do Oeste catarinense:



Fonte: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Oeste_Catarinense#/media/File:Santa_Catarina_Meso_OesteCatarinense.svg Acesso em 04 de dezembro de 2015.

Anexo B

Mapa do Estado de Santa Catarina e em destaque (vermelho) a localização do município de Pinhalzinho:



Fonte: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinhalzinho_%28Santa_Catarina%29#/media/File:SantaCatarina_Municip_Pinhalzinho.svg Acesso em 04 de dezembro de 2015.